



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2023

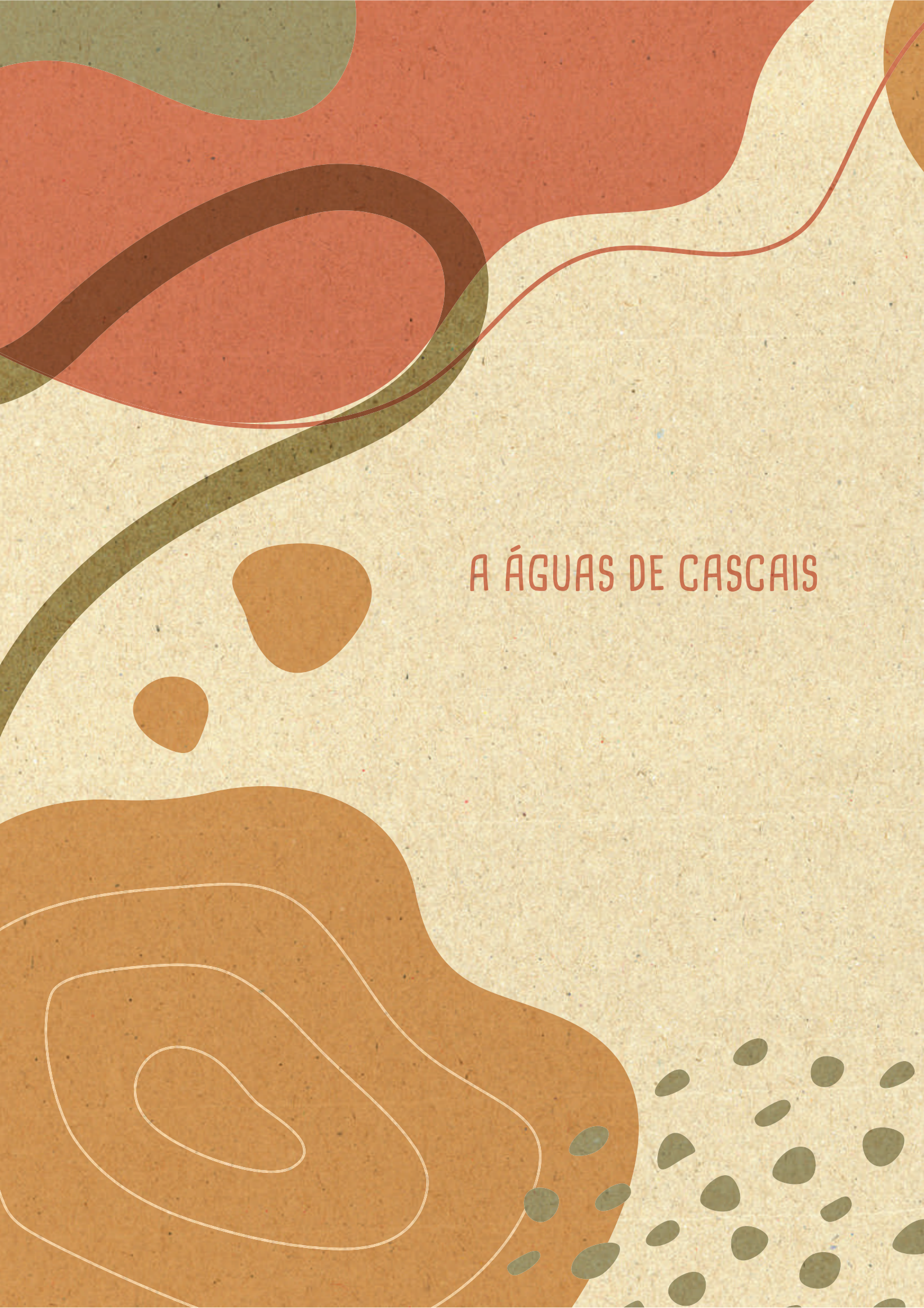


O presente relatório é da responsabilidade do Conselho de Administração da Águas de Cascais, tendo sido elaborado pela Direção-Geral, em colaboração com todas as Direções e Áreas de Responsabilidade da Empresa, e dá cumprimento aos requisitos de informação para fiscalização da Concedente, conforme previsto na cláusula 87.^a do Contrato de Concessão, integrando o relato da atividade realizada durante o ano de 2023, referente à exploração e gestão dos sistemas concessionados.

Aprovado em reunião de CA, de 21 de fevereiro de 2024

1	A ÁGUAS DE CASCAIS	7
1.1	CONCESSÃO	7
1.2	VISÃO, MISSÃO E CULTURA DA ORGANIZAÇÃO	7
1.3	POLÍTICA, OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	8
1.4	ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS	11
2	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	13
3	CONTEXTO E ENVOLVENTE	15
3.1	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	15
3.2	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	16
3.3	EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	18
3.4	CLIENTES	19
3.5	CONCEDENTE	19
3.6	SISTEMAS EM ALTA	19
3.7	REGULAÇÃO	20
4	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	22
5	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	26
5.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26
5.1.1	Adução	26
5.1.2	Distribuição	27
5.1.3	Controlo Operacional	27
5.1.3.1	Monitorização	27
5.1.3.2	Água Não Faturada	27
5.1.3.3	Continuidade do fornecimento	28
5.1.4	Controlo de Qualidade	28
5.2	RECOLHA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	30
5.2.1	Descrição do Sistema	30
5.2.2	Controlo Operacional	30
5.2.3	Projeto Poluição Zero	31
5.3	EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	33
5.3.1	Infraestruturas da rede de água e de águas residuais	33
5.3.2	Rede de Águas Pluviais	40
5.3.3	Gestão de Ativos	41
5.3.4	Energia	41
5.4	PLANO DE INVESTIMENTOS	42
5.4.1	Planeamento Geral	42
5.4.2	Intervenções em curso e planeadas	44
5.4.3	Planeamento e Projeto	59
5.5	ATIVIDADE COMERCIAL	60
5.5.1	Faturação	60
5.5.2	Dívida de Clientes	62
5.5.3	Serviço ao Cliente	63
5.5.3.1	Atendimento ao Cliente	63
5.5.3.2	Tratamento de Reclamações	64
6	RECURSOS HUMANOS	68
6.1	GERIR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	68

6.2	DESENVOLVER E FORMAR OS COLABORADORES.....	68
6.3	CONSULTAR E INFORMAR OS COLABORADORES.....	69
7	SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO	72
7.1	ÂMBITO E PROCESSOS.....	72
7.2	IMPACTES E RISCOS OPERACIONAIS.....	73
7.3	ASPETOS E IMPACTES AMBIENTAIS.....	74
7.4	RISCO PARA OS TRABALHADORES	74
7.5	MELHORIA CONTÍNUA.....	75
7.6	AUDITORIAS.....	75
7.7	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	75
8	PERSPETIVAS FUTURAS.....	78
9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	79
10	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	80
11	NOTA FINAL	81
12	CONTAS.....	83
13	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO	88



A ÁGUAS DE CASCAIS

1 A ÁGUAS DE CASCAIS

1.1 Concessão

A AdC - Águas de Cascais, SA, é a concessionária do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, tendo iniciado a sua atividade em janeiro de 2001, na sequência de um concurso público internacional lançado pelo Município de Cascais.

A Concessão, cujo prazo é de 30 anos, tem por objeto a exploração e gestão conjunta da manutenção do sistema de águas pluviais, e a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha e rejeição de efluentes domésticos, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção, e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

O Sistema concessionado à Águas de Cascais é composto por cerca de 1.425 km de rede de abastecimento de água, 25 reservatórios, 16 captações próprias, das quais 15 subterrâneas e uma superficial (albufeira do Rio da Mula), 24 estações elevatórias e 2 estações de tratamento de água, bem como de cerca de 789 km de coletores gravíticos, 22 estações elevatórias de águas residuais e respetivas condutas elevatórias, numa extensão de 18 km.

1.2 Visão, Missão e Cultura da organização

Visão

Ser uma empresa de referência no setor da água e ambiente, tendo a sua excelência reconhecida por terceira parte.

Missão

Exploração e gestão conjunta da Manutenção do Sistema de Águas Pluviais, e a exploração e gestão conjunta dos Serviços Públicos Municipais de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e da Recolha e Rejeição de Efluentes Domésticos, em Cascais, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção, e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, e bem assim todas as Obras, nos termos do Plano de Investimentos, do Caso Base e do Programa de Exploração.

Cultura da Organização

A Águas de Cascais adotou um Código de Conduta que estabelece as linhas de orientação em matéria de ética profissional e dos padrões de comportamento que devem ser reconhecidos e adotados pelos colaboradores, independentemente do seu vínculo laboral. Visa igualmente comprometer os fornecedores nos mesmos princípios de atuação responsável.

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação em vigor, a AdC aprovou um Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, que contém as linhas de orientação em matéria de conduta profissional relativa à prevenção e combate ao assédio no local de trabalho para todos aqueles que exercem funções ou atividades profissionais na AdC.

A AdC definiu também a sua estratégia e política de privacidade, identificando-se com os princípios subjacentes à privacidade dos dados pessoais e estabelecendo as orientações para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa empresa.

A empresa definiu e promove ainda o seguinte conjunto de valores:

Mérito

Somos muito ambiciosos na definição dos objetivos, pois entendemos a melhoria contínua como obrigatória. Não aceitamos menos do que o máximo atingível. Acreditamos na distinção pelo mérito pelo que o medimos com base em factos e métricas.

Espírito de Equipa

Todos estamos obrigados a contribuir – não se aceitam demissões de responsabilidade. Incentivamos o consenso, a autonomia e a delegação de funções com o contraponto da responsabilização individual. Valorizamos a flexibilidade quando demonstra vontade de ajudar naquilo que faz mais falta. Valorizamos os resultados das equipas acima dos individuais. Apesar do mérito se medir nos resultados também valorizamos o esforço.

Lealdade

Ser leal é ser sincero, íntegro, assertivo e construtivo para com os outros na organização. A lealdade implica muita coragem. Conseguir confiança resulta, antes de mais, de confiar.

Paixão

Apesar da decisão se basear em factos valorizamos o entusiasmo, a vontade e a entrega aos objetivos da Empresa. A vida é muito curta para não se estar apaixonado pelo que se faz.

Inovação

Não ridicularizamos nem desperdiçamos nenhuma ideia e valorizamos quem mais contribui para a inovação.

Orientação para o Cliente

Consideramos o cliente como nosso parceiro pelo que as suas necessidades e expectativas são determinantes e visamos a sua satisfação. Entendemos as reclamações como oportunidades de melhoria e valorizamos o esforço dos clientes que as apresentam. Sabemos que prestamos um serviço universal e fornecemos um bem essencial.

Ecoeficiência

Temos a obrigação de ser exemplo na eficiência. Entendemos que a eficiência económica reproduz eficiência ecológica. A eficiência total é o aproveitamento de todas as oportunidades de aumentar a relação entre o valor criado e os recursos consumidos.

1.3 Política, objetivos e estratégia

Tendo por referência a visão e a missão da Águas de Cascais, o Conselho de Administração aprovou a Política da Organização, assim como os decorrentes Objetivos Estratégicos, que traduzem os propósitos da Empresa no âmbito dos referenciais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e SA 8000, e no referencial do SGQ do Laboratório da empresa.

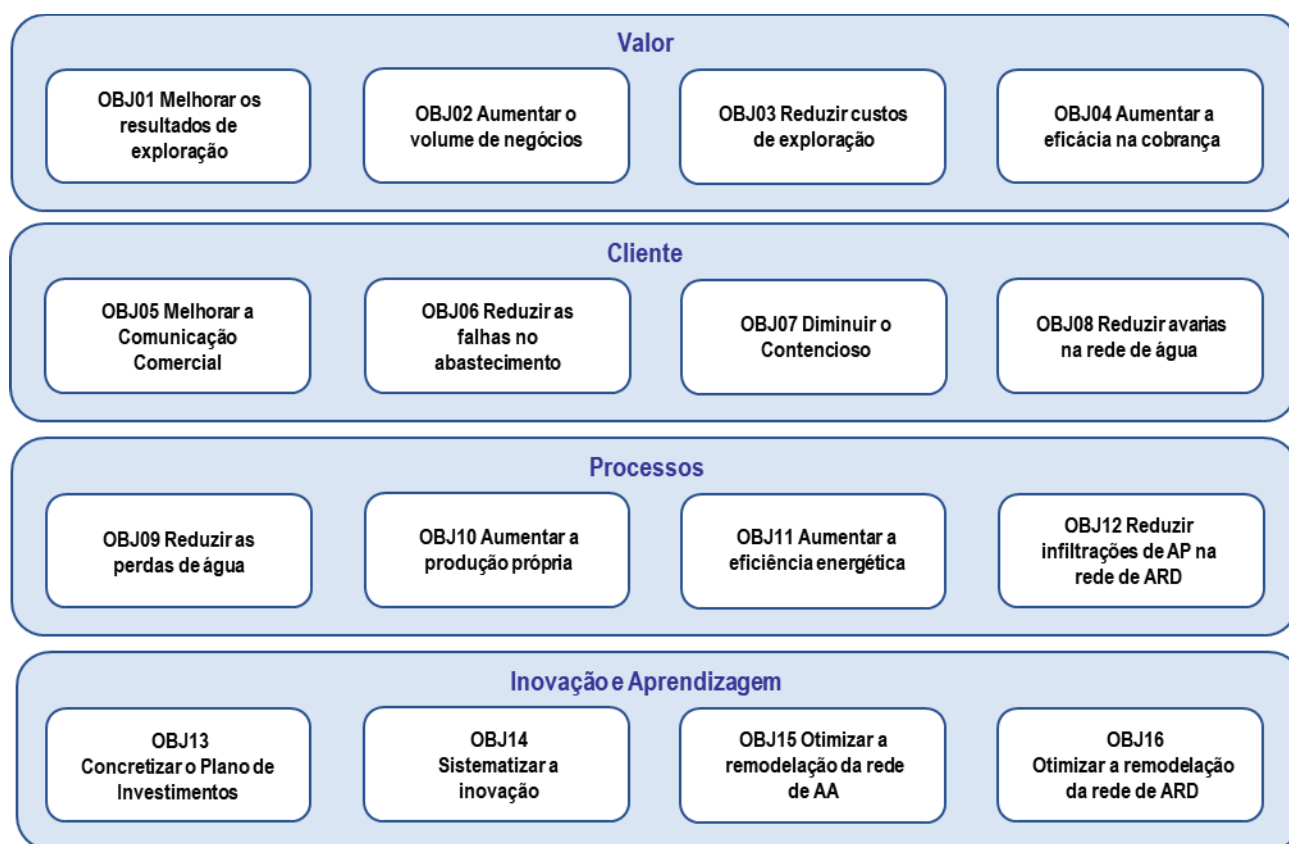
A Política da Organização foi revista, aprovada e divulgada em outubro de 2020, contemplando os Objetivos Estratégicos que seguidamente se apresentam.

LE1	Maximizar valor otimizando as operações
LE1	Antecipar as necessidades e expectativas das partes interessadas
LE3	Assegurar e sistematizar a melhoria contínua do sistema integrado de gestão de QAS
LE4	Colaboradores competentes, comprometidos e motivados
LE5	Garantir a Continuidade e Qualidade do Serviço
LE6	Proteger os valores de saúde pública, ambientais e sociais assegurando a melhoria do desempenho nessas áreas
LE7	Cumprir com os requisitos legais, as normas ISO9001, ISO/IEC 17025, ISO14001, ISO45001 e SA8000 (incluindo os Elementos Normativos), bem como o estabelecido no RGPD
LE8	Identificar, avaliar, prevenir, controlar, eliminar e estar preparado para os perigos e riscos operacionais, e impactos da nossa atividade, estabelecendo adequados objetivos de SST

Para além de atender aos diplomas legais nacionais e outros requisitos aplicáveis à Organização, a AdC:

- Obriga-se a respeitar os princípios dos instrumentos internacionais incluídos no ponto “Elementos Normativos” da norma SA 8000:2008 e que tratam das convenções da OIT, nomeadamente a Convenção OIT 181 (Agências de Emprego Privadas) e do Código de Conduta da OIT sobre HIV/AIDS e o Mundo do Trabalho, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Pactos Internacionais sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Direitos Cívicos e Políticos e as Convenções sobre os Direitos da Criança, para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e os Princípios Orientadores sobre Negócios e Direitos Humanos, da ONU;
- Identifica-se com os princípios subjacentes à privacidade dos dados pessoais, juntamente seus fornecedores, na medida em que estes constituem uma forma de proteção dos seus clientes, colaboradores e entidades com quem se relaciona;
- Compromete-se a fortalecer a organização com base na lealdade, assegurando o respeito pelos direitos e liberdades individuais dos titulares dos dados, atendendo aos princípios éticos de gestão que a caracterizam, pois considera o cliente como um parceiro relevante;
- Promove a melhoria contínua e a formação dos seus colaboradores, bem como a sensibilização de fornecedores, quanto à garantia de proteção dos dados abrangidos pelas operações de tratamento pelos quais é responsável, colocando assim os titulares dos dados no centro das suas preocupações, mas também salvaguardando e protegendo a informação que lhes é relativa;
- Proporciona aos seus Colaboradores e trabalhadores dos prestadores de serviço relevantes que atuam em seu nome e por sua conta, condições de trabalho seguras e saudáveis, tendo em vista a prevenção de lesões e problemas de saúde relacionados com o trabalho. Para o efeito, dispõe de serviços de SST e de medicina no trabalho, considerados adequados e corretamente dimensionados para o efeito;
- Assume o compromisso de proteção dos colaboradores quanto a eventuais represálias ao relatar incidentes, perigos, riscos e oportunidades no âmbito do sistema de gestão de SST, incentivando-os à sua comunicação;
- Assume o compromisso de consulta e participação dos Colaboradores e trabalhadores dos prestadores de serviço relevantes que atuam em seu nome e por sua conta ou aos seus representantes.

Apesar de se registarem bons resultados em indicadores muito relevantes, mantem-se a oportunidade de haver melhorias em alguns aspetos, pelo que se mantêm estes temas no Mapa Estratégico da Empresa.



Da análise dos diferentes indicadores dos processos e da envolvente considerou-se, assim, estratégico, manter o foco nas seguintes áreas a melhorar:

- Resposta a pedidos de apreciação de projetos – No ano de 2023 atingiu-se o nível de 64%, que revela o esforço de recuperação do atraso na resposta aos inúmeros pedidos de apreciação de projetos por parte dos clientes, face ao grande dinamismo do Município no que respeita à construção de novos edifícios. Será mantido o foco nesta área, no sentido de continuar a recuperar esse atraso durante o ano de 2024.
- Taxa de adesão dos clientes à fatura eletrónica – o nível atingido no final do ano de 2023 é já bastante relevante (58,8% dos clientes da Empresa recebem a fatura por correio eletrónico) havendo ainda espaço para continuar a melhorar;
- Avarias em condutas – apesar de a Empresa ter um desempenho relativamente satisfatório, considera-se haver ainda margem para melhoria, continuando as intervenções de remodelação da rede de água, com impacto na redução no número de roturas;
- A redução de roturas e a otimização do processo de reparação das mesmas deverá permitir à Empresa reduzir, ainda, o número de interrupções do fornecimento de água com duração superior a 6 horas;
- O volume de investimentos em curso ou em projeto, deverá representar, ainda, uma extensão significativa da rede de águas residuais domésticas (ARD) e de abastecimento de água (AA) remodelada, o que contribuirá, não apenas para a redução das avarias, mas também das perdas de água e das infiltrações na rede de ARD, assim como da melhoria da qualidade da água das ribeiras e das praias de Cascais;
- Considera-se que ainda existe margem para melhoria da eficiência energética da AdC, em particular no que respeita às estações elevatórias de águas residuais domésticas;
- Aumentar a produção própria é também uma área com espaço para melhoria do desempenho, com a otimização do funcionamento das captações próprias da AdC, em particular da ETA do Rio da Mula. No ano de 2023 o volume de água produzida, de 2.222.922 m³, foi significativamente superior ao do ano anterior;

- No final do ano de 2023, o indicador água não faturada (ANF) registou o valor de 13,7%, superior ao do ano anterior, pelo que é um indicador a continuar a acompanhar com particular atenção.

1.4 Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura Acionista

A Empresa foi constituída em 29 de agosto de 2000, com um capital social de 3.500.000 €, tendo atualmente a seguinte estrutura acionista:

AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA	50,00%
AQUAPOR - Serviços, SA	50,00%

Estrutura Organizacional

A estrutura hierárquica e funcional, ajustada às linhas estratégicas e objetivos operacionais da Empresa, está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir.



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente:</i>	Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes
<i>Secretária:</i>	Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia

Conselho de Administração

<i>Presidente:</i>	António Manuel Paredes Pereira da Cunha
<i>Vogais:</i>	Altino Barbosa da Conceição
	Carlos Alberto da Silva Rodrigues
	João Pedro Faria Feliciano

Conselho Fiscal

<i>Presidente:</i>	Pedro Miguel Dias de Campos
<i>Vogais:</i>	Carlos Dinis Alves Gomes
	Marco Bruno Palma Oliveira Santos

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Externa ao Conselho Fiscal

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, representada por Paulo Jorge Luís Silva, ROC.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Ao conflito militar originado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, que se prolongou durante o ano de 2023, juntou-se, no final do ano, um outro conflito militar no Médio Oriente, opondo Israel ao Hamas, mantendo-se o clima de incerteza global sobre a evolução da economia e dos mercados financeiros. Não obstante a imprevisibilidade sobre a evolução desta situação, não se registaram efeitos significativos quer nas operações da Águas de Cascais, quer no cumprimento das suas obrigações.

Depois da acentuada subida da inflação ao longo de 2022, pelo efeito combinado da conjuntura de pandemia e da guerra, impulsionada pelo significativo aumento dos preços da energia (eletricidade e combustíveis), com reflexo nos preços de algumas matérias-primas, bens e equipamentos, com o consequente aumento dos custos de operação e manutenção, bem como algumas dificuldades nas cadeias logísticas de fornecimento, no ano de 2023 verificou-se uma tendência de redução deste indicador, no entanto, ainda longe dos valores pré-pandemia.

A Águas de Cascais continuou ainda assim durante ao ano de 2023 a desenvolver uma grande variedade de projetos, destacando-se os seguintes, pela sua relevância para a organização:

- O projeto Poluição Zero, cujos resultados têm vindo a ser de grande contributo quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista funcional e económico;
- A obra de construção do 3.º Adutor, que irá dotar o sistema de abastecimento de água do Concelho de maior fiabilidade e paralelamente permitir reduzir custos energéticos;
- Construção do Reservatório de Janes;
- Remodelação do Sistema Elevatório de ARD da Charneca;
- Levantamento do património existente nas EEAA e nas câmaras de manobras dos reservatórios;
- Projeto de desmaterialização de papel na apreciação de projetos prediais e loteamentos;
- Desenvolvimento de soluções mobile para consulta de cadastro, tendo sido iniciados os trabalhos no sentido de futuramente ser possível disponibilizar o cadastro das infraestruturas por meio de telefone e tablet às equipas de Fiscalização, de Obras e Operacionais. Com esta ferramenta pretende-se dotar as equipas operacionais de maior autonomia possibilitando a consulta de cadastro e numa fase posterior, adicionar notas que ajudarão a melhorar o próprio cadastro.

The background is a textured, light beige surface. It features several large, organic, hand-drawn shapes in earthy tones. In the top left, there's a large, light brown shape with a series of thin, white, horizontal wavy lines extending from its left edge. To its right is a dark reddish-brown shape with a white, irregular, concentric line inside. A thin, white, curved line separates these top shapes from the bottom. In the bottom left, there's a large, olive-green shape with several small, dark reddish-brown circles and a white, irregular line inside. To its right is a dark reddish-brown shape with a white, irregular, concentric line inside. A small, dark green teardrop shape is positioned below the bottom right reddish-brown shape. The overall style is minimalist and organic, with a focus on natural colors and hand-drawn aesthetics.

CONTEXTO E ENVOLVENTE

3 CONTEXTO E ENVOLVENTE

3.1 Enquadramento Macroeconómico

O Crescimento económico mundial foi, em 2023, moderado, mas estável, refletindo o forte consumo privado e apoiado num mercado de trabalho resiliente. A inflação global medida pelo índice de preços no consumidor (IPC) a nível mundial mantém-se numa trajetória descendente, apoiada por preços mais baixos dos produtos energéticos e dos produtos alimentares.

De acordo com o World Economic Outlook Update, publicado pelo FMI em janeiro de 2024, a recuperação da economia global no pós-pandemia COVID-19, após a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, e da crise do aumento do custo de vida é surpreendentemente resiliente. A inflação está a descer mais rapidamente do que antecipado pelos especialistas, depois dos máximos históricos atingidos em 2022, com menor efeito no emprego e na atividade económica.

Nos Estados Unidos verificou-se um crescimento robusto, resultado de uma procura interna sólida e um mercado de trabalho forte, apesar do significativo aumento da restritividade da política monetária. O levantamento, no início do ano, das restrições relacionadas com a COVID-19 na China e uma recuperação mais generalizada do consumo privado compensaram a fraqueza do setor residencial. Ainda assim, os dados mais recentes apresentam refletem alguma heterogeneidade no comportamento das grandes economias. Se, por um lado, o crescimento do PIB real se tenha fortalecido na China e nos Estados Unidos no terceiro trimestre, manteve-se inalterado no Reino Unido e registou uma contração no Japão, em resultado de uma inflação elevada a pesar sobre a atividade e o consumo destes últimos países.

Regista-se a evolução das taxas Euribor nos últimos anos, verificando-se uma acentuada subida em 2022, que se manteve em 2023.

EURIBOR	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1 mês	-0,368%	-0,368%	-0,362%	-0,436%	-0,570%	-0,576%	1,883%	3,856%
3 meses	-0,318%	-0,329%	-0,310%	-0,379%	-0,546%	-0,570%	2,162%	3,905%
6 meses	-0,220%	-0,271%	-0,238%	-0,323%	-0,532%	-0,539%	2,732%	3,861%
12 meses	-0,083%	-0,186%	-0,121%	-0,248%	-0,502%	-0,499%	3,316%	3,532%

Fonte: Euribor-rates.eu (taxa no primeiro dia útil do ano)

De acordo com o World Economic Outlook Update, publicado pelo FMI em janeiro de 2024, a economia global deverá crescer, em 2024, deverá manter-se da ordem de grandeza de 2023, para voltar a crescer em 2025, ainda que a um ritmo bastante modesto. Os bancos centrais deverão manter as taxas de juro diretoras nos níveis atuais, pelo menos até à segunda metade de 2024, antes de começarem a reduzir essas taxas gradualmente, à medida que a inflação se aproxime do objetivo.

De acordo com o Boletim Económico 1/2024 do Banco Central Europeu, a economia da Zona do Euro deverá ter estagnado no final de 2023, depois de um ano de crescimento globalmente estável. Em 2024, é expectável que a economia na Zona do Euro comece a melhorar gradualmente, suportada pelo crescimento do rendimento disponível, beneficiado pela redução da inflação e melhoria dos salários, em simultâneo com a melhoria das exportações.

A economia portuguesa cresceu 2,3% em 2023, abrandando face ao crescimento homólogo de 6,8% registado em 2022 (crescimento mais elevado desde 1987), de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Ainda segundo o INE, a procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado em 2022, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento, sendo o contributo da procura externa líquida também positivo em 2023, mas menos intenso que em 2022, com as exportações e as importações de bens e serviços em volume em desaceleração significativa. A resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento do emprego.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2020	2021	2022	2023
PIB	-8,4%	5,5%	6,8%	2,3%
IPC	0,0%	1,3%	7,8%	4,3%
IHPC	-0,1%	0,9%	8,1%	5,3%
Desemprego	7,0%	6,6%	6,1%	6,5%
Consumo Privado*	-7,1%	4,7%	5,6%	1,0%
Consumo Público*	0,4%	4,6%	1,4%	1,1%
Exportações*	-18,6%	13,5%	17,4%	4,3%
Importações*	-12,1%	13,3%	11,1%	1,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Base 2012)

* Dados de dezembro de 2022

De acordo com o Boletim Económico de dezembro do Banco de Portugal, tal como na generalidade da Zona do Euro, em Portugal a recuperação da atividade será gradual ao longo de 2024, beneficiando da aceleração da procura externa, do efeito da descida da inflação no rendimento das famílias e do impulso dos fundos europeus no investimento. Em 2025 e 2026, o crescimento beneficiará da dissipação gradual do impacto da subida das taxas de juro.

A inflação deverá prosseguir a trajetória descendente, reduzindo-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e para 2% nos anos subsequentes. Esta diminuição reflete os efeitos desfasados da redução de custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu. O mercado de trabalho continuará a apresentar uma situação favorável, apesar da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais.

3.2 Enquadramento Legislativo

O Setor da água e ambiente apresenta um quadro legal de referência bastante alargado, destacando-se o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, e que obrigou a uma adaptação do Contrato de Concessão, assim como do Regulamento de Serviço da Empresa, processos já concluídos.

O referido regime jurídico foi objeto de alterações, através da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, e do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, salientando-se a preocupação do legislador no que concerne à decomposição, na fatura aos utilizadores finais, das componentes de custo associadas aos serviços em alta [neste caso prestados pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (EPAL)] e à cobrança dos valores faturados pelas Entidades Gestoras (EG) desses serviços em alta.

O Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprovou os estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Neste quadro, a ERSAR "(...) é uma entidade administrativa independente com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão, administrativa e financeira e de património próprio e que se encontra adstrita ao ministério com atribuições na área do ambiente", tendo "(...) por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos".

O Regulamento de Serviços do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais, Regulamento n.º 253/2016, publicado no Diário da República, 2ª série – n.º 50 – 11 de março, estabelece as obrigações e os direitos da AdC e dos Utilizadores subjacentes às relações de prestação e utilização dos Serviços.

O Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, criou o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e a sociedade Águas do Tejo Atlântico, S.A., à qual foi atribuída a concessão da exploração e da gestão do referido sistema multimunicipal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, abrangendo a área servida pela Águas de Cascais.

O Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, procedeu à primeira alteração ao Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, e aprovou o Regulamento de Pequenas Barragens.

A Lei n.º 12/2018, de 2 de março, modificou o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

A Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, procedeu à segunda alteração à Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, que transpõe a Diretiva 2013/11/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, e estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo, alterada pelo Decreto-Lei n.º 102/2017, de 23 de agosto.

O Despacho n.º 2344/2020, Série II, de 19 de fevereiro, que estabelece o valor de base da componente «S» da taxa de recursos hídricos para os sistemas de água de abastecimento público.

A Portaria n.º 25/2021, de 29 de janeiro, que estabelece a classificação do risco e as medidas mínimas, em função da avaliação do risco de contaminação e disseminação da bactéria Legionella, no âmbito do programa de monitorização e tratamento da água.

O Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, relativo ao regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, bem como, define para o ano de 2021, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão relativos aos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e do Vale do Tejo.

O Despacho n.º 6909/2020, de 6 de julho, que determina o montante global da componente fixa de financiamento a atribuir anualmente pelo Estado, através da Direção-Geral da Política de Justiça, bem como pelas entidades reguladoras de serviços públicos essenciais, aos centros de arbitragem que, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro, integram a rede de arbitragem de consumo.

A Lei n.º 31/2023, de 4 de julho, que determinou a cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença COVID -19.

O Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro, que revogou diversos decretos-leis publicados no âmbito da pandemia ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.

O Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, que estabelece o regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, transpondo diversas diretivas.

3.3 Evolução Demográfica

Em termos demográficos, é de destacar o forte crescimento da população residente no Concelho de Cascais que se verificou na primeira década do século XXI, de acordo com os resultados dos Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), nos quais se observa um aumento, só naquela década, de 20%, enquanto no global do Distrito de Lisboa o aumento registado foi de, apenas, 5%.

Na segunda década deste século registou-se uma alteração substancial no padrão de evolução da população, notando-se um forte abrandamento desse crescimento. Não obstante, os Censos de 2021 traduzem um crescimento da população de Cascais face a 2011, registando, em 2021, 214.158 habitantes, contra 206.479, de 2011.

Para além da demografia, a evolução da procura depende, neste setor, da evolução do padrão de consumo individual, normalmente medido em termos de consumos *per capita*. Neste segundo fator regista-se, de uma forma generalizada e em todos os países desenvolvidos, uma forte tendência para a redução dos consumos individuais, resultante de uma, cada vez maior, eficiência no uso da água.

Depois de uma tendência de redução das capitações, verificada entre 2009 e 2014, e alguma estabilização nos anos seguintes, regista-se, desde 2018 uma tendência de subida deste indicador, atingindo em 2022 e em 2023 valores da ordem de grandeza de 2011. Esta tendência pode ser atribuída à menor precipitação registada nos últimos anos e também ao forte crescimento da atividade turística pós-pandemia.



Esta subida da captação é acompanhada pelo aumento do volume de água faturada para valores acima dos 17 milhões de m³, contrariando a tendência de redução do volume total de água faturada, ocorrida nos primeiros anos da década passada, e estabilização, nos anos mais recentes, em valores da ordem dos 16 milhões de m³.

À semelhança dos aumentos pontuais do consumo verificados em 2017 e 2019, este aumento registado nos últimos anos, não será alheio aos longos períodos de seca verificados nestes anos e à utilização da água de abastecimento para outros fins, como a rega. Em 2023, fruto da normalização da atividade, registou-se um crescimento nos escalões domésticos e não domésticos.

A escassez de água potável continua ainda assim a ser uma preocupação para os portugueses, como é bem patente no Eurobarómetro Especial 538, de maio de 2023 (Alterações Climáticas). De acordo com este relatório, a pobreza, fome e falta de água potável (68%), logo seguida da situação económica (59%) e das alterações climáticas (43%), representam para os portugueses os problemas mais graves que o mundo enfrenta.

Não obstante a chuva caída no início e no final do ano, o ano de 2023 foi seco, à semelhança do ano de 2022, que foi um dos mais secos dos último 100 anos. Esta situação continuada seca tem vindo a originar preocupações nos portugueses e entidades oficiais quanto à disponibilidade de água para consumo, registando-se restrições em várias zonas do país.

3.4 Clientes

No final de 2023, a Águas de Cascais contava com 119.819 clientes, mais 665 clientes que no final de 2022, mantendo-se a tendência de crescimento verificada desde 2013.

CLIENTES	2022	2023
Domésticos	107.084	107.415
Não-domésticos	10.619	10.926
Câmara Municipal de Cascais	1.401	1.428
Contadores para Consumos Próprios	50	50
Total	119.154	119.819

Após uma década de tendência sustentada de aumento de clientes, interrompida no ano de 2011, tem-se verificado alguma estabilização deste número. Nos últimos 12 meses, o número de clientes de água e saneamento aumentou cerca de 1% (o que corresponde a 665 clientes), igual percentagem à registada no último ano.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Varição 2023 / 2022
Número de Clientes de AA	#	115.480	116.120	116.738	117.976	119.154	119.819	665 1%
Número de Clientes de AR	#	114.514	115.147	115.764	116.995	118.156	118.805	649 1%

3.5 Concedente

A última avaliação da satisfação do Concedente foi realizada em maio de 2023, no âmbito de processo de avaliação de clientes externos do acionista. Nesta avaliação, que inclui aspetos relacionados com o cumprimento de objetivos, adequação e relação profissional entre interlocutores, capacidade de resposta, entre outros, a Empresa obteve maioritariamente a classificação de “Bom” e “Muito Bom”, com exceção dos aspetos relacionados com Qualidade do Serviço e Relacionamento com Clientes no que respeita aos meios de atendimento e comunicação, cuja classificação foi considerada “Razoável”. Esta classificação traduz, uma vez mais, os resultados da estratégia de melhoria contínua definida e implementada pela AdC, nos diferentes planos de atuação da Empresa, estando a AdC empenhada em regressar ao nível superior de avaliação em todos os aspetos.

3.6 Sistemas em Alta

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, e a criação do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste e da sociedade Águas do Tejo Atlântico, SA, foi revisto o custo relativo ao saneamento, que representa agora um aumento de 47,5% entre 2016 e 2024. Por outro lado, no mesmo período o custo de aquisição da água em alta crescerá cerca de 26,0%, como se pode observar nas tabelas a seguir.

Água em Alta	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2016/2024
Tarifa - Preços 2015 (DL 94/2015)	0,4849	0,4849	0,4897	0,4944	0,4991	0,5039	0,5039				-100,0%
Tarifa - Preços Correntes	0,4849	0,4907	0,5000	0,5124	0,5250	0,5322	0,5365	0,5413	0,5559	0,5742	
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços 2015 (DL 94/2015)		0,0311	0,0416	0,0501	0,0585	0,0736	0,0736				-100,0%
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços Correntes		0,0315	0,0425	0,0519	0,0615	0,0777	0,0783	0,0790	0,0811	0,0838	
Tarifa + CTA - Preços 2015	0,4849	0,5160	0,5313	0,5445	0,5576	0,5775	0,5775				-100,0%
Tarifas preços correntes (IHPC=2%)	0,4849 €	0,5222 €	0,5425 €	0,5643 €	0,5865 €	0,6099 €	0,6148 €	0,6203 €	0,6370 €	0,6580 €	26,0%
	0,0%	7,7%	3,9%	4,0%	3,9%	4,0%	0,8%	0,9%	2,7%	3,3%	

Saneamento em Alta	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2016/2024
Tarifa - Preços 2014 (AdLVT - DL 94/2015)		0,3237									
Tarifa - Preços 2016 (Despacho 15747/2016; EVEF AdTA)			0,3201	0,3309	0,3417	0,3525	0,3633	0,3741	0,3849	0,3957	
Tarifa - Preços Correntes	0,3213	0,3276	0,3249	0,3409	0,3573	0,3701	0,3780	0,3916	0,4352	0,4832	47,5%
Varição Tarifa - Preços Correntes		2,0%	-0,8%	4,9%	4,8%	3,6%	2,1%	3,6%	11,1%	11,0%	
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços 2015 (DL 34/2017, de 24/03)			0,0075	0,0125	0,0175	0,0225	0,0275	0,0300	0,0300	0,0300	
Componente Tarifária Acrescida (CTA) - Preços Correntes			0,0077	0,0130	0,0184	0,0238	0,0288	0,0316	0,0341	0,0369	
Varição CTA - Preços Correntes				68,8%	41,6%	29,3%	21,0%	9,7%	7,9%	8,2%	
Tarifa + CTA - Preços Correntes	0,3213	0,3276	0,3326	0,3539	0,3757	0,3939	0,4068	0,4232	0,4693	0,5201	
Volume Faturado (m3)	19.047.028	19.047.028	18.930.221	18.644.401	18.367.064	18.106.947	17.875.834	17.768.177	17.608.953	17.327.281	
Gastos Tarifa (Preços correntes)	6.119.810	6.239.807	6.150.429	6.355.876	6.562.552	6.701.381	6.757.068	6.958.012	7.663.409	8.372.541	
Gastos CTA (preços correntes)			145.763	242.377	338.115	430.945	514.824	561.328	600.888	638.573	
Gastos Total	6.119.810 €	6.239.807 €	6.296.192 €	6.598.254 €	6.900.666 €	7.131.696 €	7.271.613 €	7.519.340 €	8.264.297	9.011.113	2016/2024
	-5,1%	2,0%	0,9%	4,8%	4,6%	3,3%	2,0%	3,4%	9,9%	9,0%	44,4%

3.7 Regulação

Na regulação do setor registamos a implementação em 2023, pela ERSAR, da quarta geração de indicadores do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado, aplicados ao processo de avaliação referente ao ano de 2022.

No ano de 2023 decorreu novo processo de prestação de informação ao regulador, relativa à atividade da empresa durante o ano de 2022. Houve igualmente que adaptar o sistema de reporte interno da AdC à quarta geração de indicadores de avaliação da qualidade do serviço prestado, que serão aplicados ao processo de avaliação referente ao ano de 2023.



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise económica e financeira que se apresenta no presente capítulo resume os principais resultados alcançados pela Águas de Cascais no ano de 2023, salientando e explicando as principais variações face ao período homólogo do ano anterior.

Nas tabelas seguintes apenas se apresentam os valores mais relevantes, pelo que esta análise deve ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e respetivas notas anexas.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez/23 Real	dez/22 Real	Período 2023 vs 2022	
			Dif.	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	24.011.205	23.296.511	714.694	3%
Gastos/reversões Deprec. e Amort.	-9.182.671	-8.922.302	-260.369	3%
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)	14.828.534	14.374.209	454.325	3%
Juros, dividendos outros Rend. Similares	781.133	63.825	717.308	1124%
Gastos e perdas de financiamento	-3.546.580	-2.492.938	-1.053.642	42%
Resultado antes de impostos	12.063.088	11.945.096	117.991	1%

O Resultado Antes de Impostos apresenta um desvio de +118 m€, face a 2022, essencialmente devido a um aumento do EBITDA, em +715 m€, e um aumento na rubrica de Juros, dividendos outros Rend. Similares em 717 m€, por contraponto com um aumento nas rubricas de Gastos/reversões Depreciação e Amortização, em -260 m€, e na rubrica de Gastos e perdas de financiamento, em 1.054 m€.

Ajustando o EBITDA do Plano de Investimentos e da Capitalização de Juros, numa perspetiva de avaliação dos fatores relacionados com a atividade operacional da Empresa, observa-se uma evolução positiva de +715 m€, face a 2022, conforme se pode constatar na tabela seguinte.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez/23 Real	dez/22 Real	Período 2023 vs 2022	
			Dif.	%
Rendimentos do EBITDA (Ajustado PI - Anexo IX, Obras CMC e Capit. Juros)	61.484.974	58.591.210	2.893.764	5%
Gastos do EBITDA (Ajustado PI - Anexo IX e Obras para CMC)	37.473.769	35.294.698	-2.179.071	-6%
EBITDA (Ajustado de PI - Anexo IX e Capit. de Juros)	24.011.205	23.296.511	714.694	3%

Verifica-se um crescimento dos Rendimentos do EBITDA, em 2.894 m€, impulsionado pelos maiores proveitos da venda de água e de prestações de serviços, bem como um aumento de Gastos do EBITDA, em 2.179 m€, sendo mais expressivos os maiores gastos com aquisição de água, 552 m€, com o saneamento em alta, 745 m€, e em trabalhos especializados, 357 m€.

Na tabela seguinte apresenta-se, com maior detalhe, os rendimentos e os gastos mais relevantes do EBITDA.

Valores acumulados em Euros

Descrição	dez/23	dez/22	Período 2023 vs 2022	
			Dif.	%
Vendas e Prestações de Serviços	59.676.113	51.790.505	7.885.608	15%
Vendas	18.833.073	16.050.735	2.782.337	17%
Prestações de serviços	40.843.040	35.739.770	5.103.271	14%
Prestação de serviços - Água	15.212.655	13.939.259	1.273.396	9%
Tarifa de Disponibilidade	14.050.946	12.850.716	1.200.230	9%
Prestação de serviços - Saneamento	25.630.386	21.800.511	3.829.875	18%
Tarifa Variável de Saneamento	16.161.670	13.179.011	2.982.659	23%
Tarifa Fixa de Saneamento	8.622.333	7.867.664	754.669	10%
Subsídios à Exploração	0	4.825.649	-4.825.649	-100%
Trabalhos para a própria entidade	3.764.147	3.206.300	557.847	17%
Capitalização Juros	0	0	0	
Trab.p/Próp.Ent.- AFI Rever.	3.528.523	2.923.579	604.944	21%
Trab.p/Próp.Ent.- AFI Rever. - Act. Interna	235.625	282.722	-47.097	-17%
Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	11.694.035	11.134.229	-559.807	5%
Mercadorias	11.656.911	11.104.728	-552.183	5%
FSE (Ajustado PI - Anexo IX e Obras para CMC)	19.558.159	18.257.168	-1.300.991	7%
Fornecimentos e serviços externos	23.086.682	21.180.747	-1.905.935	9%
Subcontratos	12.715.196	11.196.395	-1.518.800	14%
Subcontratos - AdTA	8.264.297	7.519.340	-744.957	10%
Subcontratos - Ativos reversíveis AA	2.490.754	2.289.193	-201.562	9%
Subcontratos - Ativos reversíveis AR	1.037.768	634.386	-403.382	64%
Serviços especializados	7.984.586	7.434.618	-549.968	7%
Trabalhos especializados	4.604.905	4.247.800	-357.105	8%
TE - Assessorias dos Acionistas	3.247.069	2.855.598	-391.471	14%
TE - Assessorias Informáticas	354.205	338.457	-15.748	5%
TE - Pessoal Tec de Enquadramento	214.506	214.506	0	0%
TE - Custos Adm. Faturação e Cobrança	378.249	371.138	-7.111	2%
TE - Pesquisa de Fugas	124.130	137.206	13.076	-10%
TE - Outros (Call Center/Trab Temp./...)	189.655	269.199	79.544	-30%
Comissões (cobrança)	246.584	233.424	-13.161	6%
Conservação e reparação	3.097.083	2.914.902	-182.181	6%
Cons. e Rep. de edifícios	287.550	102.356	-185.194	181%
Cons. e Rep. Equip. de transporte	55.899	101.461	45.563	-45%
Cons. e Rep. de outros equip.	506.735	482.669	-24.066	5%
Cons. e Rep. Rede - AA	1.170.001	987.819	-182.183	18%
Cons. e Rep. Rede - ARD	268.658	197.500	-71.157	36%
Cons. e Rep. Rede Inv. Substituição - AA	292.383	402.307	109.924	-27%
Cons. e Rep. Rede Inv. Substituição - ARD	515.857	640.790	124.933	-19%
Energia e fluidos	752.710	998.198	245.488	-25%
Combustíveis - Gasóleo	173.202	187.687	14.485	-8%
Eletricidade - Força Motriz (BTE e MT)	503.647	719.879	216.232	-30%
Serviços diversos	1.505.477	1.410.957	-94.520	7%
Rendas e alugueres	884.837	818.277	-66.559	8%
Comunicação	82.323	83.674	1.351	-2%

Descrição	dez/23	dez/22	Período 2023 vs 2022	
			Dif.	%
Seguros	239.119	230.084	-9.036	4%
Outros serviços	240.384	225.150	-15.235	7%
Outros Serviços - ERSAR - Insp. Águas	152.677	137.697	-14.980	11%
Comissão Garantia Concedente	81.993	81.993	0	0%
Gastos com o pessoal	5.373.574	5.134.587	-238.988	5%
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	0	0	0	
Imparidade de dívidas a receber (aumentos/reduções)	-626.690	-482.243	-144.446	30%
Provisões (perdas/reversões)	0	0	0	
Outros rendimentos e ganhos	1.571.952	1.692.281	330.094	-7%
Outros Gastos e perdas	221.305	286.016	64.711	-23%

Relativamente aos rendimentos e gastos mais relevantes do EBITDA apresentados na tabela anterior, constata-se, face a 2022, um aumento de 15% nos rendimentos das Vendas e Prestações de Serviços, resultado de crescimento de 17% nas Vendas, associado a um maior volume de água faturada, e um crescimento de 14% nos rendimentos de Prestações de Serviços.

Verifica-se também em 2023, face a 2022, uma redução dos custos com energia e fluidos (-25%), resultado de redução dos custos com combustíveis (-8%) e também dos custos com eletricidade (-30%). Regista-se igualmente um aumento dos Gastos com Pessoal (5%) face a 2022.

Nas rubricas de Trabalhos para a Própria Entidade e Subcontratos – Ativos Reversíveis, bem como de Investimento de Substituição em AA e ARD, relacionadas com o Plano de Investimentos, a variação face ao ano anterior está relacionada com o planeamento anual de investimentos aprovado pelo Concedente, como melhor se detalhará em capítulo específico.

The background is a textured, light beige surface. It features several large, organic, flowing shapes in shades of brown and olive green. A prominent shape on the left is filled with a pattern of small, dark brown circles and ovals. Another shape in the upper right contains a white outline of a kidney-like form. A thin, wavy red line meanders across the lower left. In the bottom left corner, there are three small, light brown oval shapes.

ATIVIDADE
DESENVOLVIDA

5 ATIVIDADE DESENVOLVIDA

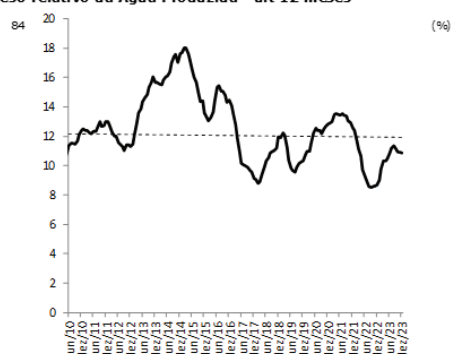
5.1 Abastecimento de Água

5.1.1 Adução

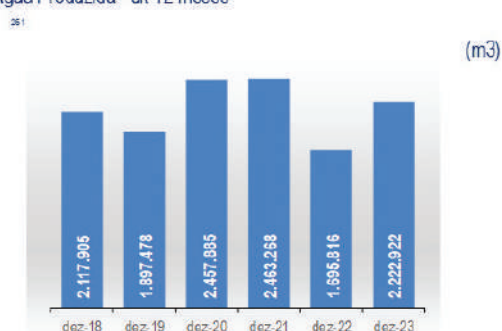
A água entrada no sistema de abastecimento tem três origens: captações próprias, ou seja, água captada no Concelho (cerca de 10,8%), água adquirida à EPAL (cerca de 88,9%) e água adquirida aos SMAS de Sintra (cerca de 0,3%). As origens no Concelho de Cascais, são provenientes das galerias de minas na Malveira da Serra, Vale de Cavalos e Pisão, dos furos das Cardosas, do Pisão, da Atrozela, de Pau Gordo, da Quinta da Marinha, do Cobre e de Murches, e da albufeira do Rio da Mula. A água adquirida à EPAL é aduzida ao sistema pela Conduta Alta, com entrada pelo Bairro da Mina.

Em 2023 verificou-se um aumento do peso da água produzida face à água entrada no sistema, quando comparado com 2022, o que traduziu uma redução de cerca de 2,4%, da dependência da EPAL. As origens da Empresa apresentam significativa sensibilidade às condições climáticas, com destaque, naturalmente, para a pluviosidade, e que se reflete nas variações anuais de produção. Por outro lado, a reduzida variação face a anos de pluviosidade semelhante, indicia que o sistema de captação está no seu limite de capacidade de exploração. Nos gráficos a seguir apresenta-se a evolução da água produzida e do seu peso relativo na água entrada no sistema.

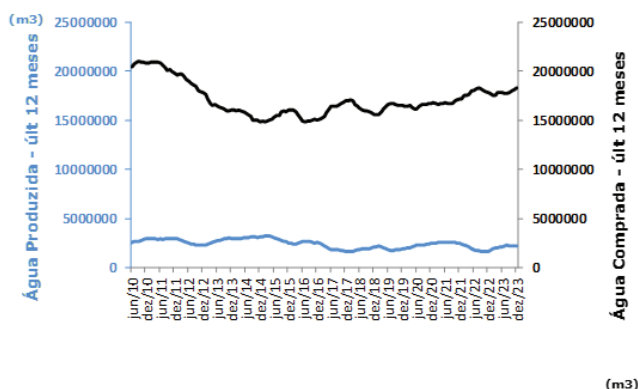
Peso relativo da Água Produzida - últ 12 meses



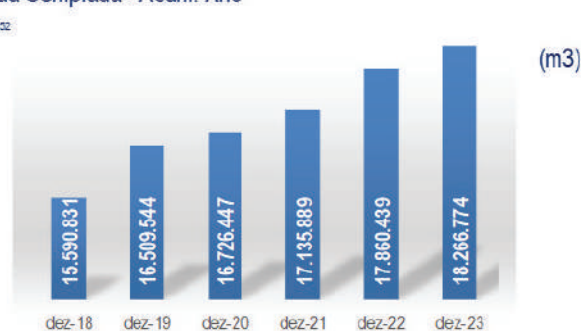
Água Produzida - últ 12 meses



Em 2023 verificou-se um aumento de cerca de 31% da água produzida, face a 2022, o que corresponde a mais cerca de 525.106 m³. As captações da Atrozela, do Rio da Mula e do Pisão, são aquelas que mais contribuem para o indicador da água produzida, sendo também aquelas cujas origens são mais diretamente influenciadas pela precipitação. Verificou-se ainda um aumento da água comprada, conforme se pode observar nos gráficos seguintes.



Água Comprada - Acum. Ano



5.1.2 Distribuição

A rede de distribuição de água serve todo o Concelho e tem uma extensão de cerca de 1.425 km. Para fazer chegar a água às cotas mais elevadas existem 24 estações elevatórias ou sobrepressoras, onde estão instalados 70 grupos eletrobomba. O Sistema é ainda constituído por cerca de 56 km de condutas adutoras.

Distribuição	
Comprimento (não inclui condutas adutoras) *	1.425 Km
Principais materiais:	
Polietileno	58%
Fibrocimento	37%
Outros	5%
Dispositivos de manobra:	
Válvulas de Seccionamento	11.905
Válvulas de Descarga	4.784
Ventosas	510
Estações Elevatórias	24
Grupos (em serviço incluindo grupos de reserva)	70

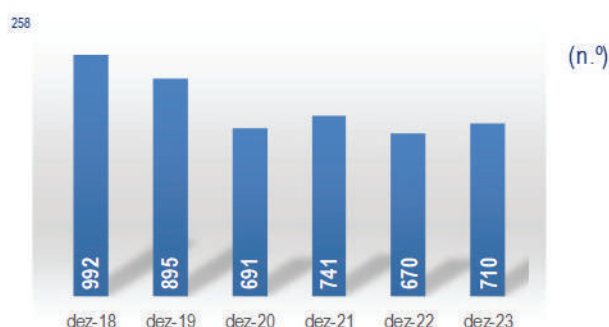
* O valor difere do reportado à ERSAR, uma vez que considera as condutas adutoras cadastradas e o total de troços de tubagem em funcionamento.

5.1.3 Controlo Operacional

5.1.3.1 Monitorização

No que se refere ao controlo operacional da adução e da distribuição da água, realiza-se a monitorização permanente dos caudais em toda a rede e da pressão e nível nos reservatórios, quer através do sistema de telegestão, quer recorrendo às 58 Zonas de Medição e Controlo (ZMC) já instaladas. Com base nesta informação são detetados, de forma relativamente precoce, desvios da normalidade como, por exemplo, variações do caudal mínimo noturno, que são investigados, analisados e corrigidos pelas equipas operacionais no terreno ou através de manobras levadas a efeito por via da telegestão. Em 2023 foi inspecionada uma extensão total de 4.790 km de rede de distribuição de água, tendo sido detetadas 710 anomalias, conforme se mostra no gráfico seguinte.

Pesquisa de Fugas - Total de anomalias detetadas (AA) - últ 12 meses



5.1.3.2 Água Não Faturada

No ano de 2023 verificou-se um aumento da água não faturada, contrariando a tendência dos anos anteriores, mantendo-se, não obstante, abaixo dos 20%, máximo recomendado pela ERSAR.

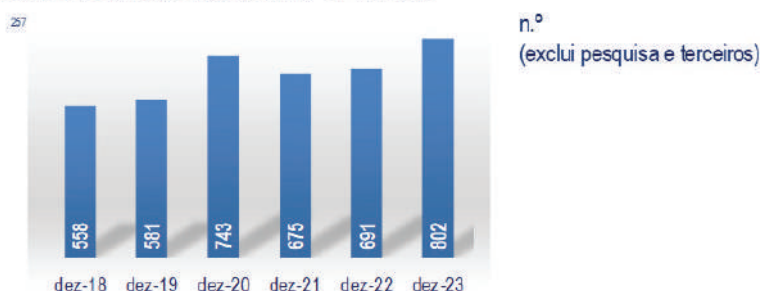
Água não Faturada (AA) - últ 12 meses



5.1.3.3 Continuidade do fornecimento

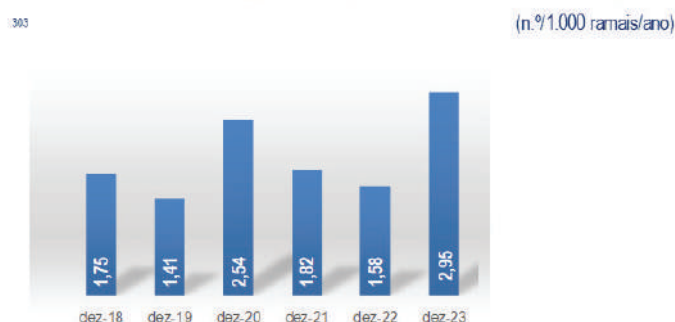
A continuidade do fornecimento continuou a ser considerada como uma área estratégica para a Empresa, tendo-se prosseguido com um conjunto de ações que visam diminuir as interrupções do fornecimento por roturas na rede de água. Para além da manutenção da eficácia e eficiência dos processos de reparação de roturas, considera-se também essencial procurar reduzir o número de roturas (avarias) na rede de água, quer por via da remodelação da rede de água, quer por via da adequação das pressões recorrendo, por exemplo, à instalação de válvulas redutoras de pressão.

Avarias em Condutas e Ramais (AA) - últ 12 meses



O aumento do número de avarias face a 2022 repercutiu-se no número de falhas no abastecimento com duração superior a 6 horas, conforme se mostra no gráfico seguinte.

Falhas no abastecimento >6h (exclui pesquisa, ramais e provocadas) (AA) - últ 12 meses



5.1.4 Controlo de Qualidade

A monitorização da qualidade da água ao longo da rede e a operação das estações de cloragem funcionam, de forma integrada, englobadas na telegestão. Para além do controlo referido, é realizado um controlo analítico da qualidade da água nas várias fases

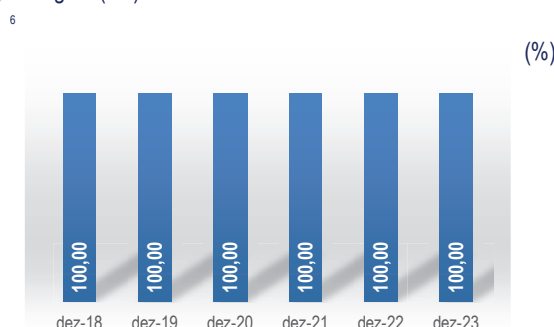
do processo, desde a origem (captação ou água comprada) até à torneira do consumidor. O referido controlo analítico é realizado de acordo com o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), nos termos da legislação em vigor, e com o Programa de Controlo Operacional, que abrange as captações e reservatórios do sistema de adução e distribuição.

Com o objetivo de monitorizar os sistemas de tratamento em funcionamento e assegurar a qualidade da água distribuída, o Laboratório da Águas de Cascais (acreditado pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação, desde 1998, segundo a norma NP EN ISO/IEC 10725:2018) realizou em 2023 as seguintes análises decorrentes do Plano de Controlo Operacional:

Captações	Captações da Quinta da Marinha	Reservatórios
4.038	2.418	7.054

Além das análises referidas, o Laboratório realizou 824 análises complementares de controlo interno (não previstas nos planos de controlo) e de colaboração com outros setores (pesquisa de furos e deteção de fugas). O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela ERSAR, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, está a ser cumprido na íntegra, tendo o Laboratório da Águas de Cascais colhido 570 amostras diretamente na torneira do consumidor.

Água Segura (AA) - últ 12 meses



Nessas amostras realizaram-se 6.121 análises, das quais 100% estavam conformes com os requisitos de qualidade da água definidos na legislação em vigor. Todas as origens de água própria são monitorizadas com base num plano de controlo operacional que inclui a determinação analítica dos parâmetros definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito da autorização de utilização dos recursos hídricos, e a determinação analítica de parâmetros definidos internamente, de modo a garantir a avaliação do sistema de abastecimento nas fases de captação, tratamento e armazenamento.

Em 2023 foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2023 de 21 de agosto, que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva 2020/2184, do Parlamento e do Conselho Europeu de 16 de dezembro, relativa ao controlo da qualidade da água para consumo humano, determinando novas regras de controlo da qualidade da água para consumo humano.

O conteúdo da referida diretiva resulta, em grande medida, da iniciativa de cidadania europeia designada por Right2Water, cujos resultados foram muito relevantes para o texto final. Por esta razão, as novas regras de controlo da qualidade da água para consumo humano refletem as principais preocupações manifestadas pelos cidadãos europeus que participaram na referida iniciativa.

O Laboratório da Águas de Cascais adotou na íntegra as novas orientações mencionadas na atual legislação, refletindo-se essa aplicação na elaboração do PCQA (Programa de Controlo de Qualidade da Água) para o ano de 2024. O referido programa foi aprovado a 18-12-2023 pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e implementado com êxito pelo Departamento de Controlo Analítico das Águas de Cascais.

5.2 Recolha e Drenagem de Águas Residuais Domésticas

5.2.1 Descrição do Sistema

O sistema de drenagem de águas residuais no Concelho de Cascais é separativo, sendo a rede doméstica constituída por um conjunto de coletores gravíticos com uma extensão de cerca de 789 km. Estes coletores asseguram a drenagem dos efluentes, desde os ramais domiciliários até à rede em alta, sob gestão da Águas do Tejo Atlântico, constituída nomeadamente pelos emissários localizados ao longo das ribeiras, o intercetor geral e a estação de tratamento de águas residuais da Guia.

As zonas que não podem ser drenadas graviticamente são servidas por 22 estações elevatórias de águas residuais (EEARD), que elevam as águas residuais para locais predefinidos.

Na tabela seguinte apresentam-se as principais características do sistema.

Drenagem	
Comprimento	789 km
Câmaras de Visita	28.850
Diâmetro	≥ 200 mm
Material Predominante	PVC
	Grés
Estações Elevatórias	22
Condutas Elevatórias	18 km

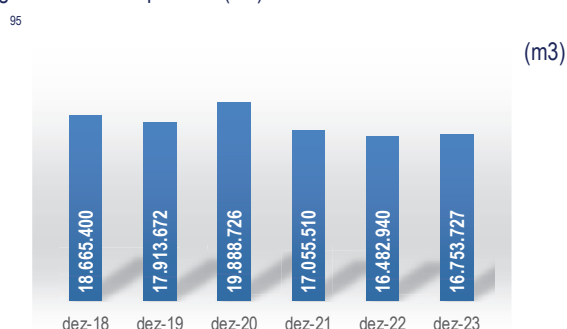
5.2.2 Controlo Operacional

O plano de manutenção preventiva implementado (redes e EEARD) tem permitido um bom desempenho, quer no que se refere à redução dos colapsos estruturais de coletores, quer no que se refere a inundações. Em 2023 registou-se uma ligeira diminuição, face a 2022, a que não será alheia uma diminuição pluviosidade. Durante o período em análise não se verificaram colapsos estruturais na rede de águas residuais domésticas.

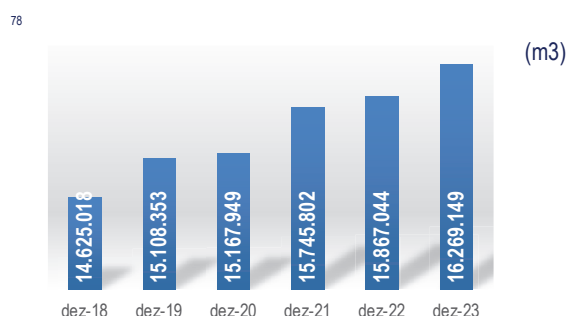
Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Ocorrência de inundações (AR) - últ 12 meses	n.º/prop. /100 km de coletor/ano	1,02	0,64	1,02	1,75	1,90	1,40	-0,50	-27%
Ocorrência de Inundações (AR) - últ 12 meses	n.º/(1000 ramais/ano)	0,24	0,15	0,23	0,41	0,48	0,32	-0,15	-32%

Nas figuras seguintes mostra-se a evolução da água faturada aos clientes com serviço de recolha de águas residuais e da água residual exportada para a AdTA.

Água Residual Exportada (AR) - últ 12 meses



Nível de atividade AR - últ 12 meses



A manutenção da tendência descendente do peso relativo dos volumes entregues à AdTA resulta dos esforços e dos resultados das ações de eliminação de infiltrações que se tem levado a cabo. No entanto, fatores exógenos à AdC, como a precipitação e o local e a época do ano em que esta ocorre, poderão influenciar a variação do peso em questão.

Estes fatores assumem uma maior relevância em Cascais, devido ao facto de durante a época balnear, que em Cascais pode manter-se por aproximadamente 6 meses, serem instaladas comportas e açudes de forma a evitar que o caudal das ribeiras e linhas de água chegue às zonas balneares, pelo que um aumento significativo do caudal destas linhas de água (com precipitação nessa época) poderá ter um impacto significativo no volume exportado para o sistema em alta.

Considera-se também que havendo, ainda, um menor esforço em eliminação de infiltrações por parte dos restantes municípios utilizadores do sistema em alta da AdTA o peso de Cascais aumenta, naturalmente, em anos mais secos (anos com maior precipitação como o que temos observado afetam mais os municípios que apresentem uma maior taxa de infiltrações).

Com base no acima referido, foi considerado estratégico a persistência de esforços no sentido diminuir as infiltrações (*Inflow & Infiltration*) no sistema de águas residuais domésticas. No ano de 2023 deu-se sequência à pesquisa de infiltrações com uma máquina geradora de fumos e através de vistorias prediais, aproveitando a estrutura e procedimentos já implementados no projeto Poluição Zero, para os casos em que se venha a verificar que as infiltrações têm origem em redes prediais.

Com este projeto pretende-se continuar a diminuir a quota da AdC nos custos da AdTA, uma vez que não existe qualquer influência da nossa parte que permita promover ou induzir uma redução dos custos daquela entidade os quais, no modelo de “cost plus” que adota, são totalmente transferidos para os municípios que abrange.

Em 2023 foram efetuados 938 despejos de fossas em zonas não cobertas por rede de águas residuais domésticas, nos quais se registou um tempo de espera médio (últimos 12 meses) de 27,6 dias, o que revela uma diminuição no tempo de resposta em 0,3 dias, face a 2022.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Tempo médio de resposta a pedidos de despejo de fossa - últ 12 meses	Dias	17,8	20,3	17,4	19,1	27,9	27,6	-0,3	-1%

5.2.3 Projeto Poluição Zero

A Águas de Cascais desenvolveu e implementou um procedimento rigoroso para deteção de anomalias, cujas ações passam por inspeções às redes de águas residuais domésticas e pluviais, a montante das descargas indevidas, e que respondem, na íntegra, a todas as solicitações.

No caso de ser detetada uma anomalia, é realizada uma vistoria às redes prediais, sendo notificado o proprietário para a sua resolução e estabelecendo um prazo para tal. Findo este prazo, procede-se à vistoria final para verificação dos trabalhos corretivos efetuados pelo cliente, dando-se por concluído este processo.

No âmbito deste projeto, foram já tratados 4.815 processos, dos quais cerca de 31% foram identificados nos últimos seis anos. Por implicarem, muitas vezes, obras em redes prediais, estes processos têm um prazo longo até ao seu encerramento. No entanto, apenas 475 processos ainda não foram ainda encerrados.

Anos	Data de Abertura																		Total Geral
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
0	1	1	2	3	3	7	21	19	29	46	21	20	19	18	40	20	107	98	475
2007		2																	2
2008	1	18	67																86
2009	1	8	42	57															108
2010	2	2	15	33	78		1												131
2011	2		9	16	22	88													137
2012		1	2	2	6	51	277												339
2013		6	3	3	2	23	151	169											357
2014	1		5			12	21	108	300										447
2015			2		7	6	13	26	174	356									584
2016				3	2	4	7	5	31	151	169								372
2017		2				1	2	4	9	19	115	185							337
2018	1	1	2			1	7	2	4	7	14	71	108						218
2019			3			1	3			7	13	64	158						249
2020							1			1	4	6	3	76	103				194
2021							1	1		9	4	3	6	20	98	84			226
2022			3	1	2	1	3	1	3	3	5	1	4	8	80	39	95		249
2023			3			2	6	5	8	4	3	4	2	2	67	9	30	136	281
2024									1					1	2	1		18	23
Total Geral	9	41	158	118	122	197	514	340	559	596	342	303	206	283	390	153	232	252	4.815

Em 2023 verificou-se um número significativo de anomalias identificadas e tratadas no âmbito do projeto poluição zero, sendo de destacar os processos relativos a ligações indevidas de Águas Pluviais no sistema de Águas Residuais Domésticas. Tal como anteriormente referido, a Empresa encontra-se a implementar um programa para a redução de águas pluviais/águas de infiltração na rede de águas residuais domésticas, de forma a minimizar a entrada de caudais indevidos no sistema, nomeadamente em períodos de forte pluviosidade, e a prevenir a ocorrência de inundações, acidentes de viação e outros problemas ambientais.

	Data de Abertura																		Total Geral
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
AP em ARD		5	27	19	14	60	356	267	482	491	284	240	166	222	255	16	58	90	3.052
N/A	1	2	34	19	34	68	91	35	55	55	33	36	17	16	72	92	68	114	842
ARD	3	13	17	29	12	29	13	17	11	31	18	22	16	37	48	34	101	34	485
ARD em AP	5	21	78	50	58	36	54	20	11	19	7	5	7	7	15	9	2	13	417
AP			2	1	4	4		1						1		2	2		17
Total Geral	9	41	158	118	122	197	514	340	559	596	342	303	206	283	390	153	232	252	4.815

As inspeções com recurso a equipamento gerador de fumos têm demonstrado ser um método eficaz na deteção de deficiências estruturais, assim como de ligações indevidas na rede de águas residuais domésticas. Este equipamento permite a introdução de fumo nos coletores de ARD, sendo possível identificar, à medida que o fumo percorre o troço de coletor, as origens de infiltração, já que o fumo irá sair através desses orifícios, quer estes se encontrem na via pública (sumidouros, sarjetas, outras ligações indevidas), quer se encontrem nas redes prediais (ligações indevidas como algerozes, sumidouros, etc.). A melhoria de desempenho nesta área é bem patente na tabela seguinte:

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Infiltrações redes prediais não visíveis detetadas (AR) - Acumulado	n.º	2.555	2.784	2.956	3.027	3.152	3.263	111	4%
Infiltrações em redes prediais detetadas por extensão de pesquisa (AR) - últ 12 meses	n.º/km	12	13	11	5	4	4	1	16%
Infiltrações na rede pública não visíveis detetadas (AR) - Acumulado	n.º	88	88	92	94	94	94	0	0%

Em 2023 foram pesquisados cerca de 26,5 km de rede, tendo sido identificadas 111 infiltrações, correspondendo a 4 infiltrações detetadas por km de rede pesquisada. As pesquisas tiveram grande incidência na união de freguesias de Alcabideche, tendo sido realizadas pesquisas com máquina geradora de fumo e com recurso a vistorias prediais. Até ao final de 2023, considerando valores acumulados, foram detetadas 3.372 infiltrações, das quais foram já eliminadas 2.833, em redes prediais, e 25 em redes públicas, estando pesquisada cerca de 62% de toda a rede de drenagem de águas residuais domésticas do concelho.

5.3 Equipamentos e Infraestruturas

5.3.1 Infraestruturas da rede de água e de águas residuais

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução do número de ordens de serviço emitidas no âmbito das atividades de manutenção de equipamentos e infraestruturas.

Tipo de OS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2022 vs 2021	2023 vs 2022
Domiciliário	6.563	6.098	5.606	4.932	3.688	4.809	4.779	4.736	-1%	-1%
Subs. Contador	1.271	797	1.088	923	713	1.087	1.014	981	-7%	-3%
Colocar Contador	1.028	908	838	1.002	902	918	1.001	1.013	9%	1%
Alterar Calibre	1.509	1.665	1.298	919	454	535	381	282	-29%	-26%
Rep. Rot. Jt Contador	1.221	1.159	831	673	557	802	797	818	-1%	3%
Rep. Tor. Seg.	571	609	497	539	407	508	536	486	6%	-9%
Abertura Água	323	427	381	313	174	183	198	289	8%	46%
Selar Contador	187	164	270	162	88	257	221	246	-14%	11%
Verif. Falta Água	178	142	147	134	165	183	194	190	6%	-2%
Verif. Pressão	161	133	115	141	138	215	219	185	2%	-16%
Ret. Contador	34	43	82	65	45	43	72	57	67%	-21%
Verif. Ruídos	70	37	30	44	31	41	50	44	22%	-12%
Mudar Contador de Local						24	69	82	188%	19%
Fecho Água	8	7	18	10	6	4	12	9	200%	-25%
Manutenção Rede Águas	1.413	1.479	1.471	1.626	1.444	1.483	1.520	1.651	2%	9%
Rep. Rot. Rede Geral	856	1.076	917	881	1.005	928	934	1.141	1%	22%
Rep. Rot. Ramal	139	154	198	176	164	218	205	224	-6%	9%
Colocar Torneira Ramal	125	68	123	99	101	134	174	107	30%	-39%
Subs. Torn. Rede Geral	166	95	147	78	77	105	63	48	-40%	-24%
Rep. Marco Incêndio	14	6	28	286	3	11	9	1	-18%	-89%
Tamp. Ramal	26	33	22	33	31	23	66	81	187%	23%
Tapar Vala	61	23	15	27	31	33	26	13	-21%	-50%
Subs. Ramal	7	5	5	14	10	5	11	8	120%	-27%
Subs. Marco Incêndio				18	7	14	12	12	-14%	0%
Fazer By-pass	1	6	5	1	3	1	4	2	300%	-50%
Ret. Ramal	2	1		3	2	1	4	2	300%	-50%
Fecho Rede	1.652	1.591	1.636	1.389	1.051	1.476	1.505	1.033	2%	-31%
Rep. B. I.	882	869	907	793	679	705	717	641	2%	-11%
Rep. Olho Boi	393	440	446	405	279	225	312	280	39%	-10%
Tamp. Olho Boi	212	159	161	90	40	428	321	15	-25%	-95%
Dest. Olho Boi	131	99	92	86	53	104	148	83	42%	-44%
Tamp. B. I.	27	17	20	10		10	5	3	-50%	-40%
Outros	558	627	652	254	474	823	773	650	-6%	-16%
Colocar Xadrez	139	160	129	55	65	282	286	268	1%	-6%
Fazer Caixa	162	162	222	69	191	216	202	144	-6%	-29%
Colocar Portinhola	75	104	158	48	92	151	161	136	7%	-16%
Colocar Tampa Pedra	39	72	51	15	10	32	19	18	-41%	-5%
Manutenção Instalações	73	41	28	11	19	32	18	32	-44%	78%
Apoio Saneamento	26	24	14	32	58	34	12	3	-65%	-75%
Outros	14	13	11	9	13	42	45	37	7%	-18%
Desentulhar Torneira	9	21	28	10	17	29	26	11	-10%	-58%
Intervenção Manutenção	401	362	422	494	557	672	717	744	7%	4%
Executar Ramal AA	287	303	352	419	490	595	631	657	6%	4%
Fazer Descargas	57	43	58	62	53	67	70	72	4%	3%
Subs. Ventosa	19	11	8	8	8	7	8	5	14%	-38%
Total Geral	10.589	10.157	9.787	8.695	7.214	9.263	9.294	8.814	0%	-5%

Destaca-se, em 2023, a execução de 657 ramais de água, 178 ramais de águas residuais domésticas e 189 ramais de águas pluviais. Foram reparados e substituídos 230 ramais de água e 27 ramais de águas residuais domésticas e pluviais. Foram ainda, efetuadas 44 intervenções de manutenção corretiva em coletores. Na sequência das intervenções efetuadas, foram repostos pavimentos, de acordo com as exigências do REGIS, num total de 8.514 m², dos quais 3.316 m² de pavimento betuminoso e 5.198 m² em calçada.

Em 2023, destaca-se ainda a realização dos seguintes trabalhos de manutenção do sistema de AA:

- Substituição de transmissores de nível em diversas células de reservatórios (ex.: célula 1 do Reservatório da Quinta da Marinha, célula 1 do Reservatório de Murches e Reservatório de Janes);
- Instalação de uma Válvula Reguladora de Caudal, na ZMC CB1.8;
- Instalação de uma VRP, na ZMC AL2.1, na ZMC GL1.3;
- Substituição de caudalímetro da distribuição do reservatório do Cobre para a Pampilheira, do reservatório do Goulão para o Alto Estoril, do reservatório do Cobre para a Quinta da Marinha;
- Substituição de caudalímetros nas ZMC CB1.7, MR1.1, MR1.4, PG2.1 e MR2.4;
- Reparação do Transmissor de Nível da célula 2 do reservatório da Pampilheira;
- Realização de Benfeitorias em diversos reservatórios: Pau Gordo (beneficiação da vedação); Vale de Cavalos (reparação e impermeabilização do interior das células e cobertura); Cobre (reparação e impermeabilização da cobertura, instalação de portão automatizado e beneficiação da vedação); Parede Novo (câmara de manobras e cobertura); Alcoitão (beneficiação da vedação e muro gabião); Pisão (Impermeabilização exterior da Célula); Pampilheira (reparação da cobertura); Abano (impermeabilização pontual da cobertura); Outeiro de Polima (reparação e impermeabilização do interior das células e cobertura); PER de Trajouce (reparação e impermeabilização do interior da célula); Booster Quinta da Marinha (reparação e impermeabilização do interior da célula), Malveira da Serra (reparação da vedação e substituição da porta do compartimento do Hipoclorito), Parede Velho (beneficiação da vedação); Murches (substituição de vidros partidos) e S. Domingos de Rana (reparação do teto da câmara de manobras e substituição de vidros partidos);
- Execução de armário para ramal EDP no Reservatório do Abano;
- Colocação de sinalética de segurança nos equipamentos de elevação;
- Colocação de sinalética SWL nos equipamentos de elevação;
- Beneficiação do grupo eletrobomba GE1 do Booster de Outeiro de Polima;
- Reparação da bomba doseadora de ácido clorídrico do Gerador de Dióxido de Cloro na ETA do Rio da Mula;
- Instalação de válvula antirretorno na descarga do PER de Matos Cheirinhos;
- Instalação de válvula Flucon na adução do Reservatório da Abuxarda;
- Reparação do motor do grupo eletrobomba do furo PS2 do Reservatório das Cardosas;
- Substituição da membrana do reservatório hidropneumático do Reservatório do Cobre;
- Beneficiação do grupo eletrobomba G.E.1 do Reservatório do Cobre;
- Reparação da tubagem de compressão da sobrepressora da Malveira da Serra;
- Substituição dos cabos de alimentação do grupo eletrobomba G.E.1 da EE mais antiga do Reservatório de Moinhos de Rana;
- Finalização da beneficiação do grupo eletrobomba G.E.1 do Reservatório do Monte Estoril;
- Substituição sonda nível combustível Gerador da Sede;
- Ensaio em carga ao gerador da sede;
- Substituição do sistema de deteção de ferra dos grupos eletrobomba G.E.1 e G.E.5 do Booster de Porto Covo;
- Substituição do sistema de deteção de ferra do grupo eletrobomba G.E.4 da Captação da Atrozela;
- Substituição do conversor de frequência do G.E. do Furo RA6 do Pisão;
- Substituição do conversor de frequência do G.E. 5 de Porto Covo;
- Beneficiação do grupo eletrobomba G.E. 3 do Booster de Porto Covo;
- Alteração de sinais da válvula Flucon do Reservatório do Alto Estoril;

- Reparação da válvula Flucon do Reservatório de S. Domingos de Rana;
- Reparação do Conversor de Frequência do G.E. 4 da EEAA da Atrozela;
- Reparação da bomba doseadora de cloro do Reservatório da Quinta da Marinha, Malveira da Serra e do Pisão;
- Alteração dos sinais entre autómatos do Reservatório do Pisão;
- Substituição da válvula de boiador no PER da Adroana;
- Reparação da bomba de amostragem do turbidímetro do furo F2 da ETA da Atrozela;
- Substituição do pack de baterias em diversos medidores de caudal GSM (ramal da EPAL de Moinhos de Rana, ramal da EPAL1 e ramal da EPAL2 do Monte Estoril; ramal da EPAL de Pau Gordo);
- Reparação da bomba de amostragem do analisador de cloro e pH da distribuição da ETA do Rio da Mula;
- Reparação dos analisadores de cloro e pH dos reservatórios de Murches e da Pampilheira;
- Reparação da bateria de condensadores da EEAA da Atrozela;
- Aquisição para o Laboratório de Controlo Analítico, de um fotómetro de Cloro livre com função de leitura de Dióxido de Cloro;
- Aquisição de uma Rampa de Filtração para o laboratório de Microbiologia;
- Aquisição de um Condutivímetro para realização de análises e leituras de Condutividade;
- Execução de benfeitorias no Laboratório (Substituição do lavatório no wc masculino, substituição da torneira misturadora na sala de lavagem de material da Microbiologia, trabalhos de carpintaria na sala dos espectrofotómetros e reorganização da sala do apoio administrativo e execução de acesso pedonal alternativo na zona relvada);
- Substituição do Blower do sistema de lavagem dos filtros da ETA do Rio da Mula;
- Montagem da instrumentação do RAC do Reservatório do Cobre;
- Aquisição de um reservatório de combustível com 400 L de capacidade para o gerador do POM;
- Ensaio em carga ao gerador do POM;
- Reparação de rotura no coletor de aspiração geral da bombagem do reservatório do Pau Gordo;
- Reparação do grupo eletrobomba do sistema de ferra do reservatório do Pisão;
- Reparação da Bomba doseadora e analisador de cloro de Vale de Cavalos;
- Substituição de boias de nível da célula 3 (Mínimo e Máximo) do Reservatório de São Domingos de Rana;
- Reparação do Analisador de Cloro e pH do Reservatório de Murches;
- Substituição da bomba de retorno da amostragem do Analisador de Cloro e pH do Reservatório de Alcoitão;
- Substituição do transmissor de nível do Reservatório de Janes;
- Início de um projeto de Telemetria para jardins e espaços verdes;
- Continuação de diversos trabalhos de serralharia, no âmbito da manutenção e conservação das instalações;
- Continuação da colocação da etiquetagem nos equipamentos;
- Continuação da realização da manutenção preventiva nas instalações.

Nas figuras seguintes apresentam-se algumas imagens das intervenções realizadas no sistema de AA.



Reservatório do Monte Estoril – Beneficiação do G.E.1



Booster de Outeiro de Polima – Beneficiação dos G.E.



Reservatório do Cobre – Impermeabilização da Cobertura



Reservatório do Cobre – Substituição da Vedação



Reservatório da Abuxarda – Instalação de Válvula Flucon



Furo PS2 das Cardosas – Reparação do G.E.



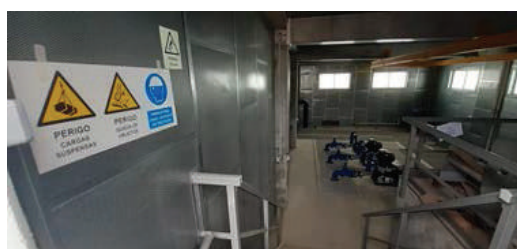
Reservatório do Cobre - Beneficiação do armazenamento de Hipoclorito



Reservatório do Cobre – Substituição da Membrana do reservatório hidropneumático



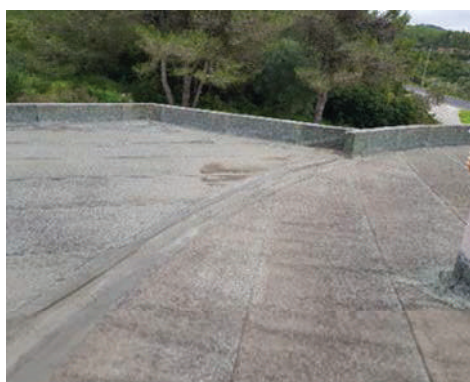
Reservatório de Moinhos de Rana - Colocação de Sinalética



Reservatório de Murches – Colocação de Sinalética



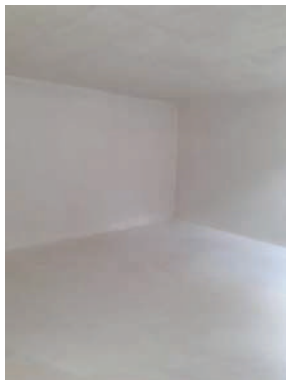
Booster da Quinta da Marinha - sinalética SWL



Reservatório do Abano – Beneficiação da Cobertura



Reservatório Parede Novo – Benfeitorias



Booster da Quinta da Marinha - Benfeitorias



Reservatório de Vale Cavalos – Benfeitorias



Reservatório do Cobre – Manutenção Preventiva



Reservatório de Moinhos de Rana – Manutenção Preventiva



Reservatório do Cobre – substituição do caudalímetro



ETA do Rio da Mula – Instalação do Blower



ETA do Rio da Mula – substituição do conversor de frequência



Reservatório do Goulão – sinalética SWL



Reservatório de Alcoitão – colocação de etiquetas



Reservatório do Cobre - Instalação de portão automatizado



Laboratório – Aquisição de Condutivímetro



Laboratório – execução de acesso pedonal



Laboratório – Aquisição de novo Fotómetro de Cloro Livre



Booster de Porto Covo – substituição do conversor de frequência do G.E. 5



Reservatório do Pisão – montagem do G.E. do sistema de ferra

No que se refere ao sistema de drenagem de águas residuais, manteve-se o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva, tendo sido efetuadas 86 ações de manutenção preventiva, em locais críticos, num total de cerca de 9.100 m de coletores de águas residuais domésticos intervencionados. Foram ainda efetuadas 61 substituições de tampas de caixas de visita e 67 desobstruções de coletores.

Foram realizadas diversas intervenções de manutenção corretiva em coletores de águas residuais domésticas, sendo de destacar pela sua dimensão as realizadas em:

- Ribeira das Parreiras, Talaíde;
- Avenida de Pádua, Monte Estoril;
- Rua 11 de Novembro, Madorna;
- Rua Miguel Bombarda, Parede;
- Rua do Canto, Alvide;
- Travessa Cesário Verde, Pau Gordo;
- Praia da Conceição, Cascais;
- Rua Gil Eanes, Cascais;
- Rua do Rio, Zambujal;
- Rua Frei Miguel Contreiras, Galiza;
- Rua de Platão, Zambujal.

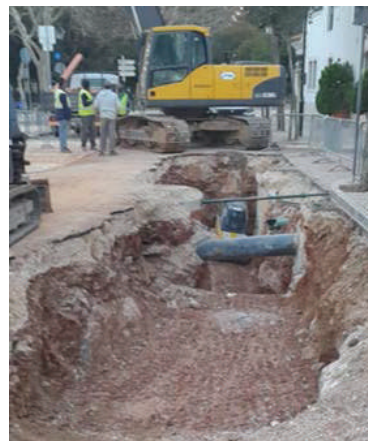
Destacam-se, ainda, os seguintes trabalhos de manutenção do sistema de ARD, realizados em 2023:

- Instalação de diferencial de elevação de cargas novo na EEAR da Malveira da Serra;
- Beneficiação da caixa do caudalímetro da EEAR da Malveira da Serra;
- Beneficiação dos espaços verdes das EEAR do Zambujeiro;
- Beneficiação dos espaços verdes das EEAR de Murches;
- Reparação da conduta de compressão da EEAR da Quinta da Marinha;
- Substituição do arrancador suave e colocação em funcionamento do Grupo 1 da EEAR de Santa Marta;
- Execução de ligação ao tanque “pulmão” para situação de overflow na EEAR da Cresmina;
- Beneficiação do grupo eletrobomba G.E.2 da EEAR da Atrozela;
- Beneficiação do poço de bombagem da EEAR da Atrozela;
- Beneficiação das válvulas de retenção da EEAR de Murches;
- Beneficiação do grupo eletrobomba G.E.2 da EEAR de Mato da cruz e Calçada;
- Beneficiação da EEAR da Quinta da Marinha (arrancador suave do G.E.2 e Bateria de Condensadores);
- Beneficiação das válvulas de retenção da EEAR de Almoinhas Velhas II;
- Substituição e colocação em funcionamento do Grupo 2 da EEAR de Murches e do Grupo1 da EEAR do Zambujeiro;
- Aquisição de caudalímetro para a EEAR da Malveira da Serra;
- Beneficiação do Tamisador da EEAR da Malveira da Serra (substituição das escovas);
- Reparação da válvula na compressão do G.E.2 da EEAR de S. João do Estoril;
- Limpeza dos poços das estações elevatórias.

Nas figuras seguintes apresentam-se algumas imagens das intervenções realizadas no sistema de ARD.



EEAR de Murches – Intervenção no G.E.1



Cascais – Largo da Assunção



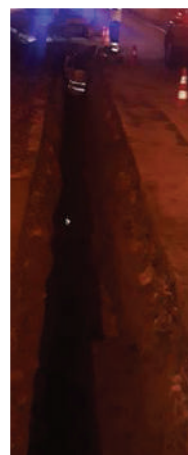
EEAR da Cresmina – Execução de ligação ao tanque “pulmão” para situação de overflow



EEAR da Malveira da Serra – Sinalética



Cascais – Ribª das Parreiras



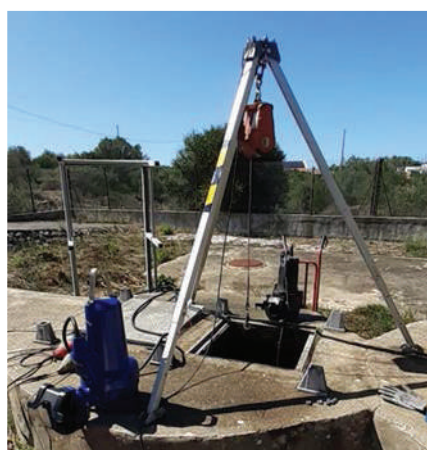
Estoril – Av. de Pádua



EEAR Malveira da Serra – Caixa do caudalímetro



EEAR da Malveira da Serra – Instalação de novo Diferencial



EEAR do Zambuieiro – substituição do G.E. 1

5.3.2 Rede de Águas Pluviais

No segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi incluído, no âmbito da responsabilidade da empresa, um programa de manutenção do sistema de águas pluviais (Anexo XI, ponto 2.5), que engloba um conjunto de quantidades de trabalhos anuais predefinidas, cuja execução se apresenta na tabela seguinte:

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Limpeza e desobstrução de coletores (km)	28,471	29,119	28,367	28,660	29,861	31,076	31,208	385,120
Inspeção de vídeo (km)	8,756	5,625	8,095	6,561	2,970	1,614		73,648
Levantamento de CV - Cadastro (Un.)	257	151	159	202	163	108	239	16.355
Limpeza de câmaras de visita e caixas de ramal (Un.)	120	145	161	285	33	61	310	1.912

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral
Limpeza e desobstrução de ramais (Un.)	120	123	120	120	29	58	189	1.649
Manutenção Sarjetas e Sumidouros (exc limpeza) (Un.)	3	20	22	2	11	3	4	356
Reparação/renovação/substituição de ramais (Un.)		1		5	4	1		42
Substituição de tampas das câmaras de visita (Un.)	91	65	59	77	93	71	80	1.267

5.3.3 Gestão de Ativos

Em 2020 foi criada uma Área de Gestão de Ativos, com o objetivo de realizar um acompanhamento de todo o ciclo de vida dos ativos, com vista à preservação dos mesmos, através de um compromisso entre risco, desempenho e custo. Pretende-se assim, criar uma ferramenta de análise e apoio à tomada de decisão.

Em 2023 foi concluído o trabalho de inventariação e etiquetagem dos equipamentos existentes nas instalações de abastecimento de água, tendo sido criado um formulário para o registo das observações realizadas durante as inspeções às instalações. Com este formulário pretende-se analisar as condições, tanto dos equipamentos eletromecânicos como das infraestruturas que os acolhem. Desta forma a AdC conseguirá criar um histórico com vista a analisar a degradação dos ativos ao longo do tempo.

No ano de 2023 a Águas de Cascais integrou o projeto PENSA3 que incide sobre a gestão de ativos e no qual serão efetuadas avaliações das condições dos ativos verticais para verificação/definição de prioridades de investimento. Este projeto colaborativo terá uma duração de dois anos e será desenvolvido por várias fases. Após a avaliação dos ativos, a eficiência energética, as ordens de serviço, a pegada de carbono e a reutilização serão outras fases do mesmo projeto.

5.3.4 Energia

No quadro de melhoria da eficiência energética do sistema de distribuição de água, foi desenvolvida uma base de dados de controlo mensal dos consumos para todas as instalações da empresa. Com base nos dados obtidos, foi possível identificar as instalações com menor eficiência (ph5) e maiores consumos ou com maior taxa de consumo em horas de ponta e, assim, estabelecer um conjunto de ações de melhoria que estão em curso ou já foram implementadas.

Na tabela seguinte regista-se a evolução dos indicadores de eficiência energéticas de instalações elevatórias e de utilização dos recursos energéticos de AA.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA) - últ 12 meses	kWh/ m3/100 m	0,52	0,53	0,54	0,50	0,51	0,48	-0,03	-6%
Utilização dos recursos energéticos (AA) - últ 12 meses	kWh/1.000 m3 (entrado)	137	134	123	133	129	129	0	0%

Para além das medidas de eficiência dos sistemas de bombagem têm-se adequado as regras de gestão horária dos grupos, para minimizar o consumo de energia em períodos de tarifas superiores.

Quando comparamos o indicador de eficiência energética relativo ao ano de 2023 com o ano anterior, constatamos que houve uma redução na ordem de 6%. O indicador de utilização dos recursos energéticos manteve-se estável no mesmo período. A utilização destes recursos está naturalmente associada à necessidade de bombagem para fazer face aos consumos de água.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Utilização de Energia em horas de ponta para bombeamento (AA) - últ 12 meses	%	13,3	13,3	13,2	13,9	14,1	13,6	-0,5	-3%

Em 2023 verificou-se uma redução dos valores da energia utilizada em horas de ponta para bombeamento, face a 2022. Esta situação poderá ter resultado da alteração do padrão de consumo de água pelos nossos clientes, devido à diminuição da

pluviosidade que se verificou nos últimos meses, uma vez que as zonas abastecidas a partir de estações elevatórias encontram-se estabilizadas, designadamente das condições de abastecimento (pressão), assim como da gestão da água produzida nas captações.

À semelhança do que foi realizado no sistema de distribuição de água foi, também desenvolvida uma base de dados de controlo mensal dos consumos para todas as instalações elevatórias de ARD. Note-se que, ao contrário do que acontece nas EEAA, a gestão das EEARD está pouco dependente da atividade da Empresa, uma vez que as necessidades de bombagem resultam do aumento dos caudais na rede os quais, como já referimos, muito dependem, das infiltrações de águas pluviais ou das condições climáticas.

Importa, por isso e nesta matéria, eliminar o máximo de infiltrações possível, evitando assim, bombagens, consumos e energia dispensáveis (ver ponto a seguir). De qualquer modo, estão a ser estudadas algumas medidas de identificação de grupos de bombagem com níveis de eficiência que justifiquem economicamente a sua remodelação.

Da análise da base de dados dos consumos de energia acima referida, foi identificado como prioritário aprofundar o conhecimento sobre a tipologia das aflúncias indevidas existente nas sub-bacias onde estas são mais relevantes. Assim, foi desenvolvido um projeto plurianual que visa identificar e caracterizar os diferentes tipos de aflúncias indevidas no subsistema da EEAR da Malveira da Serra, para que seja possível mitigá-las e/ou eliminá-las.

Esta situação é particularmente evidente neste subsistema, onde se verifica uma enorme sensibilidade ao fator precipitação, com o consequente aumento significativo das horas de funcionamento dos grupos eletrobomba.

Na tabela seguinte apresenta-se a evolução dos indicadores relacionados com a utilização dos recursos energéticos e de eficiência energética de instalações elevatórias, verificando-se uma ligeira diminuição no indicador “Utilização dos recursos energéticos”, mantendo-se a ordem de grandeza dos anos anteriores.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Utilização dos recursos energéticos (AR) - últ 12 meses	kWh/1.000 m3 (recolhido)	6,96	6,62	5,04	9,48	13,01	13,26	0,3	2,0%
Eficiência energética de instalações elevatórias (AR) - últ 12 meses	kWh/ m3/100 m	0,56	0,58	0,58	0,60	0,71	0,82	0,11	15,7%

Para além das medidas já apresentadas, implementadas e em curso, nos processos de produção e distribuição de água e recolha de águas residuais, a melhoria do desempenho económico, nesta área, depende também da eficácia dos processos de compra. Com esta perceção, desde há vários anos, a compra do fornecimento de combustíveis e eletricidade, em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), é realizada em conjunto com outras concessões e por via do acionista.

No ano de 2023 verificou-se uma redução do custo médio de BTN, em cerca de 19%, e na BTE e MT, em cerca de 33%, face a 2022, traduzindo a redução dos preços da aquisição de energia nos mercados internacionais.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Custo Médio da eletricidade - BTN - últ 12 meses	€ / MWh	189	173	155	186	244	198	-45	-19%
Custo Médio da eletricidade - BTE e MT - últ 12 meses	€/MWh	133	138	125	135	247	167	-80	-33%

5.4 Plano de Investimentos

5.4.1 Planeamento Geral

Permitimo-nos, desde já, destacar as seguintes intervenções e projetos, pela sua relevância para o sistema concessionado:

- Conclusão dos trabalhos do 3.º Adutor nos troços situados no concelho de Sintra;

- Continuação dos trabalhos de construção do Reservatório de Janes;
- Continuação da obra de Melhoria da Segurança da Barragem do Rio da Mula;
- Continuação dos trabalhos da estação elevatória da Charneca, com vista à otimização do sistema de ARD;
- Conclusão da obra de remodelação de coletores na Rua Marquês de Pombal na Parede;
- Início da obra de instalação da conduta adutora entre as condutas situadas na Estrada de Manique e na Estrada das Neves, permitindo a ligação entre os reservatórios de Manique e de Pau Gordo;
- Desenvolvimento do processo de ligação de Vila Fria ao reservatório Superior em Talaíde, em conjunto com a EPAL, com conclusão dos trabalhos de integração na telegestão AdC.

A execução financeira total do Plano de Investimentos foi, no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2023, de 69.200.465 € (a preços de junho de 2007), com a distribuição apresentada na tabela seguinte.

Valores em € (a preços de junho de 2007)

Obra	2009-2021	2022	2023	Total Geral
1 - RESERVATÓRIO DE MANIQUE	2.941.573	0	0	2.941.573
12+13 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO RESERVATÓRIO DO COBRE P/ O RESERVATÓRIO DE MURCHES	1.466.948	0	0	1.466.948
14 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE MURCHES (4.000 m3)	3.369.095	0	0	3.369.095
16 - CONDUTA ELEVATÓRIA DO RESERVATÓRIO DE MURCHES PARA JANES	1.012.855	0	0	1.012.855
19+20 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO RESERVATÓRIO DE JANES PARA RESERVATÓRIO DA MALVEIRA DA SERRA	491.353	0	0	491.353
22 - REORDENAMENTO GERAL DAS REDES DA MALVEIRA DA SERRA, JANES E ABANO	1.072.591	0	0	1.072.591
27 - REMODELAÇÃO DA ETA DO RIO DA MULA	1.060.397	296.599	243.818	1.600.814
32 - AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO DE CONDUTAS DISTRIBUIDORAS	5.699.845	221.640	180.059	6.101.544
4 - REORDENAMENTO GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE MANIQUE	1.959.922	1.104	128.497	2.089.523
44 - AMPLIAÇÃO/REMODELAÇÃO DE COLECTORES DE ÁGUAS RESIDUAIS	15.130.731	312.003	274.178	15.716.911
4A - BOOSTER DA ADROANA	38.770	0	0	38.770
56 - 3ª ADUTOR	8.549.252	342.521	69.255	8.961.028
57 - RESERVATÓRIO SUPERIOR	2.217.670	0	125.999	2.343.669
59 - REORD. GERAL REDE RES. SUPERIOR E CARDOSAS (Obra 32 Cont. Quadro)	2.846.125	12.228	258.725	3.117.078
60 - REORD. GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE BICESSE (Obra 32 Cont. Quadro)	105.776	0	0	105.776
62 - REORD. GERAL DA REDE DA ABUXARDA - 2ª FASE (Obra 32 Cont. Quadro)	78.335	0	0	78.335
64 - REORD. GERAL DA REDE DOS RESERVATÓRIOS DO COBRE, PAMPILHEIRA, Q. MARINHA E CASCAIS (Obra 32 Cont. Quadro)	93.943	0	213.559	307.502
65 - REORD. GERAL DA REDE RESERVATÓRIO DE MURCHES (Obra 32 Cont. Quadro)	1.703.570	19.855	0	1.723.425
66 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE JANES	198.021	376.424	369.168	943.612
67 - AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ALCOITÃO	2.069.448	0	0	2.069.448
68 - REORD. GERAL DA REDE DO RESERVATÓRIO DE ALCOITÃO (Obra 32 Cont. Quadro)	438.035	0	0	438.035
69 - SISTEMA ELEVATÓRIO DO GOULÃO	459.664	0	0	459.664
70 - REORD. GERAL REDE DO RESERVATÓRIO ALTO ESTORIL (Obra 32 Cont. Quadro)	209.832	0	0	209.832
73 - REORDENAMENTO GERAL REDE RESERVATÓRIOS DE PAU GORDO E GOULÃO (Obra 32 Cont. Quadro)	419.409	64.650	0	484.059
74 - REORD. GERAL REDE DOS RESERVATÓRIOS OUTEIRO DE POLIMA E CAPARIDE (Obra 32 Cont. Quadro)	176.970	168.781	39.381	385.132
75 - REORD. GERAL REDE DOS RESERV. MOINHOS DE RANA, PAREDE NOVO E SD DE RANA (Obra 32 Cont. Quadro)	1.205.533	0	0	1.205.533
OBRAS EM ARP PARA MELHORIA DO SISTEMA DE ARD**	738.612	85.272	42.650	866.534
REDES DE COLETORES DO CABREIRO E PISÃO	634.652	0	0	634.652
REMODELAÇÃO DE COLETORES NA AV. MARGINAL - PAREDE	337.342	0	0	337.342
REMODELAÇÃO DO EMISSÁRIO DA RIBEIRA DOS MOCHOS	527.533	0	0	527.533
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA AMOREIRA	87.971	0	0	87.971
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA CASTELHANA	274.280	0	0	274.280
REMODELAÇÃO DE COLETORES DA PAREDE	1.145.180	39.232	178.674	1.363.085
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS MARIANAS	728.459	0	244.411	972.869
REMODELAÇÃO DE COLETORES DAS VINHAS	1.016.085	0	0	1.016.085
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE BICESSE	1.538.060	0	0	1.538.060
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CAPARIDE	361.020	178.865	3.442	543.327
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE CASCAIS	623.718	0	0	623.718
REMODELAÇÃO DE COLETORES DE SASSOEIROS	28.104	0	186.827	214.931
REMODELAÇÃO DE COLETORES DOS MOCHOS	53.549	0	0	53.549
REMODELAÇÃO DE EQUIPAMENTO NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE AREIA ZAMBUJEIRO E CRISMINA	245.363	16.585	0	261.948

Obra	2009-2021	2022	2023	Total Geral
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA CHARNECA	238.538	166.573	23.928	429.039
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA PRAIA DA PAREDE	37.230	0	0	37.230
REMODELAÇÃO DO SISTEMA ELEVATÓRIO DA SANTA MARTA	221.305	0	0	221.305
SANEAMENTO DE ALMOINHAS VELHAS	462.902	0	0	462.902
Total Geral	64.315.565	2.302.331	2.582.569	69.200.465

5.4.2 Intervenções em curso e planeadas

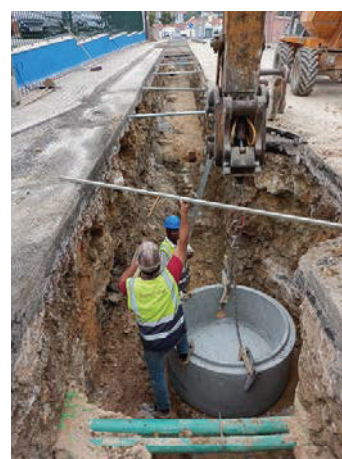
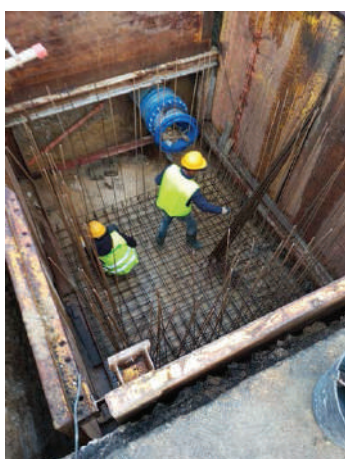
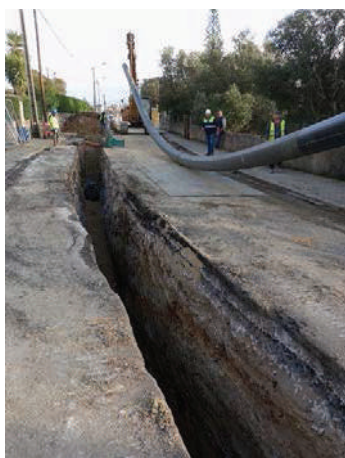
Nos pontos seguintes apresenta-se a situação das obras em curso mais relevantes do Plano de Investimentos.

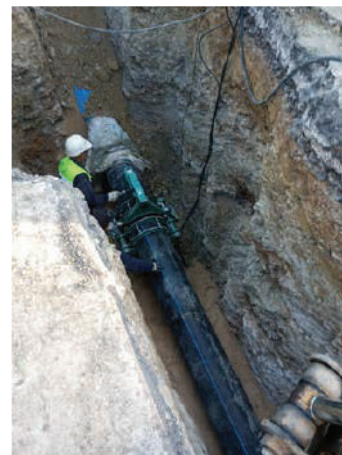
Obra 1 – Reservatório de Manique

A obra de construção do Reservatório de Manique foi consignada em outubro de 2019, iniciando-se de imediato os trabalhos, que se encontram concluídos desde dezembro de 2021. Nesta data, colocou-se à consideração da CM Cascais a possibilidade de integração da estrada de acesso ao reservatório no domínio público, cujo parecer se aguarda.

Obra 4 – Reordenamento Geral da rede do Reservatório de Manique

No sentido de dar cumprimento ao PGAA e tendo em vista os necessários reordenamentos associados ao reservatório de Manique, verifica-se a necessidade de executar a Conduta Estrada das Neves / Estrada de Manique, que irá permitir a ligação entre os reservatórios de Manique e Pau Gordo, e a obra de ampliação da Rede de Distribuição de Manique que otimizará o reordenamento da zona. Estas obras tiveram início em outubro de 2023, encontrando-se em curso.





Obra 27 – Remodelação da ETA do Rio da Mula (Melhoria da Segurança da Barragem do Rio da Mula)

Com o objetivo de adequar a barragem do Rio da Mula aos padrões de qualidade e segurança exigidos no Regulamento de segurança de Barragens (RSB), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, foram realizados em 2016 “Estudos e projetos para a Segurança da Barragem do Rio da Mula”. Estes estudos incluem o projeto de licenciamento da intervenção de melhoria da segurança da barragem do Rio da Mula, que foi remetido à APA em julho de 2016, para emissão de parecer, o que não veio a suceder.

Tendo sido, entretanto, publicado o Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março, que procede à primeira alteração ao Regulamento de Segurança de Barragens, verificou-se a alteração da classificação da barragem de classe 1 para classe 2, bem como a consequente necessidade de adequar o referido projeto, realizando as seguintes alterações:

- Reformulação da proposta de classificação da barragem face à regulamentação atual;
- Reavaliação da cheia de verificação do descarregador de cheias considerando um fator de majoração de 1,2 aplicado ao caudal de cheia de projeto, de acordo com a classe da barragem;
- Estudo hidráulico conducente à verificação do funcionamento do descarregador de cheias face à nova cheia de verificação;
- Substituição do Plano de Emergência Interno por procedimentos de emergência simplificados, uma vez que a barragem se incluirá na Classe II;
- Revisão do Plano de Observação em função das novas diretivas regulamentares;
- Revisão do Projeto de Execução datado de 2016 para atender às alterações acima referidas.

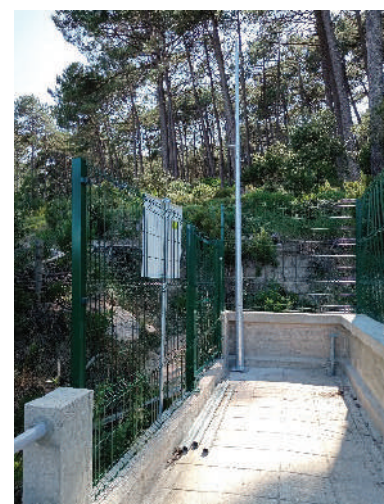
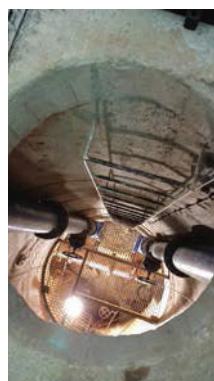
O referido projeto de alterações foi elaborado no primeiro trimestre de 2019, tendo sido enviado em abril de 2019 à APA para análise e parecer. Em 12 de abril de 2020, a APA aprovou a reclassificação da Barragem do Rio da Mula para classe 2 e as medidas simplificadas de emergência propostas. Estes documentos foram enviados à Proteção Civil de Cascais e ICNF.

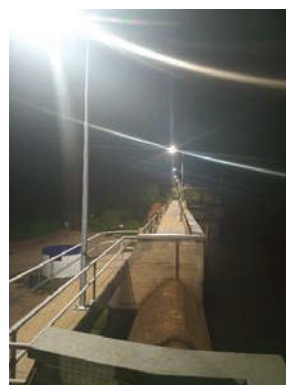
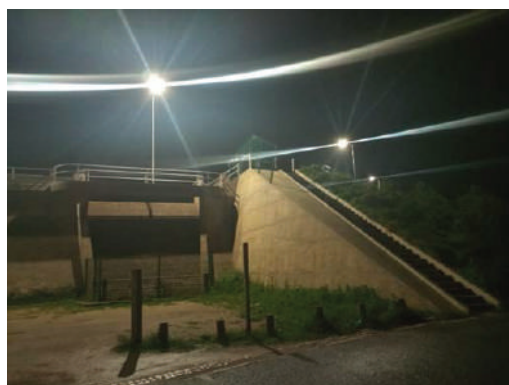
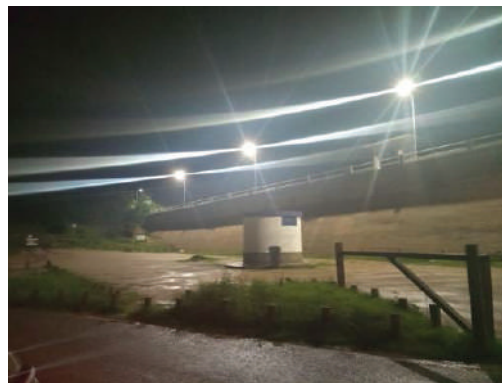
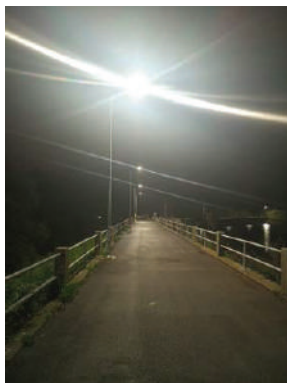
Na sequência da reclassificação da barragem, foi adjudicado o estudo de delimitação do perímetro de proteção da captação de águas superficiais da Barragem do Rio da Mula, com vista à formalização do contrato de concessão desta captação / albufeira, entre a APA e a CMC, estudo que se encontra concluído, tendo sido enviado à APA em 23 de julho de 2020. Em 27 de agosto de 2020, o mesmo estudo obteve o parecer favorável por parte do ICNF, sendo que a AdC se comprometeu a ter em consideração as condicionantes referidas por esta Entidade no mencionado parecer, aquando da execução da obra, uma vez que as mesmas não implicam alteração do projeto enviado.

Em 7 de maio de 2021, na sequência de reunião realizada na barragem do Rio da Mula, com representantes da CM Cascais, Proteção Civil, AdC e LNEC, foi enviado ao LNEC o projeto de execução da barragem, para compatibilização de alertas com a proteção civil.

Em 20 de dezembro de 2021, na sequência de reunião realizada com a Proteção Civil, e de acordo com informação prestada pela APA, fomos informados que face à reclassificação da barragem para classe 2, o processo em apreço não carece de parecer da Proteção Civil, pelo que o processo de licenciamento se encontra concluído. Nestas condições, no ano de 2023, foram desenvolvidos os procedimentos necessários para a realização dos trabalhos contemplados no projeto de execução.

A obra teve início em julho de 2022, encontrando-se em fase de conclusão.





Obra 32 – Ampliação e Remodelação de Condutas Distribuidoras

Durante o ano de 2023 foram realizadas/iniciadas as seguintes obras:

- Av. Infante D. Henrique – Cascais (Obra 139) – Obra concluída em julho de 2023;
- Estrada da Atrozela – Alcabideche (Obra 1092) – Obra concluída em julho de 2023;
- Rua Cesaltina Fialho Gouveia – Alcabideche (Obra 1220) – Obra concluída em outubro 2023;
- Rua da Bela Vista – Zambujal (Obra 134) – Obra concluída em outubro 2022.

As fotografias seguintes ilustram os trabalhos realizados.

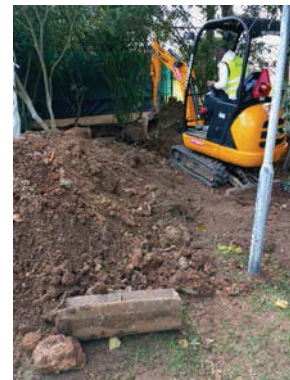
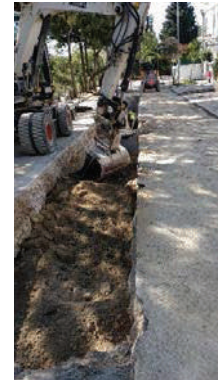


Obra 44 – Ampliação/Remodelação de Coletores de Águas Residuais – Diversas

Durante o ano de 2023 foram realizadas as seguintes obras:

- Rua da Espargueira – Carrascal de Manique (Obra 216) – Obra concluída em fevereiro de 2023;
- Rua Espinho Flor – Outeiro de Polima – Obra concluída em junho de 2023;
- Rua da Bicuda – Quinta da Bicuda – Obra concluída em dezembro 2023;
- Rua Padre Caetano Baptista – Cascais (Obra 265) – Obra concluída em novembro de 2023.

Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados:



Obra 56 – 3.º Adutor

Na sequência da revisão do PGAA, considerou-se adequado o prolongamento do 3.º Adutor até ao reservatório de Alcoitão (inicialmente era contemplada a construção apenas até ao reservatório de Manique). O desenvolvimento do Projeto de Execução deste adutor esteve suspenso até parecer favorável do Concedente sobre o referido prolongamento, o que aconteceu em julho de 2011. Uma vez obtido o parecer, desenvolveu-se o Projeto de Execução, com a inclusão do prolongamento aprovado, o qual foi concluído em fevereiro de 2012 e enviado à concedente, para aprovação, em março, o que veio a acontecer em dezembro do mesmo ano. O projeto de execução do Reservatório Superior foi ainda sujeito a uma nova revisão, segundo parecer do Consultor Técnico da CMC (Universidade Nova de Lisboa – UNL), tendo sido aprovado pelo Concedente em junho de 2014.

Em fevereiro de 2015, o Concedente solicitou uma alteração ao traçado aprovado, considerando, contudo, que se manteria o traçado dos troços prioritários, ou seja, Alcoitão – prioridade 1.2, Trajouce – prioridade 1.1, e Talaíde – prioridade 1.3, devendo ser integrados no âmbito desta empreitada os trabalhos de requalificação de vias, telecomunicações e eletricidade, cujo levantamento de necessidades foi efetuado pela CMC e fornecido à AdC. Face a esta instrução do Concedente, avançou-se de imediato com as obras na zona da prioridade 1 e procedeu-se à revisão do projeto de execução nas zonas classificadas como prioridades 2 e 3.

Assim, em setembro de 2015, foram iniciados os trabalhos nas prioridades 1.1 – Trajouce, 1.2 – Alcoitão e 1.3 – Talaíde. Em julho de 2016 iniciaram-se os trabalhos na prioridade 1.4 – Rotunda dos Salesianos e, em agosto do mesmo ano, iniciaram-se as prioridades 2.1 – Manique, 2.2 – Carrascal e 2.3 – Cardosas. Em março de 2017 iniciaram-se os trabalhos nas prioridades 3.1 – Alcoitão e 3.2 – Manique. Os trabalhos de execução dos troços correspondentes às referidas prioridades encontram-se concluídos.

Os trabalhos de execução dos troços correspondentes à prioridade 3.3 (com aproximadamente 600 metros de implantação de conduta no concelho de Cascais e 800 metros no concelho de Sintra) foram iniciados no Concelho de Cascais em janeiro de 2018. Em simultâneo, foi instruído o processo de licenciamento na Câmara Municipal de Sintra, o qual teve parecer favorável em 16 de fevereiro de 2018. Para efeitos de emissão do correspondente alvará, foi prestada à Câmara Municipal de Sintra uma garantia bancária, no valor de 40.525,22 €, e efetuado um pagamento para efeitos de licenciamento, no valor de 7.207,50 €.

Em 23 de abril de 2018 foi emitido o alvará de licença de ocupação de espaço público pela Câmara Municipal de Sintra, tendo os trabalhos de instalação de tubagem neste concelho, sido iniciados em 10 de maio de 2018, com o acompanhamento de representantes da Câmara de Sintra.

Em 11 de junho de 2018, no decurso da obra de implantação da conduta em estrada municipal localizada em Sintra, junto ao reservatório Superior (Estrada Octávio Pato), com cerca de 180 m de tubagem já instalada, na sequência de interpelação por um promotor, alegando que a conduta se encontrava a ser implantada sobre dois lotes de terreno privados, a Câmara Municipal de Sintra notificou a AdC da anulação do ato administrativo de licenciamento de ocupação de espaço público, anteriormente emitida pela referida edilidade, o que teve como consequência a suspensão das atividades de instalação de tubagem neste concelho.

Perante esta situação, a AdC contestou de imediato a referida anulação do ato administrativo de licenciamento de ocupação de espaço público, e solicitou reunião com a Câmara Municipal de Sintra, no sentido de estudar a viabilidade de soluções de traçado alternativo para dar continuidade aos trabalhos desta obra no concelho de Sintra.

Não obstante as diversas insistências da AdC e solicitações de reunião, não obtivemos qualquer resposta por parte da Câmara Municipal de Sintra, pelo que a suspensão dos trabalhos se manteve até ao final de 2018. Em dezembro de 2018, a AdC foi novamente notificada do prolongamento do embargo durante mais seis meses, situação que se mantém até à presente data.

A reunião solicitada pela AdC em junho de 2018 veio a realizar-se apenas em 22 de maio de 2019, com a presença de representantes da Câmara Municipal de Sintra, da Águas de Cascais e do promotor. Nessa reunião, a Câmara Municipal de

Sintra e o promotor informaram a AdC quanto a uma alteração do alvará de loteamento acordada entre ambos, que permitirá reduzir a área de implantação de uma rotunda e criar uma via alternativa para acesso à Estrada Octávio Pato, libertando assim terreno para reposicionar os dois lotes atrás referidos e manter a Estrada Octávio Pato com o seu traçado atual, propondo que a AdC implante a conduta em causa nessa via alternativa.

Na sequência de diversas reuniões havidas, a CM Sintra elaborou o projeto de execução da via alternativa à Estrada Octávio Pato, tendo o mesmo sido enviado para a AdC no sentido de se realizar a compatibilização de trabalhos da responsabilidade de Sintra (estrada variante à Estrada Octávio Pato), com os trabalhos da AdC (condutas do 3º Adutor e de distribuição), tendo sido solicitado o respetivo orçamento ao ACE.

Entretanto, a CM Sintra informou a AdC quanto à existência de um outro troço localizado em terrenos privados (assinalados a azul e amarelo na imagem abaixo), situação detetada por aquela entidade volvidos 14 meses desde o embargo.

Na sequência de nova reunião na CM Sintra, em 20 de fevereiro de 2020, foi possível obter o levantamento parcial do embargo relativo ao troço da conduta localizado no artigo cadastral n.º 42 da Estrada Octávio Pato, e dar início aos procedimentos de pedidos de licenciamento para obras no subsolo. Os trabalhos tiveram o início em julho de 2020 e foram concluídos em novembro de 2020.

Até novembro de 2020, encontravam-se concluídos todos os trabalhos da obra de construção do 3.º Adutor no Município de Cascais, numa extensão de 11.325 m, estando por realizar os trabalhos numa extensão de cerca de 575 m no Concelho de Sintra, correspondentes ao troço da Estrada Variante.

No decorrer do ano de 2021, a CM Sintra desenvolveu o processo obtenção de declaração de utilidade pública (DUP) para expropriação dos terrenos para construção da Estrada Variante à Estrada Octávio Pato. Após conclusão deste processo de DUP, a CM Sintra lançou o concurso e adjudicou a empreitada de construção da Estrada Variante à Estrada Octávio Pato, assumindo a AdC os encargos decorrentes das terraplanagens e a realização dos trabalhos de implantação das condutas do 3º adutor e conduta distribuidora. Estes trabalhos foram realizados no primeiro semestre de 2022.



A AdC efetuou contactos com os proprietários dos dois lotes de terreno privados assinalados a azul e amarelo na planta seguinte, no sentido de obter autorização para passagem das condutas, os quais se mostraram infrutíferos. Neste sentido e na sequência de reunião realizada com a CM Sintra em dezembro de 2021, considerou-se que a melhor opção para desbloquear esta situação seria o desenvolvimento de um processo de expropriação dessas parcelas pela CM Sintra, sendo os encargos associados suportados pela AdC, mediante protocolo a celebrar entre as duas entidades.

No primeiro semestre de 2022 a CM Sintra desenvolveu o processo de expropriação das parcelas 36 e 41, com vista à conclusão da obra do 3º Adutor.

A obra nestes troços teve início em novembro de 2022 e ficou concluída em janeiro de 2023.



A complexidade da situação de embargo da CM Sintra e das situações acima relatadas, originou um grande constrangimento no desenvolvimento dos PI-IX, PI-X, PI-XI e PI-XII, ainda que a AdC tenha conseguido antecipar algumas obras. Por outro lado, comprometeu seriamente a entrada em funcionamento do 3.º Adutor, Reservatório Superior, Reservatório de Manique e todas as obras complementares a estas infraestruturas, nomeadamente todas as obras de reordenamento de redes na zona norte do concelho.

Em dezembro de 2023, em reunião havida com representantes da CMC, EPAL e AdC, foi definido o volume médio de 8.600 m³ / dia, de água a fornecer pela EPAL ao concelho de Cascais, via Vila Fria / reservatório Superior.

Sendo o volume agora definido, inferior ao anteriormente acordado com a EPAL e consequentemente considerado no PGAA, documento que serviu de base ao desenvolvimento de todos os estudos, projetos, infraestruturas e demais obras de reordenamentos de redes de distribuição e adução de água programadas para o efeito, será necessário rever / redimensionar as premissas existentes. Para o efeito, foi adjudicado um estudo que permita rever as linhas definidas no atual PGAA e readaptá-las a esta nova realidade, com vista à otimização hidráulica e energética, bem como à melhoria da resiliência do sistema distribuidora de água em Cascais.

Entretanto, foram já iniciados os trabalhos de integração / telegestão entre o sistema de bombagem EPAL em Vila Fria e o reservatório Superior em Talaíde.

Obra 57 – Reservatório Superior

O Reservatório Superior constitui a entrada da água proveniente do sistema em alta gerido pela EPAL no sistema em baixa da AdC, adequado as condições de fornecimento em alta ao regime de exploração dos reservatórios de Cardosas, Manique e Alcoitão, sendo necessário construir na primeira fase apenas uma célula do reservatório, com um volume de 4.000 m³.

Foram realizadas reuniões entre EPAL e Águas de Cascais, tendo ficado definida a metodologia a adotar na gestão da rede de abastecimento a partir da EPAL, vertida no projeto de automatismo e telegestão, e definidos os critérios construtivos a adotar na execução da caixa de ligação ao ramal de abastecimento da EPAL.

A Obra do Reservatório Superior teve início em outubro de 2017 e encontra-se concluída desde fevereiro de 2019, com exceção do equipamento de automatismo que foi instalado no segundo semestre de 2023.

Encontrando-se a obra do Reservatório Superior concluída há aproximadamente 5 anos e estando a mesma sem utilização devido ao embargo imposto pela CM Sintra, ocorreram patologias prematuras que obrigaram a nova intervenção na mesma, tendo ocorrido igualmente vários atos de vandalismo, nomeadamente furtos da vedação e pinturas inadequadas/graffitis. Os trabalhos de correção das situações mencionadas foram iniciados em outubro de 2023 e concluídos em dezembro de 2023. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados neste âmbito.



Obra 59 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios Superior e das Cardosas

A obra de Adução da EPAL ao Reservatório Superior tem desenvolvimento integral no Concelho de Sintra, numa extensão de cerca de 430 m, tendo o seu início sido previsto para o primeiro semestre de 2019. Uma vez que o processo de licenciamento desta obra foi englobado no processo relativo ao 3.º Adutor, os serviços da CM Sintra entenderam que a mesma se encontrava igualmente abrangida pelo já referido despacho de anulação da licença emitida pela Câmara Municipal de Sintra, ficando a AdC impedida de dar início atempado ao processo de licenciamento específico para esta obra. Face à dificuldade de agendamento de reuniões com a CM Sintra, não obstante a insistência da AdC, entendeu-se submeter ainda assim o processo de licenciamento à aprovação daquela Câmara Municipal em janeiro de 2019.

Em maio de 2019, quando foi finalmente possível realizar reuniões de trabalho com a CM Sintra, fomos informados que, uma vez que o loteamento onde se insere a obra ainda não havia sido recebido pela CM Sintra, haveria que compatibilizar a conduta a implantar com as infraestruturas do loteamento, trabalho que foi de imediato realizado conjuntamente entre a AdC e o promotor. Após validação e concordância do promotor, em 6 de junho de 2019 foi entregue na CM Sintra o projeto de alterações para

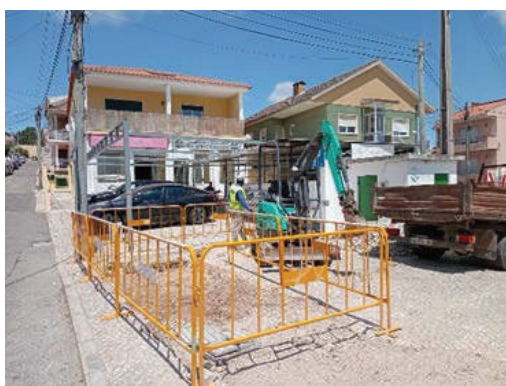
complemento do processo de licenciamento submetido em janeiro. O processo de licenciamento foi deferido já em julho de 2019, após o que a AdC encetou todas as diligências para obtenção do respetivo alvará e criação de condições para rápido início dos trabalhos, aprovados pela CM Cascais em 6 de agosto de 2018, processo que não foi possível concluir devido à ausência de resposta por parte da CM Sintra.

Na sequência de nova reunião na CM Sintra em 20 de fevereiro de 2020, ficou acordado que a AdC poderia submeter novo pedido de licenciamento para obras no subsolo, para o troço da Adução EPAL ao Reservatório Superior. No entanto, a CM Sintra solicitou ainda que, além da já realizada e entregue compatibilização da conduta a implantar com as infraestruturas existentes no subsolo, fosse igualmente entregue pela AdC um documento de concordância assinado pelos promotores, o que a AdC obteve através de acordo celebrado em 30-04-2020. O processo de licenciamento para este troço teve assim início em fevereiro de 2020, tendo a obra tido início a agosto de 2020 e ficado concluída em março de 2021.

A conduta distribuidora com origem no Reservatório Superior, à semelhança da prioridade 3.3 do 3.º Adutor, fica parcialmente implantada no Concelho de Sintra, coincidindo os traçados de ambas as infraestruturas. Nestas condições, foram instruídos os respetivos licenciamentos de ocupação de via pública junto da Câmara Municipal de Sintra, os quais tiveram parecer favorável em 16 de fevereiro de 2018. Após deferimento favorável por parte desta entidade, os trabalhos tiveram início em maio de 2018, tendo sido suspensos em 11 de junho, face ao já anteriormente referido despacho de anulação da licença emitida pela Câmara Municipal de Sintra.

No decorrer do ano de 2021, a CM Sintra desenvolveu o processo obtenção de declaração de utilidade pública (DUP) para expropriação dos terrenos onde irá ser implantada a Estrada Variante à Estrada Octávio Pato. Após conclusão deste processo de DUP, a CM Sintra lançou o concurso e adjudicou a empreitada de construção da Estrada Variante à Estrada Octávio Pato, assumindo a AdC os encargos decorrentes das terraplanagens e da implantação das condutas da sua responsabilidade (3.º adutor e conduta distribuidora). Estes trabalhos foram realizados no primeiro semestre de 2022. À semelhança da obra do 3.º Adutor, no primeiro semestre de 2022 a CM Sintra conduziu o processo de expropriação das parcelas 36 e 41, com vista à conclusão da obra da conduta distribuição do Reservatório Superior.

A obra nestes troços teve início em novembro de 2022 e ficou concluída em janeiro de 2023, com exceção do equipamento de automatismo e quadro elétrico, que foram instalados no segundo semestre de 2023. A obra do Bairro do Arneiro começou em novembro de 2023 e encontra-se em curso. No Bairro da Mina, os trabalhos foram iniciados em agosto de 2023 e está em curso. A empreitada da Rua da Mina, iniciou a dezembro de 2023 e está presentemente em curso. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados:



Obra 64 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios do Cobre, Pampilheira, Quinta da Marinha e Cascais

Na sequência da avaliação do número de roturas verificadas na Av. Nossa Senhora do cabo e na Estrada do Guincho, considerou-se urgente a reabilitação dos troços das condutas nestes locais. A obra teve início em junho de 2023 e foi concluída em agosto de 2023. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.



Obra 66 – Ampliação do Reservatório de Janes

Com vista à execução da obra de ampliação do reservatório de Janes (850 m³), foi realizado o projeto de execução que ficou concretizado em dezembro de 2019. O Parque Natural Sintra/Cascais / ICNF indeferiu inicialmente o pedido de parecer ao projeto, considerando que a intervenção proposta será realizada num espaço consolidado e classificado no PDM de Cascais como “Espaço de Aglomerados Rurais”. No sentido de desbloquear a situação, foi realizada reunião na CM Cascais com a presença de

representantes desta entidade, ICNF e AdC, tendo sido esclarecido que se trata de uma obra de ampliação de um reservatório de abastecimento de água já existente e consequentemente uma obra de interesse público e estruturante para abastecimento às populações de Janes, Malveira da Serra, Zambuieiro e Norte de Murches. Mais acresce que este reservatório se encontra implantado em recinto privado. Na sequência dos esclarecimentos prestados pela AdC, foi emitido o parecer favorável do ICNF, tendo ficado reunidas as condições para iniciar a obra, o que aconteceu em dezembro de 2021. Os trabalhos encontram-se em curso, apresentando-se fotografias que ilustram as atividades realizadas até à presente data.



Obra 73 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Pau Gordo e Goulão

Foram adjudicados trabalhos de reconhecimento Geológico e Geotécnico da camara de manobras e das células do reservatório de Pau Gordo, incluindo plano de monitorização, com o objetivo de caracterização dos terrenos de fundação das estruturas existentes e a monitorização da evolução das patologias existentes nas estruturas e na envolvente do reservatório, tendo em vista a recolha de informação que permita definir eventuais intervenções a realizar na parte estrutural deste reservatório. Esta monitorização teve início em janeiro de 2023 e encontra-se concluída.

O relatório não evidência movimentos nos terrenos de fundação do reservatório, pelo que não é expectável o agravamento das patologias existentes, por esta condição. Contudo, está a ser desenvolvido um estudo para intervenção nas duas células deste reservatório com vista à correção das situações existentes.

Obra 74 – Reordenamento geral da rede dos reservatórios de Outeiro de Polima e Caparide

A obra de Renovação rede AA - Ponte EN6 KM14+700 - Marginal, foi realizada no âmbito dos trabalhos de reabilitação do viaduto da IP – Infraestruturas de Portugal, SA, tendo início em novembro de 2022 e conclusão em março de 2023.



A obra da Estrada de Sassoeiros (Obra 333), foi iniciada em dezembro de 2023, encontrando-se em curso. As fotografias seguintes ilustram as atividades realizadas até à presente data.



Remodelação do Emissário da Ribeira dos Mochos

A AdC entende que as redes executadas no âmbito da obra de remodelação do emissário dos Mochos são componentes de um sistema em alta e, por isso, devem ser transferidas para a Águas do Tejo Atlântico. Esta questão (limites dos sistemas) foi já amplamente debatida entre as três entidades (CMC, AdTA e AdC). No sentido de dar continuidade e concluir o processo de limites do sistema, foram realizadas reuniões de trabalho, tendo-se desenvolvido uma proposta consensual para a qual se aguarda a aprovação formal por parte daquelas entidades. Na sequência do referido acordo, foram executados os trabalhos de reformulação do emissário da ribeira dos mochos que, depois de reabilitado, deverá ser transferido para o sistema em alta.

Em dezembro de 2015, ficaram concluídos os trabalhos de implantação de infraestruturas e, no ano de 2016, finalizados os trabalhos de reposição de pavimentos e sinalização. Foram enviadas cartas, primeiro à ALVT e posteriormente à AdTA, no sentido de se formalizarem as respetivas permutas de infraestruturas entre os sistemas em baixa e em alta, o que até à presente data não aconteceu.

Remodelação de Coletores de Caparide

Na sequência de inundações ocorridas em Tires no ano de 2022, foram estudados os sistemas de águas residuais nesta localidade com o objetivo de eliminar aflúências indevidas de AP ao sistema de ARD, concluindo-se que o contributo proveniente do Bairro Monte Real em Tires é de grande importância.

Assim, considera-se que, devido à complexidade da intervenção a realizar, a empreitada de Remodelação de Coletores no Bairro Monte Real, carece de um estudo mais abrangente para compatibilização das várias infraestruturas, tendo sido já realizadas várias reuniões entre a CMC e a AdC, para definir a melhor solução a implementar. Desta forma prevê-se que esta empreitada seja realizada no segundo semestre de 2024, tendo a mesma sido já contemplada no PI-XIV.

No âmbito do trabalho de erradicação de descargas na Ribeira de Caparide, verificou-se a necessidade de proceder à remodelação dos coletores de ARD e AP, bem como à rede de distribuição de água na Rua 9 de Abril em São Pedro do Estoril. A obra iniciou-se em abril de 2022 e foi concluída em março de 2023.

Remodelação de Coletores da Parede

Na sequência de filmagens efetuadas ao coletor de ARD na Rua Marquês de Pombal, verificaram-se algumas anomalias, bem como ramais colmatados por raízes, que impediam o bom funcionamento global desta infraestrutura. Adicionalmente, verificou-se que a drenagem de águas residuais domésticas é assegurada por dois coletores, em ambos os lados da via, implantados sob as árvores existentes, pelo que foi considerada a execução de um novo coletor no eixo da via. Da mesma forma, verificaram-se também deficientes escoamentos nos coletores de águas pluviais, pelo que se considerou pertinente a remodelação conjunta destes coletores em alguns troços. A obra teve início em novembro de 2022 e está concluída desde junho de 2023. As fotografias abaixo mostram os trabalhos realizados.



Remodelação de coletores de Sassoeiros

Na sequência de reclamações devido a frequentes obstruções do coletor de ARD na Av. do Loureiro em Carcavelos e dado que se verificavam deficientes condições de escoamento nos coletores de águas residuais pluviais, considerou-se urgente a

remodelação destes coletores, bem como da rede de abastecimento de água. A obra teve início em junho de 2023 e encontra-se em curso. Apresentam-se em seguida fotografias dos trabalhos realizados.



Remodelação de Coletores das Marianas

Em virtude de deficientes condições de escoamento dos coletores de águas residuais pluviais em Tires, verificou-se a ocorrência de inundações na rotunda da Praça Fernando Lopes Graça, posteriores à obra de remodelação e ampliação de coletores realizada no local. Após realização de filmagens dos coletores de águas residuais domésticas e pluviais a montante desta zona, verificou-se a necessidade de remodelar os coletores na Rua Cabo da Boa Esperança, de forma a contribuir para a melhoria das condições de escoamento dos coletores na zona de Tires. A obra teve início em julho de 2023 e foi concluída em dezembro de 2023. As fotografias abaixo mostram os trabalhos realizados.



Remodelação do Sistema Elevatório da Charneca

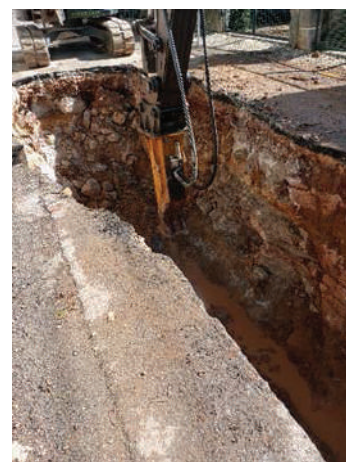
O Sistema Elevatório da Charneca (estação elevatória e conduta elevatória) encontrava-se obsoleto e em más condições de funcionamento, pelo que se considerou necessária e urgente a realização de trabalhos de beneficiação desta infraestrutura, bem

como a remodelação / substituição dos equipamentos existentes, garantindo a melhoria da eficácia do sistema. Os trabalhos encontram-se concluídos desde junho de 2023.



Obras em ARP para melhoria do Sistema de ARD

Uma vez que o coletor público de ARD na Rua Padre Caetano Baptista em Cascais, se encontrava implantado em propriedade privada, verificou-se a necessidade de o relocar. No âmbito desta empreitada, foi também necessário proceder à ampliação do coletor pluvial, dado que as águas pluviais se encontravam a ser indevidamente direcionadas para o coletor de águas residuais domésticas. Obra foi concluída em novembro de 2023.



5.4.3 Planeamento e Projeto

As atividades de planeamento e projeto são, naturalmente, essenciais para o sucesso das obras a realizar no âmbito do Plano de Investimentos. Neste contexto, são estruturantes os Planos Gerais de Abastecimento de Água (PGAA) e Drenagem de Águas Residuais Domésticas (PGDAR), pois servem de orientação ao desenvolvimento dos projetos de execução, cuja revisão e atualização foram concluídas em 2016. Este processo conduziu a uma alteração estrutural à conceção geral do sistema de abastecimento de água, já aprovada pelo Concedente, e que se refere ao prolongamento do 3.º Adutor até ao reservatório de Alcoitão.

No ano de 2023, foram iniciados ou tiveram continuidade, os seguintes Estudos e Projetos:

- Obra 27 – Remodelação da ETA do Rio da Mula;
- Obra 32 – Remodelação da rede de água;
- Obra 44 – Remodelação da rede de águas residuais;

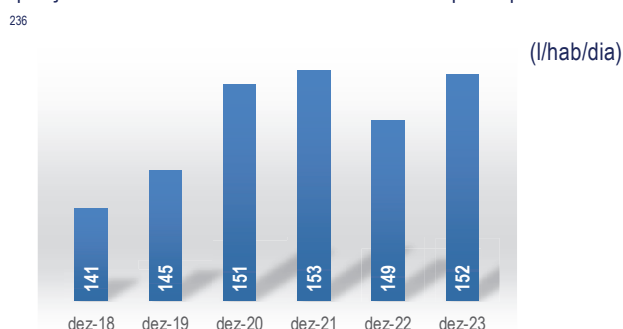
- Obra 4 - Reordenamento Geral da Rede do Reservatório de Manique;
- Obra 59 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios Superior e das Cardosas;
- Obra 64 – Reordenamento Geral da Rede dos Reservatórios do Cobre, Pampilheira, Quinta da Marinha e Cascais;
- Obra 66 – Ampliação do Reservatório de Janes;
- Obra 73 – Reordenamento geral da rede dos Reservatórios de Pau Gordo e Golão;
- Obra 74 – Reordenamento geral da rede dos Reservatórios de Polima e Caparide;
- Remodelação dos Coletores da Parede;
- Remodelação dos Coletores de Caparide;
- Remodelação dos Coletores de Sassoeiros;
- Remodelação do Sistema Elevatório da Charneca;
- Obras de ARP para melhoria do sistema de ARD.

5.5 Atividade Comercial

5.5.1 Faturação

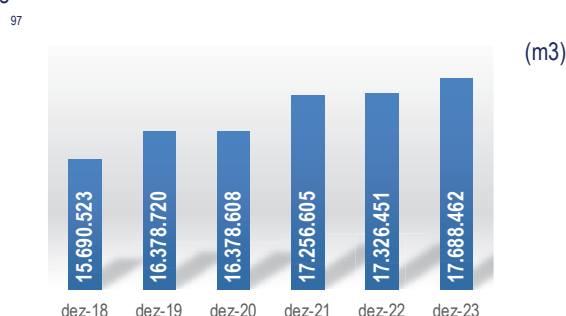
Considerando os últimos dados de população disponibilizados pelo INE, verificou-se uma tendência, no triénio 2014/2016, para uma redução das capitações, em paralelo com a redução do volume de água faturada. A partir de 2019, constata-se uma recuperação nas Capitações Domésticas (consumos domésticos por habitante). Em 2022, no rescaldo da pandemia e dos sucessivos períodos de isolamento social, registou-se uma ligeira redução das capitações domésticas, cujo valor retoma, em 2023, números semelhantes aos registados em 2020 e 2021.

Capitações Domésticas – Consumos Domésticos per capita - últ 12 meses



Na figura seguinte apresenta-se a evolução da água faturada, verificando-se uma ligeira subida no ano de 2023, face a 2022.

Água Faturada - últ 12 meses



Mantém-se em vigor o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Cascais e a Águas de Cascais, que estabelece os termos do Apoio às Famílias Carenciadas e às Famílias Numerosas, revisto em 2012 para reajustar a sua aplicação, alargando o âmbito do mesmo no que se refere às famílias carenciadas e limitando o volume abrangido no caso das famílias numerosas. No âmbito das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19, a Câmara Municipal de Cascais estabeleceu que todo o consumo

respeitante ao tarifário das famílias numerosas será faturado ao valor correspondente ao 1.º escalão, com entrada em vigor em 1 de abril de 2020. Em 2023, a aplicação deste Protocolo representou um benefício total de 801.337 € para os 3.784 clientes abrangidos. Na tabela seguinte apresenta-se o número de beneficiários ativos por ano de adesão e tipologia.

Ano de Adesão	Famílias Carenciadas	Famílias Numerosas
2010	32	41
2011	29	32
2012	38	23
2013	86	27
2014	115	18
2015	247	30
2016	174	9
2017	378	45
2018	417	66
2022	376	55
2023	370	59
Acumulado	3.229	555
Volume Faturado em 2023 (m³)	311.358	137.360
Valor do Benefício 2023 (€)	593.048	208.299

De salientar que se tem registado um crescimento no número de beneficiários médio anual, quer no que se refere às famílias carenciadas, quer às famílias numerosas.

Foi dada continuidade à prática de medição mensal em grandes clientes e à realização da campanha de substituição de contadores, o que permite um maior rigor nos consumos faturados.

De salientar, também, os resultados alcançados com a promoção da fatura eletrónica, registando-se um aumento de 2% relativamente a 2022. No entanto, nesse mesmo período verificou-se uma redução da ordem de 1% na taxa de adesão à fatura bimestral.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica	%	37,7	40,0	49,1	51,2	57,5	58,8	1,2	2%
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral	%	25,7	25,3	24,6	24,6	24,2	23,9	-0,3	-1%

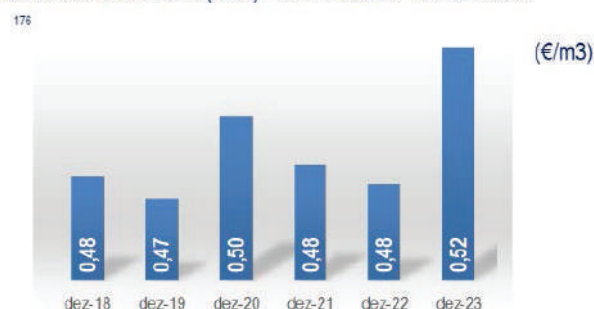
Com a publicação do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, foram estabelecidas regras com vista à operacionalização do regime estabelecido pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março (procedeu à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto), que visa detalhar, na fatura aos utilizadores finais, as componentes de custo associadas aos serviços em alta (neste caso prestados pela EPAL e pela AdTA). O referido Decreto-Lei tornou obrigatória a apresentação nas faturas emitidas, em caixa autónoma, dos custos médios unitários associados aos serviços em alta cuja evolução, no caso de Cascais, se apresenta nas figuras a seguir.

Da análise das figuras abaixo é possível observar que em 2023 se registaram os valores mais elevados dos últimos 6 anos relativamente ao custo médio unitário do serviço em alta de fornecimento de água.

Custo Médio Unit. Alta (AA) - DL 114/2014 - últ 12 meses



Custo Médio Unit. Alta (ARD) - DL 114/2014 - últ 12 meses



5.5.2 Dívida de Clientes

No quadro abaixo pode ver-se a evolução do peso da dívida de clientes com mais de 180 dias, registando-se uma redução de 5% no final do ano de 2023, face a 2022.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Peso da Dívida de Clientes com mais de 180 dias	%	46,4	50,2	53,3	53,0	57,5	54,4	-3	-5%

Apesar da conjuntura económica atual, verifica-se uma muito ligeira redução no número de avisos de interrupção de fornecimento enviados em 2023, face a 2022, o que se reflete igualmente nos -5% registados na Taxa de Suspensões efetivadas. Em termos operacionais, deu-se continuidade às ações de fiscalização, bem como a ações preventivas à execução de ilícitos, como sejam formas de tamponamento cuja violação é mais difícil de executar, e à colocação de contador em novas construções, para evidenciar eventuais consumos sem contrato ativo.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Avisos de Interrupção do Fornecimento - últ 12 meses	#	131.354	117.338	116.822	105.122	107.604	107.135	-469	0%
Taxa de Emissão de Ordens de Interrup - Acumulado Ano	%	29,3	32,7	29,8	28,2	25,1	25,7	0,7	3%
Taxa de Suspensões efetivadas - Acum. Ano	%	21,8	17,8	17,4	8,9	22,6	21,5	-1,1	-5%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento - Acum. Ano	%	93,4	92,2	81,0	90,3	94,2	91,0	-3,2	-3%

O processo de cobrança pela via Judicial encontra-se estabilizado e adequado à alteração ao regulamento das custas judiciais, de 2011, que veio implicar um acréscimo muito significativo nas taxas de justiça. Até ao final de 2023 foram patrocinados 9.665 processos judiciais, nos quais em 38,6% foi obtida força executiva. Houve cobrança ou acordo de pagamento em cerca de 30% dos processos.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Injunções Intentadas	#	8.366	8.622	8.794	9.163	9.400	9.665	265	3%
Injunções Cobradas	%	32,0	31,6	31,4	31,0	30,6	30,1	-0,5	-2%
Injunções com Força Executiva	%	36,4	36,2	36,4	37,0	37,8	38,6	0,8	2%

5.5.3 Serviço ao Cliente

5.5.3.1 Atendimento ao Cliente

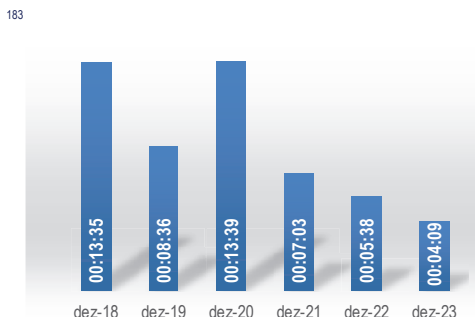
A procura de boas práticas que possam contribuir para a melhoria dos processos tem sido um dos principais focos da gestão da Águas de Cascais. Por este motivo, temos realizado um conjunto de ações no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado ao cliente, através da promoção e divulgação dos canais de contacto e serviços eletrónicos, bem como através da revisão/melhoramento dos próprios processos comerciais de atendimento telefónico e presencial. Nesta estratégia de desmaterialização da comunicação com os clientes assume natural destaque a Área do Cliente (disponível na *internet* e numa aplicação gratuita para *smartphones*), onde os clientes podem realizar um conjunto de consultas e informações relacionadas com a gestão contratual, e a Fatura Eletrónica.

Tendo presente a Orientação para o Cliente como um dos valores da Empresa, considera-se fundamental que o atendimento aos clientes seja rápido e eficaz. Por esse motivo, a melhoria nesta área consta da estratégia atual da empresa, tendo sido implementadas várias otimizações ao nível do *backoffice* - nomeadamente dando maior destaque no website à apresentação da informação das falhas de abastecimento, no sentido de reduzir o número de atendimentos necessários, quer nas lojas, quer através do *call center*. Destaca-se ainda a consolidação da implementação de uma nova plataforma de gestão de contactos dos Clientes, nomeadamente de e-mail e telefónicos, que visa a centralização dos mesmos e algumas melhorias funcionais como a integração automática das leituras comunicadas pelos Clientes no Sistema de Informação de Gestão de Clientes. Com esta implementação, a linha de Apoio ao Cliente passou a disponibilizar um menu eletrónico com várias opções devidamente categorizadas, duas das quais respeitam à comunicação automática de leituras e à obtenção de informação sobre falhas de abastecimento, que substituem o anterior número que era disponibilizado exclusivamente para o efeito. Em meados de 2023 foi implementada a possibilidade de registo de reclamações de clientes diretamente na plataforma de gestão de contactos dos Clientes, simplificando o procedimento.

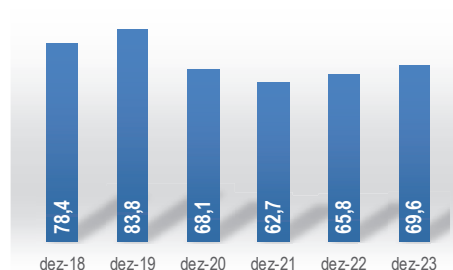
Em 2023 verificou-se um aumento da taxa de atendimento telefónico em 3,8% e uma redução do tempo médio de espera no atendimento presencial em mais de 1 minuto, face a 2022. Com dois anos de implementação, o *Webchat* tem-se revelado uma forma de comunicação rápida e um importante meio de comunicação e orientação ao Cliente. Esta plataforma contou, em 2023, com 3.012 chats respondidos o que resulta numa média mensal de 250 respostas.

Confirma-se a mais-valia no alargamento do número de situações para as quais é possível a criação e disponibilização de referência multibanco quando solicitado pelos nossos Clientes, situação que reduz, igualmente, a necessidade de visita às nossas lojas.

Atend. Presencial Comercial - Tempo Médio de Espera - Acum. Ano
(hh:mm:ss)



Taxa de Atendimento Telefónico AdC (incluindo desligar auto) - Acum. Ano
(%)



Salienta-se igualmente a continuidade da disponibilização da aplicação Próximo, que permite aos nossos Clientes acompanhar, em tempo real, a evolução das filas nas nossas Lojas, bem como retirar a sua senha virtual, permitindo-lhes assim, programar as suas visitas para períodos de pouca afluência e reduzir o tempo de espera na loja.

Foi realizado um aperfeiçoamento na homepage do nosso site, tendo em vista facilitar a identificação das situações de interrupção do abastecimento resultantes de obras ou outras situações imprevistas, evitando o contacto para obtenção da respetiva informação, e alerta para outras mensagens relevantes, como a possibilidade de pagamento de faturas, cómoda e segura, através do MBWay,

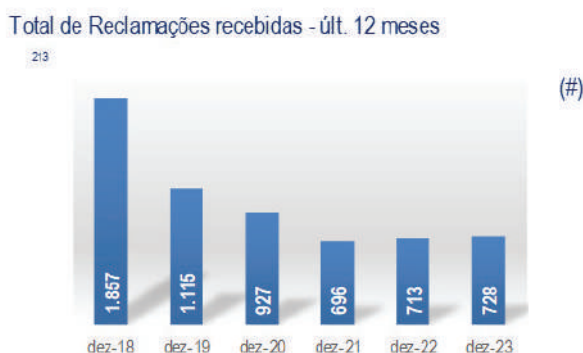
A aplicação myAQUA permite ao Cliente consultar e gerir os seus dados, consultar as suas faturas, pagamentos, comunicar as suas leituras e receber alertas, de acordo com as suas preferências, de forma rápida e 24 horas por dia. Esta aplicação contou, no ano de 2023, com um total de 26.619 acessos, ou seja, uma média mensal de 4.437 acessos.

Em 2023 confirmou-se a alteração já há muito esperada, ou seja, a tecnologia mais utilizada para consulta do website passou a ser o Mobile, com cerca de 64.038 utilizadores, seguido então pelo Desktop com 49.903 utilizadores e por último, o tablet, com apenas 1.302 utilizadores. Mantém-se assim prioritário apostar nos serviços online que sejam responsivos nas plataformas mobile, tais como Apps. Ainda nesta linha estratégica, e de forma a tentar retirar visitas presenciais nas lojas de atendimento presencial, estão a ser preparados os novos formulários do site para que a adesão aos serviços continue de forma tendencialmente crescente a ser online, em detrimento das lojas presenciais.



5.5.3.2 Tratamento de Reclamações

Como se tem vindo a verificar, neste e noutros setores de *utilities*, a grande maioria das reclamações está relacionada com os processos comerciais de faturação, cobrança e atendimento, situação comum no setor. Na figura seguinte apresenta-se a variação do número de reclamações total nos últimos anos.



Na tabela seguinte apresenta-se, com maior detalhe, a tipologia das reclamações recebidas.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Reclamações de Pressão - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	0,21	0,21	0,23	0,31	0,14	0,23	0,09	67%
Reclamações de Qualidade da Água - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	0,14	0,18	0,07	0,13	0,11	0,09	-0,02	-20%
Reclamações de Falha no Abastecimento - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	2,00	0,71	1,79	2,32	1,88	2,71	0,83	44%
Reclamações de Recolha de AR - últ. 12 meses	#/1.000 ramais	0,48	0,44	0,35	0,35	0,32	0,09	-0,24	-73%
Reclamações relativas ao Atendimento - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	2,63	2,12	2,34	1,67	2,19	2,01	-0,18	-8%
Reclamações relativas à Faturação - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	3,43	2,63	1,66	1,49	1,15	0,90	-0,25	-22%
Reclamações relativas à Cobrança - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	7,72	3,37	2,35	0,91	1,27	1,25	-0,03	-2%
Reclamações relativas a Obras - últ. 12 meses	#/1.000 Clientes	0,24	0,14	0,10	0,03	0,07	0,20	0,13	198%
Reclamações de Obras Particulares - últ. 12 meses	#	5	3	3	4	2	3	1	50%
Reclamações de Resp. Social (SA8000) - últ. 12 meses	#	0	0	0	0	0	0	0	

No que respeita às reclamações relacionadas com a cobrança, cujo número de reclamações reduziu comparativamente com o ano anterior, salienta-se que a implementação do envio de SMS e email aos Clientes com dados relativos aos respetivos Avisos de Corte, a disponibilização do canal de pagamento de faturas no parceiro CTT, a disponibilização de possibilidade de pagamento de Avisos de Corte/Pagamento no Multibanco, que acresce à possibilidade de pagamento nos agentes Payshop, a conclusão do processo de distribuição de Avisos de Corte pela PGM e melhoria do processo de criação de referências multibanco imediatas.

Regista-se igualmente uma diminuição das reclamações relacionadas com atendimento, comparativamente com o ano anterior, pese embora a consolidação de estratégias e ações que decorreram da redução de contactos presenciais já mencionados, encontram-se incluídas situações classificadas como “Contacto com o Cliente – Serviço” algumas relacionadas com interrupções do abastecimento e outras variadas.

Verifica-se ainda, em 2023, um acréscimo de reclamações relacionadas com falha no abastecimento comparativamente com o ano anterior. Estas reclamações estão relacionadas com o número de roturas que ocorreram e à complexidade de resolução de algumas dessas ocorrências.

Considerando essencial que a resposta às reclamações recebidas seja rápida e eficaz, é possível verificar que a percentagem de reclamações de AA e de AR respondidas dentro do prazo legal atingiu 100% em 2023.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Resposta a reclamações e sugestões (AA) - últ 12 meses	%	99,6	99,8	100,0	99,9	100,0	100,0	0,0	0%
Resposta a reclamações e Sugestões (AR) - últ 12 meses	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0%

Apesar do prazo legal para resposta a reclamações ser de 22 dias úteis (ou 15 dias úteis, se forem apresentadas no livro de reclamações), mantendo-se o foco na melhoria da comunicação com o cliente, mantemos um objetivo mais ambicioso, no sentido de se concluírem as respostas às reclamações em apenas 10 dias úteis. As ações implementadas nesta área permitiram, não só responder à totalidade das reclamações dentro do prazo legal, como assegurar igualmente uma resposta em 10 dias úteis, à totalidade das reclamações em 2023.

Resposta a reclamações escritas (Geral-Prazo AdC) - Acum. Ano



The background is a textured, light beige surface. It features several large, organic, wavy shapes in shades of brown and tan. On the left side, there is a cluster of small, dark green, oval shapes, some of which are outlined. Below this cluster, there are several horizontal, wavy lines in a light brown color. In the lower right area, there is a small, solid, reddish-brown shape. The overall design is minimalist and modern, with a focus on natural, organic forms.

RECURSOS HUMANOS

6 RECURSOS HUMANOS

6.1 Gerir a Estrutura Organizacional

Durante o ano de 2023 a Águas de Cascais teve ao seu serviço, em média, 200 colaboradores, dos quais 65 em regime de cedência de interesse público e 135 privados.

Neste período verificou-se uma ligeira diminuição do número de colaboradores, face a 2022, motivada pela dificuldade de recrutamento face ao grande crescimento de oferta de oportunidades de trabalho no ramo da construção, assim como nem todas as aposentações que tiveram lugar durante este período foram substituídas.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Número de Colaboradores (incluindo recibos verdes e temporário)	#	211	216	216	213	204	199	-5	-2%

Durante o ano de 2023 a idade média dos nossos colaboradores era de 48 anos, sendo a sua estrutura em género de 130 homens (65%) e 70 mulheres (35%). Em 2023 manteve-se a tendência gradual de subida no Custo Médio com Pessoal.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Custo Médio com pessoal - últ 12 meses	€/colaborador	23.497	24.188	24.087	24.106	24.656	26.690	2.034	8,2%

Durante o ano de 2023 o trabalho extraordinário foi residual. A reorganização das equipas e o esforço acrescido das chefias, contribuíram para este resultado.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Incidência de Trabalho Extraordinário - Acum. Ano	Horas/colaborador	5	3	1	2	1	2	1	171%

No geral, registou-se durante o ano de 2023 um acréscimo do absentismo.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Absentismo (exceto atividade Sindical e Greve) - últ 12 meses	%	7,7	6,2	5,9	3,9	3,9	4,2	0,2	6%
Absentismo (Exceto Doença Prolongada e atividade Sindical e Greve) - últ 12 meses	%	2,5	2,0	1,3	1,5	1,3	1,4	0,1	8%

No final de 2023 a Águas de Cascais tinha 16 colaboradores com contrato a prazo, representando 7,3%.

6.2 Desenvolver e Formar os Colaboradores

Durante o ano de 2023 foram realizadas 3.559 horas de formação, valor próximo do objetivo do plano de formação, de 3.828 horas. O Plano de formação para 2023 foi desenhado com o objetivo de, pelo menos igualar, o plano de formação de 2022 que foi bastante ambicioso.

As ações de formação ministradas nos diversos âmbitos têm revelado ser eficazes, constituindo mais valias para os Colaboradores abrangidos. A AdC pretende desenvolver e continuar a investir em diversas áreas desde a formação a novos colaboradores, assim como segurança, ambiente e tecnologias, sempre como ferramentas essenciais para o crescimento de desenvolvimento do nosso capital humano.

O plano de formação para 2023 continuou a apostar em formações diversificadas e com um foco na contribuição para a motivação e interesses pessoais, não olhando só ao desenvolvimento técnico dos colaboradores.

6.3 Consultar e Informar os Colaboradores

Os colaboradores da Águas de Cascais têm total liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva, registando-se uma redução ligeira dos colaboradores sindicalizados. Mantem-se a Comissão Sindical do STAL para a AdC, tendo sido eleitos novos representantes 2023.

Designação	Unidades	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Variação 2023 / 2022	
Taxa de Trabalhadores Sindicalizados	%	22,7	21,3	20,8	19,2	19,6	19,6	0,0	0%

Em 2023 a AdC promoveu a realização de duas consultas aos trabalhadores, de acordo com o definido em legislação específica, nomeadamente no artigo 18.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro – Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho –, e artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 fevereiro – Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

Para além de pretender dar cumprimento a uma obrigação legal, as Consultas aos Trabalhadores visam avaliar junto dos trabalhadores, a sua perceção para as condições de Segurança e Saúde no Trabalho nas várias unidades de trabalho da empresa. Os relatórios são divulgados na Intranet para conhecimento de todos os colaboradores, sendo que nos casos em que há acesso limitado de e-mail, os responsáveis de área comunicam às equipas.

A AdC promove também a consulta aos prestadores de serviços com colaboradores a trabalhar nas instalações da empresa, sendo realizada através de um breve questionário. Em 2023 foram consultados 35 colaboradores de 17 empresas que prestam serviço nas instalações da AdC.

A Empresa mantém um sistema de controlo dos seus fornecedores mais relevantes, onde se inclui a realização de auditorias (ver auditoria a fornecedores) e um sistema de visitas às obras contratadas a outras Empresas, não tendo sido, até à data, detetadas situações de tráfico humano, trabalho forçado ou infantil. Não foram criadas, durante o ano de 2023, ocorrências especificamente para alertar e resolver situações desta génese.

A Águas de Cascais tem como política, conforme estabelecido no seu Código de Conduta, a garantia de igualdade de oportunidades a todos os colaboradores. Todas as práticas, políticas e procedimentos da empresa asseguram a prevenção da existência de qualquer forma de discriminação na contratação, remuneração e outros benefícios, acesso a formação, promoção, término de contrato ou reforma, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, idade, orientação sexual, associação a sindicato ou a filiação política.

A Águas de Cascais tem igualmente como política, conforme estabelecido no seu Código de Boa Conduta para a Prevenção de Combate ao Assédio no Trabalho, a não tolerância de quaisquer comportamentos ou atos de assédio no local de trabalho, incluindo Colaboradores, Clientes ou Fornecedores, ainda que possam ocorrer fora do horário de trabalho e das instalações da empresa. A Empresa repudia, também, qualquer envolvimento no Tráfico Humano, Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado e Compulsório.

O Comité de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), criado em 2020 no âmbito do processo de transição da norma OSHAS 18001:2007 para a norma NP ISO 45001:2019 (Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho), com o objetivo de debater e solucionar questões no âmbito da SST, que surjam especificamente em cada uma das áreas da empresa, continuou a atividade ano de 2023, abordando e debatendo de temas transversais às diferentes áreas da empresa, com implementação de diversas medidas.

Em fevereiro de 2022 iniciou-se o projeto “Toolbox - Ações de Sensibilização” direcionadas às áreas operacionais, despoletadas pelos técnicos de Segurança, mas contando com a intervenção de todos os colaboradores presentes e respetivas direções e

coordenações. Estas sessões têm como principal objetivo informar e sensibilizar os trabalhadores, abordando várias temáticas relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente, fomentando também o envolvimento dos trabalhadores nestes âmbitos e promovendo a partilha de ideias.

No ano de 2023 manteve-se a realização destas ações de sensibilização relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho “Toolbox” com periodicidade mensal, abrangendo colaboradores de outras áreas da AdC. Foram realizadas doze ações, verificando-se uma média de 18 participantes por sessão, cada uma delas divulgada previamente através de cartaz, abrangendo vários temas: Medicina no Trabalho, Higiene e Conservação – Viaturas de Serviço, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, Prevenção e Controlo da Legionella; Consulta ao Trabalhadores.

Realizada com periodicidade mensal, através da afixação de cartazes em pontos estratégicos da empresa, publicação na intranet e envio por e-mail, a divulgação mensal dos acidentes de trabalho tem como objetivo a sensibilização dos colaboradores e reforçar as boas práticas relativas às matérias de segurança e higiene no trabalho, bem como mobilizar as equipas para a adoção de práticas seguras, utilizando o contador dos dias sem acidentes de trabalho.

Nem todos os perigos são óbvios ou fáceis de reconhecer, mesmo quando os vemos todos os dias. Alguns estão escondidos à vista de todos, escondidos nas tarefas rotineiras ou nas reações que temos quando as coisas não saem como planeamos. Reforçar a forma como a nossa segurança coletiva é alcançada, trabalhando juntos para permanecermos alertas, focados e apoiados em todos os momentos do nosso trabalho.

Foi este o mote para o lançamento da campanha que promove as condições de segurança no trabalho. Composta por duas vagas de comunicação diferentes, foi lançada a primeira vaga com três colaboradores da empresa, em diversos canais de comunicação: E-letter interna AquaeSpiritu, cartazes e um vídeo.



Associados à campanha foram simultaneamente divulgados três documentos relevantes em matéria de segurança no trabalho: o Regulamento Interno de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), a Metodologia de prevenção de incidentes SST, o Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolemia e o Regulamento Interno de Fardamento.

The background is a textured, light beige surface. It features several large, organic, wavy shapes in shades of terracotta, olive green, and brown. In the top left, there is a pattern of vertical white lines on a reddish-brown background. In the bottom right, there is a pattern of vertical black lines on a reddish-brown background. The overall style is modern and artistic.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

7 SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

7.1 Âmbito e Processos

A Empresa dispõe, desde 2007, de um Sistema de Gestão Integrado (SGI), consistente e de acordo com as normas e referenciais internacionais, cujo âmbito compreende as seguintes atividades, desenvolvidas no Concelho de Cascais:

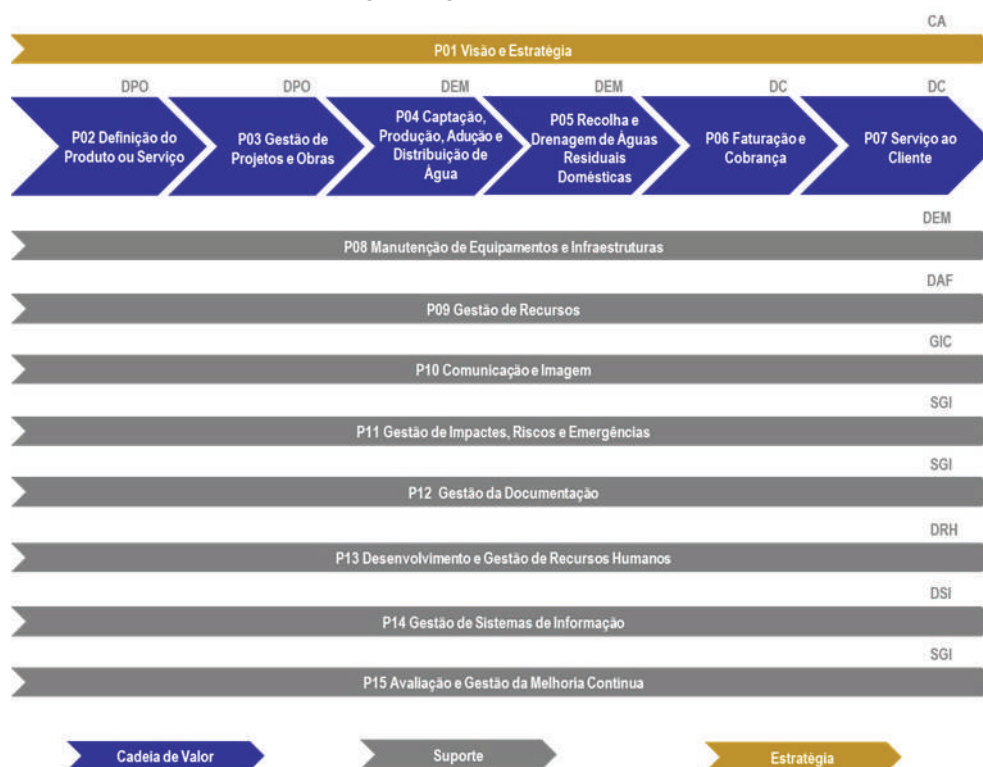
- Captação, adução, tratamento e distribuição de água;
- Drenagem de águas residuais domésticas;
- Manutenção da rede de águas pluviais, nos termos do contrato de concessão.

A partir de setembro de 2018 a APCER (Associação Portuguesa de Certificação), parceira da IQNet (*The International Certification Network*), renovou a certificação dos Sistemas de Gestão segundo os referenciais de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001), Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001) e Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001/NP 4397), certificação que a Águas de Cascais detém desde 2008. Em novembro de 2020 foi concluído o processo de migração da OHSAS 18001 para a NP ISO 45001:2019.

A empresa mantém o sistema de Responsabilidade Social, tendo optado por não renovar a sua certificação no âmbito da SA 8000.

A Empresa dispõe, também, de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do seu Laboratório, responsável pelo controlo da qualidade da água, na adução e distribuição, está acreditado pelo IPAC (Instituto Português de Acreditação), segundo a norma NP EN ISO IEC 17025, desde 1998.

A estrutura de processos do SGI é apresentada na figura seguinte.



O desempenho de cada um dos processos acima representados é analisado com detalhe no Relatório de Revisão pela Gestão, com periodicidade semestral. O SGI continua a manter-se consistente, adequado e eficaz.

7.2 Impactes e Riscos Operacionais

O processo de Gestão de Impactes, Riscos e Emergências materializa a política da Águas de Cascais no que se refere aos riscos e impactes operacionais, inerentes à atividade de distribuição de água para consumo humano e de recolha de águas residuais, assim como, aos riscos ambientais e de segurança e saúde no trabalho, sendo considerado um processo chave na organização.

A Águas de Cascais implementou, ainda, medidas de controlo para outros tipos de risco, como por exemplo, riscos económico-financeiros, jurídicos ou relativos aos sistemas de informação e proteção de dados. A carteira de seguros da Águas de Cascais cobre um amplo conjunto de riscos, nomeadamente, no ramo real, multiriscos comerciais e industriais, responsabilidade civil, responsabilidade ambiental, e frota automóvel, e, no ramo vida, seguro de doença, acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

No que se refere à continuidade do serviço, importa relevar que a responsabilidade inerente ao fornecimento de água para consumo humano e recolha de águas residuais domésticas torna imperiosa a existência de uma organização planeada e treinada, que permite uma abordagem eficaz e sistemática a emergências.

Para esse efeito existe, na Águas de Cascais, um Centro de Atendimento Permanente, com o apoio de um sistema de Telegestão, que garante uma pronta resposta e que vem permitindo à Empresa, nos últimos anos, evitar importantes incómodos aos seus clientes e assegurar um muito elevado grau de fiabilidade no fornecimento.

Apesar dos mecanismos já disponíveis para atuação em caso de emergência, a Águas de Cascais pretende ainda reduzir o nível de risco através da realização de investimentos com impacto muito significativo nesta matéria, nos quais se destacam as obras de construção do reservatório superior e do terceiro adutor, em curso, que permitirão diversificar os pontos de entrega de água fornecida pela EPAL. No que concerne ao transporte de águas residuais domésticas (ARD), foram remodeladas recentemente as EEAR da Crismina, da Duquesa e da Charneca, com o objetivo de melhorar o encaminhamento das ARD e seu posterior tratamento.

No que se refere à segurança do produto fornecido (qualidade da água para consumo humano), a Empresa dispõe de sistemas físicos de controlo de contaminação nas suas infraestruturas, planos de manutenção e limpeza, procedimentos de trabalho no sentido de minimizar riscos, tendo também implementado um Programa de Controlo Operacional da Qualidade de Água que lhe permite uma monitorização eficaz, na origem (produção própria ou EPAL) e ao longo da rede de adução e distribuição. Este programa tem sido essencial para os excelentes resultados que a Empresa tem conseguido, no que se refere ao controlo da qualidade da água fornecida, realizado na torneira dos consumidores, nos termos da legislação e normas nacionais e europeias.

No sentido da melhoria contínua, a Águas de Cascais implementou um Plano de Segurança da Água (PSA), elaborado com base num sistema preventivo de garantia de segurança e seguindo o Guia Técnico da ERSAR sobre esta matéria, o qual se fundamenta numa metodologia semelhante ao HACCP (*Hazard Analysis and Critical Control Point*).

Aquele plano incorpora uma avaliação de riscos, tendo em conta os perigos para os consumidores decorrentes de contaminações físico-químicas, biológicas ou outras, nas várias fases do ciclo da água, desde a origem até à entrega aos nossos clientes: captação, tratamento e adução.

Encontra-se em desenvolvimento um plano de recuperação de desastre para as Tecnologias da Informação, que permitirá documentar as diversas componentes da recuperação de desastre já implementadas. A infraestrutura do POM recebe atualmente réplicas de todos os servidores das redes Corporativa e de Telegestão a cada 30 segundos. Foi instalada uma estação de trabalho da Telegestão no POM, para que a mesma possa ser operada totalmente a partir do POM em caso de desastre na Sede, recorrendo às réplicas dos servidores mencionadas.

A Águas de Cascais procedeu à identificação das questões externas e internas e das partes interessadas mais relevantes, tendo em consideração o contexto em que se insere e a estratégia da empresa, com a consequente inventariação das suas necessidades e expectativas e das obrigações de conformidade e avaliação dos riscos e oportunidades, procurando identificar a necessidade de desenvolvimento de ações para melhorar o seu desempenho. Tais ações têm revelado ser eficazes, pelo que se mantêm em permanente execução.

7.3 Aspetos e impactes ambientais

A Águas de Cascais procede, periodicamente, à identificação dos seus aspetos ambientais, e à avaliação dos inerentes impactes ambientais, que decorrem da sua atividade ou dos seus fornecedores e clientes (ciclo da água). Dessa avaliação resulta um conjunto de ações que procuram melhorar o seu desempenho ambiental, assim como prevenir, em eventuais situações de acidente, fenómenos de poluição/contaminação.

Apesar da Águas de Cascais não operar nenhuma infraestrutura de tratamento de águas residuais (entrega as águas residuais ao sistema em alta, operado pela AdTA) e cerca de 85% da água que utiliza ser fornecida pela EPAL, existem alguns aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que pode controlar e influenciar numa perspetiva de ciclo de vida.

Da avaliação dos impactes ambientais resulta, também, a incorporação da melhoria do seu desempenho ambiental na estratégia da Empresa. Exemplos desta questão são os objetivos de redução das perdas, de aumento da eficiência energética e de eliminação de infiltrações de AP na rede de ARD, patentes nos objetivos estratégicos anteriormente apresentados neste relatório.

7.4 Risco para os Trabalhadores

Tendo optado por serviços internos, no que se refere à gestão da segurança e saúde no trabalho, a Empresa dispõe nos seus quadros de três técnicos de segurança, enquadrados no Gabinete de Sistema de Gestão Integrado. No que se refere à Medicina no Trabalho, a opção passou pela subcontratação, cabendo à Direção de Recursos Humanos a gestão desse contrato.

As avaliações dos perigos e riscos de segurança e saúde no trabalho são revistas e atualizadas em resultado das visitas realizadas periodicamente às instalações e atividades da AdC, pelos técnicos de segurança ou pelo Médico do Trabalho, de situações detetadas pelos colaboradores e da ocorrência de acidentes de trabalho.

Continuou a ser trabalhada a temática da “Ergonomia”, tendo como principal propósito elucidar os colaboradores sobre o conceito da ergonomia, as suas múltiplas aplicações, boas práticas a adotar num posto de trabalho sentado durante a jornada de trabalho e dar a conhecer o investimento da AdC nesta área nos últimos anos, através da aquisição de vários acessórios com características ergonómicas tais como apoios para pés, tapetes para rato com apoio de pulso e suportes para elevação do monitor.

Neste domínio, procurou-se ainda reforçar as ações de monitorização das condições existentes nas diversas instalações e infraestruturas de águas e saneamento da Empresa, através de um levantamento exaustivo, com vista à identificação de situações com necessidade de correção ou com potencial de melhoria. Por outro lado, manteve-se o acompanhamento operacional SST, com visitas regulares dos técnicos de SST às atividades operacionais e locais de trabalho.

No âmbito da preparação para emergências, a AdC desenvolveu as Medidas de Autoproteção (MAP) para cada instalação (Sede, Parque Operacional de Murches e Laboratório) e os Planos Específicos de Pequenas Instalações (PEPI) – Loja de Cascais e Loja de Carcavelos –, integrando documentos, registos e diversas fichas de intervenção em caso de necessidade de intervenção nas mais diversas situações. Estes documentos foram todos aprovados, com emissão de parecer Favorável pela ANEPC.

No ano de 2023 não foram aplicadas à Empresa quaisquer coimas referentes a incumprimentos de legislação ambiental ou relacionados com a segurança e saúde no trabalho.

7.5 Melhoria contínua

Na Águas de Cascais encaramos a melhoria e as mudanças inerentes como uma atividade tão contínua e permanente como o fornecimento de água ou a recolha de águas residuais domésticas. Para tal acontecer, consideramos essencial a existência de um processo sistemático para o tratamento de todas as melhorias, desde o registo das ideias iniciais, avaliação da sua oportunidade e definição das ações a implementar, até à avaliação da eficácia das ações implementadas.

Considerando todos os colaboradores como potenciais fontes de sugestões de melhoria, a Caixa de Sugestões intitulada de “Clube dos Iluminados”, acessível a partir da *Intranet* da Empresa ou de locais previamente definidos para os que não tiverem qualquer acesso a computadores, continua a ser uma ferramenta bastante utilizada. A informação relativa às sugestões apresentadas, a respetiva análise, responsáveis e estado de implementação é frequentemente atualizada e disponibilizada, para consulta de todos os colaboradores. No ano de 2023, foram implementadas 9 sugestões (5 transitadas de 2022) e foram apresentadas 7 novas sugestões, tendo sido implementadas quatro.

Dos vários mecanismos de melhoria implementados, o “Clube dos Iluminados” é o mais acessível a todos, pelo que se valoriza mais a quantidade e simplicidade nas sugestões apresentadas do que noutras áreas.

7.6 Auditorias

Em 2023 manteve-se a abordagem de realização de uma auditoria interna integral, envolvendo todos os processos da organização, abrangendo instalações diferentes das auditorias anteriores e recorrendo a auditores externos.

Considerando-se uma ferramenta essencial numa abordagem sistemática à melhoria, e dando continuidade ao procedimento adotado, a auditoria interna de 2023 foi realizada em julho, de acordo com o Programa de Auditorias estabelecido, no âmbito dos referenciais NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP EN ISO 45001:2018 e SA 8000:2008. O número de constatações decorrentes de auditorias internas, tem vindo a apresentar uma evolução consentânea com a maturidade do SGI.

A auditoria externa de acompanhamento pela entidade certificadora foi realizada em outubro de 2023.

No âmbito do esforço de melhoria conjunta com os fornecedores, a Empresa promoveu três auditorias de segunda parte em 2023.

7.7 Inovação e Desenvolvimento

Sendo a inovação um dos valores desta Empresa tem sido uma preocupação da gestão, como se descreveu, a sistematização dos processos de mudança e melhoria. Se, em alguns casos, as melhorias são de simples e rápida implementação, outros há em que implicam a realização de processos nunca realizados na organização e cujo desenvolvimento é relativamente complexo.

Para estes casos a Empresa tem vindo a estruturar projetos de I&D Empresarial, através de candidaturas ao Sistema de Incentivos promovido pela ADI (SIFIDE). Dando continuidade aos projetos que vêm sendo desenvolvidos, em 2023 a AdC apresentou a candidatura referente ao exercício de 2022.

Estando a Empresa abrangida pela obrigação prevista no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de promover e manter um sistema de gestão patrimonial de infraestruturas (PGPI) e considerando a oportunidade de melhorar o sistema de gestão integrado – SGI, nesta vertente (nas restantes a Empresa já tem maior maturidade e dispõe, inclusive, de certificação por entidade externa) iniciou-se, ainda em 2012, um projeto de implementação daquele sistema. Desde então tem-se vindo a dar continuidade ao referido programa, no sentido de se rever o respetivo planeamento estratégico, de se aprofundar o planeamento tático e realizar as ações definidas para a implementação dos referidos planeamentos. O PGPI foi revisto em 2021 para o período entre 2021 e 2023.

Dando sequência ao Plano Estratégico de Cascais para as Alterações Climáticas (PECAC), elaborado em 2010 pela CM Cascais, em conjunto com o *Center for Climate Impacts, Adaption and Modelling* (CCIAM), da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 2017 foi desenvolvido o Plano de Ação de Cascais para a Adaptação às Alterações Climáticas, resultante de uma parceria do Município com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que visou a implementação de 13 medidas consideradas prioritárias para promover uma cidade mais resiliente e adaptada às alterações climáticas, até 2030.

A AdC esteve diretamente envolvida na elaboração de ações para as seguintes medidas:

- Alternativas ao fornecimento de água potável: tem como objetivo a proteção e garantia das melhores condições de utilização das captações próprias (encontram-se delimitados os perímetros de proteção das captações subterrâneas Portaria n.º 208/2012, de 6 de julho, tendo sido emitidos os títulos de utilização pela APA, em 2013), bem como o aumento da produção própria de água e continuar a garantir o controlo operacional do abastecimento;
- Separação de águas residuais e pluviais: tem como objetivo a gestão técnica das infiltrações, através da utilização de técnicas de diagnóstico permanente, monitorização do desempenho dos sistemas, deteção de ocorrências e zonas críticas e determinação de prioridades de atuação na redução dos caudais indevidos que afluem aos sistemas;
- Eliminação da poluição nas linhas de água: tem como objetivo contribuir para a boa qualidade das águas das ribeiras (e também balneares), área onde ainda serão possíveis melhorias, nomeadamente no que se refere ao cumprimento das regras ambientais pelos utilizadores da rede pública de drenagem de ARD.

Considerando as ações preconizadas no PECAC (2010) e no Plano de Ação, considera-se que a estratégia da AdC está, na generalidade, alinhada com as medidas preconizadas para a adaptação às alterações climáticas acrescentando-se uma área relacionada com a redução de infiltrações de águas pluviais na rede de águas residuais domésticas.

Na dimensão tecnológica há alguns desenvolvimentos recentes na melhoria da eficiência dos processos, onde se destacam:

- a) Adequação dos sistemas para melhoria da gestão de pressão da água na rede (possibilidade de programação da pressão de saída em estações elevatórias de água, ou em válvulas redutoras de pressão, em função da hora, do dia ou do caudal);
- b) Desenvolvimento de estudos de otimização hidráulica e energéticas dos sistemas de abastecimento de água;
- c) Desenvolvimento de novos modelos matemáticos de apoio à definição de prioridades na pesquisa de fugas;
- d) Novas tecnologias de telemetria de caudais, que melhorem a resiliência dos equipamentos, a capacidade e qualidade das comunicações e a facilidade de análise e integração dos dados/leituras no processo de faturação da empresa (encontra-se em desenvolvimento mais um projeto piloto nesta área, que incide sobre os contadores dos jardins do Concelho, que permitirá testar duas tecnologias);
- e) Técnicas de deteção de ilícitos em redes, já em utilização na empresa, como, por exemplo, a vídeoscopia, em tubagens de água, e a máquina geradora de fumos, em redes de águas residuais domésticas (ARD);
- f) Técnicas de deteção de fugas não visíveis e silenciosas (*background leaks*), através de imagens e satélite, a partir de algoritmos que permitem identificar a humidade do solo, através do uso de gases traçadores ou de correlação acústica *online*.

PERSPETIVAS FUTURAS
E NOTA FINAL

8 PERSPETIVAS FUTURAS

A Águas de Cascais continuará a privilegiar o permanente contacto e o sãõ relacionamento com o Concedente, com os seus Acionistas, com os seus Clientes e restantes partes interessadas, procurando sempre as melhores soluções para as questões comuns.

A Empresa manterá a sua estratégia de permanente melhoria da eficiência, não apenas para compensar a eventual redução na atividade, mas também para manter os níveis de rentabilidade necessários para cumprimento com todas as suas obrigações contratuais, onde se destaca o desenvolvimento do importante plano de investimentos previsto contratualmente.

Dar-se-á, também, continuidade às atividades no âmbito da redução de perdas, com recurso a técnicas e meios mais eficazes de deteção de fugas, a redução de falhas no abastecimento e a deteção de anomalias nas redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, no aumento da eficiência energética e no programa de realização de benfeitorias nas instalações geridas pela Águas de Cascais.

Será feita uma aposta na inovação e otimização de processos, resultado da análise efetuada aos vários processos da empresa e definição de soluções inovadoras, como a desmaterialização de alguns processos.

9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2023 não ocorreram factos relevantes que devam ser considerados no âmbito do presente relatório.

10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artigo 18.º dos estatutos da Sociedade, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 8.971.552,25 euros, seja aplicado em Dividendos.

Propõe-se igualmente que o montante de Dividendos a pagar em 2024 seja de 9.000.000,00 euros, sendo:

- 8.971.552,25 euros por aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2023;
- 28.447,75 euros proveniente de Resultados Transitados.

11 NOTA FINAL

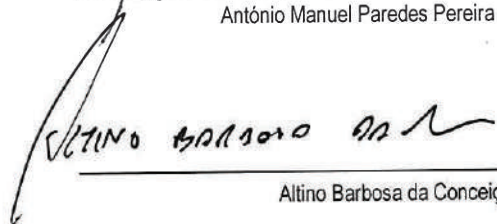
A finalizar, gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento aos Acionistas, pelo acompanhamento proporcionado através, designadamente, dos respetivos serviços de apoio a concessionárias, aos funcionários e colaboradores da Empresa, pelo empenhamento demonstrado na persecução dos objetivos definidos pela Administração, e, por último, à Concedente, ao Consórcio Bancário e aos Órgãos Sociais, pela forma positiva e cooperante com que pautaram a sua atuação.

Cascais, 21 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração



António Manuel Paredes Pereira da Cunha



Altino Barbosa da Conceição



Carlos Alberto da Silva Rodrigues



João Pedro Faria Feliciano

The background is a textured, light beige surface. It features several large, organic, overlapping shapes in muted colors: a dark olive green shape in the upper left, a reddish-brown shape in the upper right, and a large reddish-brown shape in the lower left. A thick, dark green wavy line runs from the lower left towards the bottom right. Two clusters of dots are present: one in the upper left consisting of dark brown dots, and another in the center consisting of reddish-brown dots. A series of smaller, reddish-brown oval shapes follows the curve of the dark green line in the lower half of the image.

CONTAS

12 CONTAS

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023

		EUROS	
RUBRICAS	NOTAS	31/12/23	31/12/22
Ativo			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	13	2.209.477	2.064.428
Ativos Intangíveis	14	66.170.811	70.965.784
Outros Investimentos Financeiros	15	22.398	20.075
Créditos a Receber	20	218.342	420.890
Ativos por Impostos Diferidos	16	128.317	154.122
		68.749.344	73.625.299
Ativo Corrente			
Inventários	17	175.486	147.912
Clientes	18	10.948.611	10.008.226
Adiantamentos a Fornecedores	26	36.551	216.972
Outros Créditos a Receber	20	62.459	25.305
Diferimentos	21	166.246	114.963
Caixa e Depósitos Bancários	22	22.626.047	19.974.094
		34.015.400	30.487.474
Total do Ativo		102.764.744	104.112.773
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	23	3.500.000	3.500.000
Reservas Legais	23	700.000	700.000
Resultados Transitados	24	42.931.227	41.038.537
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	25	2.612.317	2.545.308
Resultado Líquido do Período		8.971.552	8.892.690
Total do Capital Próprio		58.715.096	56.676.535
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões			
Financiamento Obtidos	27	10.802.386	15.116.082
Passivos por Impostos Diferidos	16	195	
Outras Dívidas a Pagar	28	13.364.170	13.755.792
		24.166.751	28.871.874
Passivo Corrente			
Fornecedores	26	5.972.052	5.225.755
Estado e Outros Entes Públicos	19	735.232	1.078.885
Financiamentos Obtidos	27	3.941.830	3.701.230
Outras Dívidas a Pagar	28	8.948.124	8.297.867
Outros Passivos Financeiros	29	285.659	260.626
		19.882.896	18.564.363
Total do Passivo		44.049.648	47.436.237
Total do Capital Próprio e do Passivo		102.764.744	104.112.773

Cascais, 21 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

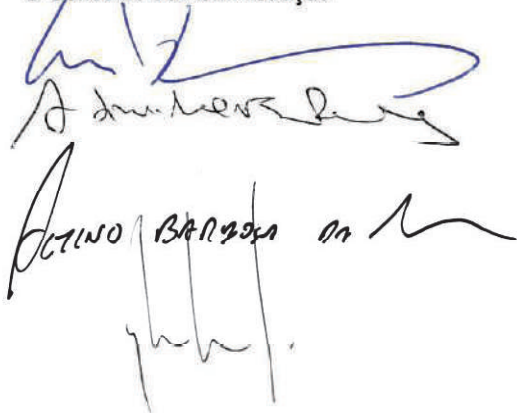
O Contabilista Certificado

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

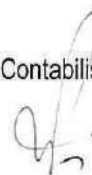
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EUROS	
		2023	2022
Vendas e Serviços Prestados	4	59.676.113	51.790.505
Subsídios à Exploração	5		4.825.649
Trabalhos para a Própria Entidade	7	3.764.147	3.206.300
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	6	-11.694.035	-11.134.229
Fornecimentos e Serviços Externos	7	-23.086.682	-21.180.747
Gastos com Pessoal	8	-5.373.574	-5.134.587
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	18	-626.690	-482.243
Aumentos / Reduções de Justo Valor	15	1.278	-402
Outros Rendimentos	9	1.571.952	1.692.281
Outros Gastos	10	-221.305	-286.016
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		24.011.205	23.296.511
Gastos / Reversões de Depreciação e de Amortização	13, 14	-9.182.671	-8.922.302
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		14.828.534	14.374.209
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	11	781.133	63.825
Juros e Gastos Similares suportados	12	-3.546.580	-2.492.938
Resultado Antes de Impostos		12.063.088	11.945.096
Imposto sobre o Rendimento do Período	16	3.091.535	3.052.406
Resultado Líquido do Período		8.971.552	8.892.690

Cascais, 21 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	EUROS	
		2023	2022
<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes		75.869.016	68.181.519
Pagamentos a Fornecedores		-34.392.191	-32.309.441
Pagamentos ao Pessoal		-5.318.135	-4.977.161
Caixa gerada pelas operações		36.158.690	30.894.917
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-3.439.127	-3.280.692
Outros Recebimentos / Pagamentos		-14.312.644	-8.582.079
Fluxos de caixa das actividades operacionais [1]		18.406.920	19.032.146
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-525.631	-388.861
Ativos Intangíveis		-3.850.916	-3.598.261
Investimentos Financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros			
Subsídios ao Investimento	25	585.927	532.656
Juros e rendimentos similares		285.404	
Fluxos de caixa das actividades de Investimento [2]		-3.505.216	-3.454.466
<u>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos			
Outras Operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		-3.701.230	-3.701.230
Juros e Gastos Similares		-1.548.521	-1.609.058
Dividendos	24	-7.000.000	-5.000.000
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento [3]		-12.249.751	-10.310.288
Variação de Caixa e seus Equivalentes [1+2+3]		2.651.953	5.267.392
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus Equivalentes no início do período		19.974.094	14.706.702
Caixa e seus Equivalentes no fim do período		22.626.047	19.974.094

Cascais, 21 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

EUROS													
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de dezembro de 2021	1	3.500.000				700.000		38.400.646	-1.554.620		2.648.595	7.637.890	51.332.512
Alterações no período													
Ajustamentos por impostos diferidos									-386.902		-28.431		-415.333
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								2.637.890	1.738.885		127.781	-2.637.890	1.866.666
	2							2.637.890	1.351.983		99.350	-2.637.890	1.451.333
Resultado líquido do período	3											8.892.690	8.892.690
Resultado Integral	4=2+3							2.637.890	1.351.983		99.350	6.254.800	10.344.024
Operações com detentores de capital no período													
Distribuições												-5.000.000	-5.000.000
Entradas para cobertura de perdas													
	5											-5.000.000	-5.000.000
Posição em 31 de dezembro de 2022	6=1+4+5	3.500.000				700.000		41.038.537	-202.636		2.747.945	8.892.690	56.676.535
Posição em 31 de dezembro de 2022	6	3.500.000				700.000		41.038.537	-202.636		2.747.945	8.892.690	56.676.535
Alterações no período													
Ajustamentos por impostos diferidos									5.570		-24.745		-19.175
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								1.892.690	-25.033		111.218	-1.892.690	86.185
	7							1.892.690	-19.463		86.472	-1.892.690	67.002
Resultado líquido do período	8											8.971.552	8.971.552
Resultado Integral	9=7+8							1.892.690	-19.463		86.472	7.078.862	9.038.561
Operações com detentores de capital no período													
Distribuições												-7.000.000	-7.000.000
Outras operações													
	10											-7.000.000	-7.000.000
Posição em 31 de dezembro de 2023	6+9+10	3.500.000				700.000		42.931.227	-222.100		2.834.417	8.971.552	58.715.096

Cascais, 21 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

13 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

1. Identificação da Empresa

A sociedade AdC-Águas de Cascais, S.A., pessoa coletiva n.º 505 124 289, com sede na Estrada da Malveira da Serra, 1237, Aldeia de Juso, em Cascais, foi constituída em 29 de agosto de 2000.

A sua atividade decorre do Contrato de Concessão celebrado, em 2 de novembro de 2000, com o Município de Cascais; com a duração de 25 anos, este contrato tem por objeto a Concessão da Exploração do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Cascais. Foi assinado com o Município de Cascais um Aditamento ao Contrato de Concessão, que prolonga a Concessão por mais 5 (cinco) anos, até 2030.

A Estrutura Acionista é a seguinte:

- AGS-Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, SA, com sede na Quinta da Fonte Office Park, Edifício Q54 D. José, Piso 2, Paço de Arcos, em Oeiras; detém uma participação de 50%.
- AQUAPOR Serviços, SA, com sede na Av. Marechal Gomes da Costa, 33 – 1º A, Lisboa; detém uma participação de 50%.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

As presentes demonstrações financeiras não são as primeiras apresentadas de acordo com as NCRF.

As divulgações que não constam deste anexo, não foram incluídas por não serem aplicáveis.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, pelas Leis n.ºs 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base duodecimal, utilizando-se, de um modo geral, as taxas de depreciação definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de forma a reintegrar o valor destes ativos no período estimado da sua vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas podem ser resumidas da seguinte forma:

	PERÍODO DE VIDA ÚTIL		
	ANOS		
Equipamento básico	7	a	10
Equipamento de transporte	4	a	5
Ferramentas e utensílios	5	a	8
Equipamento administrativo	3	a	10

As aquisições com valor inferior a 1.000 € nem sempre são depreciadas integralmente no ano de aquisição.

As despesas de reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são registadas como gastos do período em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, que aumentem a vida útil do bem, são consideradas como valor acrescentado desse Ativo e objeto das correspondentes depreciações.

O ganho ou perda que resulte do desreconhecimento de um ativo tangível (valor de venda deduzido do custo da venda e do valor contabilístico) faz parte do resultado do exercício em que o ativo é desreconhecido.

Ativos Intangíveis

As despesas de constituição estão registadas ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas de imparidade acumuladas.

Pelo conjunto de bens imóveis, que integram os sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento, colocados pela Concedente à disposição da empresa, resulta o pagamento da retribuição anual, ao longo do período da concessão.

A Retribuição à Concedente está registada a valores de 2009, conforme Aditamento ao Contrato de Concessão, mensurado ao custo amortizado, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Na assinatura do contrato de concessão a empresa comprometeu-se a efetuar investimentos em infraestruturas de Água e Saneamento no concelho de Cascais. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da Concedente (Município de Cascais), sem custos nem ónus. Este direito é reconhecido como Ativo Intangível no momento da sua disponibilização para exploração e mensurado ao custo, acrescido, caso exista, da capitalização de encargos financeiros incorridos no seu financiamento durante a sua execução.

As Infraestruturas reversíveis para a Concedente no final do Contrato estão registadas ao custo histórico de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos intangíveis (despesas de constituição, retribuição à Concedente, e infraestruturas reversíveis) são amortizados, numa base duodecimal, no número de anos até final da Concessão; com a assinatura do Aditamento ao Contrato de

Concessão a 31 de março de 2010, este foi prolongado em 5 anos. Por este motivo, as amortizações, a partir do início do mês de abril de 2010, foram calculadas tendo em consideração esta extensão do Contrato de Concessão. O método de amortização usado é o da linha reta, porque é o método que melhor tem refletido os benefícios económicos do ativo consumidos pela empresa, e melhor reflete os futuros benefícios económicos.

A manutenção e reparação do ativo afeto à Concessão são da responsabilidade da empresa durante o período de duração do contrato de concessão, sendo contabilizadas em gastos no exercício em que ocorrem.

Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento, ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecida em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que está reconhecida.

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, ou como (ii) locações operacionais se através deles não foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Custos de empréstimos obtidos

Os gastos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis ou intangíveis (infraestruturas reversíveis) são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Inventários

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

Quanto ao método de custeio adotaram-se os seguintes critérios:

- as saídas de armazém de matérias-primas, subsidiárias e de consumo foram valorizadas pelo custo médio ponderado;
- as saídas de mercadorias (água fornecida pela EPAL) foram valorizadas ao custo de aquisição efetivo.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Clientes e Outros créditos a receber

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzida das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos, e legislação em vigor para o setor.

Não são perdas por imparidade, por não se considerarem de cobrança duvidosa, as dívidas do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais ou aquelas em que estas entidades tenham prestado aval.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor de custo.

O valor em dívida da Retribuição à Concedente, mensurado ao custo amortizado, é atualizado anualmente, nos termos estabelecidos no Contrato de Concessão.

O reconhecimento em corrente e não corrente advém da sua maturidade.

Estado e Outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

Aos ativos não foi reconhecida imparidade por se considerar não ser aplicável, pela natureza específica do relacionamento.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo, os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Ativos e passivos por impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado.

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais exista cobertura efetiva nos termos da NCRF 27.

A empresa celebrou um contrato de taxa de juro variável, através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Capital Subscrito

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5 % do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

Resultados Transitados

Esta rubrica inclui (i) aplicação de resultados do exercício anterior, (iii) ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

Ajustamentos em Ativos Financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do instrumento derivado referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com o Sindicato Bancário formado pelo BPI / CGD.

Outras Variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui as comparticipações da Concedente ao investimento incluído no Plano de investimentos, nos termos do n.º 5 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão.

Rédito

O rédito proveniente da venda de água e de prestações de serviços apenas é reconhecido quando (i) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O não cumprimento dos prazos estabelecidos obrigará os clientes ao pagamento de juros por atraso no pagamento, nos termos e de acordo com a legislação em vigor. Pelo recebimento, os juros são registados como rendimento financeiro.

Subsídios à exploração

Nos Subsídios à exploração são reconhecidos todos os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis, que não estão relacionados com ativos.

O reconhecimento na demonstração de resultados é feito numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Trabalhos para a própria entidade

Nos Trabalhos para a própria entidade são reconhecidos todos os custos com a execução dos bens reversíveis contratualizados, e a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante o processo.

Outros rendimentos e gastos

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a

essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios de 2022 e 2023 dividem-se da seguinte forma:

	2023	2022
Venda de água	18 833 072	16 050 735
Prestações de serviços de água	15 212 655	13 939 259
Prestações de serviços de saneamento	25 630 386	21 800 511
	59 676 113	51 790 505

5. Subsídios à Exploração

Nesta rubrica são registados subsídios relacionados com rendimentos, não reembolsáveis, e atribuídos por entidades públicas.

No exercício de 2023 não há rendimentos de subsídios à exploração.

A Concedente, no processo de revisão tarifas para 2022, aprovou para o exercício de 2022: (i) a redução em 9% das tarifas dos 1.º e 2.º escalões doméstico, por contrapartida de 50% da retribuição paga anualmente pela Águas de Cascais, ao abrigo do Contrato de Concessão, que no exercício corrente tem o valor de 1.076.036 euros; (ii) utilização dos remanescentes 50% da retribuição para compensação da não realização em 2022, do aumento tarifário extraordinário de 3,4630%, equivalente à atualização da tarifa que deveria ter sido realizada em 2020 e 2021; (iii) compensação financeira, em 2022, relativa ao impacto da não atualização tarifária nos anos de 2020 e 2021, no quantia de 2.668.315 euros.

No exercício de 2022 foram ainda atribuídos subsídios pelo IAPMEI para compensação ao aumento do valor da RMMG 2022 – retribuição mínima mensal garantida, na quantia de 2.576 euros, e pelo IEFP no âmbito do programa Converte+ o valor de 2.685 euros.

6. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2022 e 2023 foram determinados da seguinte forma:

	2023			2022		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO	TOTAL
Inventários iniciais	61 771	86 141	147 912	59 925	78 379	138 304
Compras	11 657 383	484 777	12 142 160	11 106 574	322 888	11 429 462
Saídas para ativo fixo tangível		316 514	316 514		177 301	177 301
Saídas para gastos de conserv. reparação		104 037	104 037		108 325	108 325
Inventários finais	62 243	113 243	175 486	61 771	86 141	147 912
	11 656 911	37 124	11 694 035	11 104 728	29 500	11 134 228

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo correspondem a materiais utilizados nas redes de águas de abastecimento e de águas residuais. Destes materiais, os contadores para medição do consumo de água representam o principal valor, e a saída de inventários corresponde à sua instalação na rede e consequente registo como ativo fixo tangível; as saídas para gastos são materiais utilizados na conservação e manutenção da rede de águas de abastecimento e na rede de saneamento; o custo das matérias consumidas corresponde aos materiais utilizados na execução de ramais de água.

7. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe desta rubrica nos exercícios de 2022 e 2023 está no quadro seguinte:

	2023	2022
Subcontratos – Tratamento e destino final de efluentes (AdTA)	8 264 297	7 519 340
Subcontratos – contratos de construção	3 528 523	2 923 579
Subcontratos – Outros	922 377	753 476
Trabalhos especializados	4 604 905	4 247 800
Comissões	246 584	233 424
Conservação e reparação	3 097 083	2 914 902
Eletricidade	570 587	801 456
Combustíveis	179 165	194 838
Rendas e alugueres	884 837	818 277
Comunicação	82 323	83 674
Seguros	239 119	230 084
ERSAR	152 677	137 697
Comissões e encargos com garantia à Concedente	81 993	81 993
Outros	232 212	240 207
	23 086 682	21 180 747

A descrição das cauções e garantias e os respetivos valores constam da nota 33.

A rubrica “Subcontratos – contratos de construção” é o valor de infraestruturas construídas, e faturadas com base em autos de medição, com o detalhe e valores:

	2023	2022
Ativos reversíveis para a Concedente	3 528 523	2 923 579

O valor dos ativos reversíveis para a concedente foi registado no Ativo Intangível em curso, por contrapartida da rubrica de “Trabalhos para a própria entidade”. Esta rubrica decompõe-se:

	2023	2022
Ativos intangíveis reversíveis	3 528 522	2 923 579
Fiscalização interna	235 625	282 721
	3 764 147	3 206 300

A rubrica “Subcontratos – Outros”, no exercício de 2023, inclui (i) 179.421 euros de serviços comerciais, (ii) 533.119 euros de execução de ramais de saneamento, (iii) 209.766 euros de ramais de água. Em 2022, inclui (i) 197.222 euros de serviços comerciais, (ii) 380.068 euros de execução de ramais de saneamento, (iii) 176.186 euros de ramais de água.

A entidade detém o direito, em locações operacionais, de utilização de veículos, os quais levaram ao reconhecimento do gasto de 183.649 euros no ano de 2023, e do gasto de 154.724 euros em 2022, na rubrica “Rendas e alugueres”.

No final do período a entidade tem compromissos por locações operacionais não canceláveis com os seguintes vencimentos:

A menos de 1 ano	80 013
A mais de 1 ano e menos de 5 anos	110 980

A rubrica de conservação e reparação decompõe-se:

	2023	2022
Edifícios	287 550	102 356
Equipamento de transporte	55 899	101 461
Outros equipamentos	506 735	482 669
Rede de águas	1 462 385	1 390 126
Rede de saneamento	784 514	838 290
	3 097 083	2 914 902

A conservação e reparação de edifício em 2023 inclui (i) limpeza e reparação de reservatórios e outras instalações de exploração, 240.863 euros, (ii) espaços exteriores e jardins, 39.424 euros, (iii) outros, 7.263 euros. No exercício de 2022 inclui (i) limpeza e reparação de reservatórios e outras instalações de exploração, 65.448 euros, (ii) espaços exteriores e jardins, 30.976 euros, (iii) outros, 5.932 euros.

Na conservação e reparação de equipamento de transporte 93% dos gastos foram com viaturas especiais, como viaturas limpa-coletores, viaturas limpa-fossas, autotanque e máquinas retroescavadoras; 5% com viaturas ligeiras de mercadorias; os restantes 2% foram gastos com viaturas ligeiras passageiros.

A conservação e reparação de outros equipamentos distribui-se no exercício de 2023, (i) equipamentos de telegestão, e de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais domésticas, 448.244 euros, (ii) outro equipamento básico, 46.558 euros, e (iii) outros equipamentos, 11.933 euros. No exercício de 2022, (i) equipamentos de telegestão, e de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais domésticas, 437.836 euros, (ii) outro equipamento básico, 34.160 euros, e (iii) outros equipamentos, 10.673 euros.

A rubrica de trabalhos especializados decompõe-se:

	2023	2022
Auditorias	34 039	29 926
Prestação de Serviços dos Acionistas	3 247 069	2 855 598
Prestação de Serviços informáticos	354 205	338 456
Pessoal técnico de enquadramento	214 506	214 506
Gastos administrativos de faturação e cobrança	378 249	371 138
Estudos e projetos	43 408	5 840
Deteção de fugas	124 130	137 206
Ensaaios / análises laboratoriais	13 582	11 033
Prestação de Serviços Jurídicos	6 062	14 898
Outros trabalhos especializados	189 655	269 199
	4 604 905	4 247 800

A rubrica “Auditorias” reflete as auditorias ao laboratório decorrentes a acreditação, auditorias ao sistema de gestão integrada, e os gastos com a revisão legal de contas.

A prestação de serviços dos acionistas traduz os valores relativos ao contrato de assistência técnica, e aos administradores não executivos.

A prestação de serviços informáticos respeita a gastos com as plataformas informáticas, SAP, SIG, gestão documental, monitorização de caudais, e ainda a serviços técnicos ao hardware da empresa.

Os gastos administrativos com faturação e cobrança incluem, nomeadamente, os gastos com a plataforma informática, serviços de *finishing* e *mailing*.

A prestação de serviços jurídicos inclui despesas de advogados com o contrato de concessão e despesas com solicitadores.

Em Outros trabalhos especializados, estão gastos com comissão agente, serviços especializados em saúde e higiene no trabalho, processos de injunção, serviço de recolha de resíduos e sistema integrado de gestão.

8. Gastos com o pessoal

Os gastos de pessoal nos exercícios de 2022 e 2023 distribuem-se, conforme quadro seguinte:

	2023	2022
Remunerações com órgãos sociais	16 400	17 600
Remunerações de pessoal	4 163 870	3 947 245
Encargos sobre remunerações	906 370	862 731
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	111 533	110 712
Outros gastos com pessoal	175 401	196 299
	5 373 574	5 134 587

Os outros gastos com pessoal respeitam a gastos de formação e bolsas de estudo a colaboradores e familiares, e gastos de ação social.

O número médio de empregados ao serviço da AdC e o número no período findo a 31 de dezembro dos anos de 2022 e 2023 foi:

	2023	2022
Número médio de empregados	201	209
Número de empregados no fim do período	199	204

9. Outros rendimentos

Os outros rendimentos distribuem-se conforme quadro seguinte:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	1 050 603	1 109 312
Ganhos em inventários	2 312	1 341
Correções de exercícios anteriores	2 286	13 190
Imputação de subsídios ao Investimento	474 709	404 875
Restituição de Impostos	-	110 295
Outros Rendimentos e ganhos	42 042	53 268
	1 571 952	1 692 281

Os rendimentos suplementares de maior relevância são: (i) venda, informações e pareceres sobre documentos técnicos, (ii) serviço de manutenção da rede de pluviais, (iii) reembolso por parte dos clientes de despesas com processos de injunção, (iv) reembolso por parte dos clientes de despesas administrativas de processos judiciais e de avisos de corte, e (v) venda de energia elétrica, da instalação de unidades de microprodução.

O valor de correções de exercícios anteriores representa correções de estimativas de gastos de anos anteriores, e restituição de quantias de processos de injunção.

A quantia da rubrica Imputação de subsídios ao investimento traduz o rendimento do período dos valores da comparticipação da Concedente ao Investimento referida na nota 25.

As quantias da rubrica de Restituição de impostos são de créditos fiscais, no âmbito do SIFIDE.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos de 2023 tem como quantias mais relevantes (i) 23.217 € de venda de resíduos, (ii) 18.825€ de excesso de estimativa do imposto do exercício de 2022, (iii) 13.190€ de correções de exercícios anteriores. No ano de 2022 tem como quantias mais relevantes (i) 21.269 € de venda de resíduos, (ii) 13.301€ de indemnizações, (iii) 13.190€ de correções de exercícios anteriores.

10. Outros gastos

Os outros gastos distribuem-se conforme quadro seguinte:

	2023	2022
Impostos	30 290	25 875
Perdas em inventários	3 268	1 491
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	22 085	14 717
Correções relativas a anos anteriores	113 465	195 658
Multas fiscais e não fiscais	827	334
Indemnizações	48 113	43 542
Outros gastos e perdas	3 257	4 399
	221 305	286 016

Na rubrica de impostos, os valores relevantes em 2023 são (i) 23.015 euros de taxas de processos de injunção, e (ii) 2.493 euros de imposto de selo de financiamento e garantias; em 2022 são (i) 19.332 euros de taxas de processos de injunção, e (ii) 2.489 euros de imposto de selo de financiamento e garantias.

A rubrica de gastos e perdas em investimentos não financeiros reflete basicamente as perdas com abate de contadores de consumos de clientes retirados da rede, parcialmente depreciados.

As correções relativas a exercícios anteriores são basicamente valores de notas de créditos a clientes.

As indemnizações basicamente correspondem ao valor das franquias ou dentro do valor da franquia de eventos segurados.

Em Outros gastos e perdas, os valores mais relevantes em 2023 são (i) gasto de energia elétrica, da instalação de unidades de microprodução, 288 €, e (ii) IVA não recuperável, 1.214 €; os gastos mais relevantes em 2022 são (i) gasto de energia elétrica, da instalação de unidades de microprodução, 1.678 €, e (ii) IVA não recuperável, 1.113 €.

11. Juros e rendimentos similares obtidos

	2023	2022
Juros obtidos de depósitos bancários	323 387	-
Juros obtidos por atraso de pagamento	85 880	63 825
Outros rendimentos similares	371 867	-
	781 134	63 825

Na rubrica de “Outros rendimentos similares” estão registadas as quantias da atualização de instrumentos financeiros, conforme quadro seguinte:

	2023	2022
Passivo financeiro - Empréstimo bancário longo prazo	371 867	-
	371 867	-

12. Juros e gastos similares suportados

	2023	2022
Juros suportados de empréstimos bancários	1 538 108	1 606 163
Outros gastos similares	2 008 472	886 774
	3 546 580	2 492 937

A caracterização do empréstimo bancário e as taxas de juro aplicadas estão explicados na nota 27.

Na rubrica de “Outros gastos similares” estão registadas as quantias da atualização de instrumentos financeiros, conforme quadro seguinte:

	2023	2022
Passivo financeiro - Retribuição à Concedente	2 008 472	871 745
Passivo financeiro - Empréstimo bancário longo prazo	-	15 029
	2 008 472	886 774

13. Ativo Fixo Tangível

	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	EM CURSO	TOTAL
Quantia escriturada bruta inicial	9 133 135	862 096	965 785	180 709	112 321	11 254 046
Depreciações acumuladas iniciais	-7 450 126	-667 246	-908 819	-163 427		-9 189 618
Quantia escriturada líquida inicial	1 683 009	194 850	56 966	17 282	112 321	2 064 428
Adições						
Transferência tangível em curso	96 043					96 043
Outras	557 991		148 156	10 641	62 773	779 561
Total das adições	654 034		148 156	10 641	62 773	875 604
Diminuições						
Depreciações	-486 028	-70 575	-47 673	-8 152		-612 428
Perdas por imparidade						
Abates – Valor bruto	-930 823		-125 735	-9 460		-1 066 018
Abates– Depreciações Acumuladas	908 738		125 735	9 460		1 043 933
Transferência para firme					-96 043	-96 043
Total das diminuições	-508 113	-70 575	-47 673	-8 152	-96 043	-730 556
Quantia escriturada líquida final	1 828 930	124 275	157 449	19 771	79 051	2 209 476

No contrato de financiamento celebrado a 31 de março de 2010 com o sindicato bancário (BPI e CGD), aditado em 28 de dezembro de 2010, e que entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2011, a Águas de Cascais constitui a favor dos Bancos o penhor dos equipamentos e dos bens móveis. Este contrato e respetivo Aditamento faz parte integrante do Contrato de Concessão e pelo Aditamento assinado em 31 de março de 2010.

14. Ativo Intangível

	PROPRIEDADE IND. OUTROS DIREITOS	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	RETRIBUIÇÃO CONCEDENTE	INFRAESTRUTURAS E AFINS	EM CURSO	TOTAL
Quantia escriturada bruta inicial	107 822	3 811 351	46 909 446	101 658 915	2 673 840	155 161 374
Depreciações acumuladas iniciais	-107 822	-2 637 230	-33 225 735	-48 224 803		-84 195 590
Quantia escriturada líquida inicial	-	1 174 121	13 683 711	53 434 112	2 673 840	70 965 784
Adições						
Transferência tangível em curso				2 755 099		2 755 099
Outras				11 123	3 764 147	3 775 270
Total das adições				2 766 222	3 764 147	6 530 369
Diminuições						
Depreciações		-146 765	-1 710 464	-6 713 015	0,00	-8 570 244
Perdas por imparidade						
Transferência para firme					-2 755 099	-2 755 099
Total das diminuições	-	-146 765	-1 710 464	-6 713 015	-2 755 099	-11 325 343
Quantia escriturada líquida final	-	1 027 356	11 973 247	49 487 319	3 682 888	66 170 810

Na rubrica “infraestruturas e afins” o valor de adições por transferência do intangível em curso representa o valor de obras de instalações e de redes de água de abastecimento e de redes de águas residuais, que ficaram prontas neste exercício, reversíveis para a Concedente.

O Intangível em curso corresponde a infraestruturas de água de abastecimento e de águas residuais, reversíveis para a Concedente, que ainda não estão concluídas.

A empresa não tem ativos intangíveis registados por quantias revalorizadas.

15. Outros Investimentos Financeiros

O valor corresponde ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, nos termos da Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, e do Regulamento n.º 390-A/2013 de 14 de outubro. Os valores do Fundo de Compensação do Trabalho estão mensurados pelo justo valor.

16. Impostos Diferidos e Imposto sobre o rendimento do período

	2023		2022	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	154 122		514 970	
Efeitos na demonstração de resultados:				
Gastos acima dos valores fiscalmente aceites	-31 275		26 054	
Rendimentos por mensuração justo valor	-101	195		
Total de efeitos na demonstração resultados	-31 376	195	26 054	
Efeitos em capitais próprios:				
Cobertura risco taxa juro (<i>swap</i>)	5 570		-386 902	
Total de efeitos em capital próprio	5 570		-386 902	
Saldo em 31 de dezembro	128 316	195	154 122	

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto corrente	3 059 964	3 078 460
Imposto diferido	31 571	-26 054
	3 091 535	3 052 406

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	BASE DE IMPOSTO		TAXA DE IMPOSTO	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes de impostos	12 063 088	11 945 096		
Variações patrimoniais				
Taxa de imposto	22,25%	22,25%		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais:				
Imparidades acima das fiscalmente aceites	-140 558	116 693		
Outros	5 003	2 408		
	-135 555	119 101	1,00%	1,00%
Proveitos não tributáveis				
Benefícios fiscais	29 450	7 219		
Restituição de impostos não dedutíveis	18 825	110 295		
Outros	1 281			
	49 556	117 514		
Lucro tributável	11 877 977	11 946 683		
Taxa imposto sobre o rendimento (25.000€ de matéria coletável PME)	17%	17%		
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%		
Imposto calculado	2 492 375	2 507 803	21,00%	21,00%
Derrama estadual	398 899	402 334	3,40%	3,40%
Derrama municipal	148 475	149 334	1,30%	1,30%
Tributação autónoma	20 215	18 989	0,20%	0,20%
Imposto sobre o rendimento	3 059 964	3 078 460	25,80%	25,80%

A taxa de derrama para o Município de Cascais foi de 1,25% em 2022 e 2023.

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras a nível das taxas aplicáveis, nem a nível de reembolsos de impostos já pagos.

Por este motivo não há lugar à divulgação de quantias relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

17. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias (água para distribuição)	62 243	61 771
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	113 243	86 141
	175 486	147 912

18. Clientes

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Clientes c/c	7 258 319	6 284 663
Clientes por acréscimos	1 626 078	1 705 361
Clientes de cobrança duvidosa	8 693 560	8 032 035
Clientes – perdas por imparidade acumuladas	-6 629 346	-6 013 832
	10 948 611	10 008 226

As maturidades em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 da dívida de Clientes são:

A Receber	31.12.2023	31.12.2022
<30 dias	6 524 997	5 506 213
30 a 60 dias	374 250	146 383
60 a 90 dias	107 684	93 653
90 a 180 dias	270 474	340 073
180 a 360 dias	340 729	446 775
> 360 dias	8 333 745	7 783 601
	15 951 879	14 316 698

Para determinação da dívida dos clientes sujeita a imparidades são deduzidas as quantias das taxas de resíduos sólidos urbanos e da taxa de recursos hídricos porque não são rendimento da Águas de Cascais, e por isso, não afetam os resultados da empresa.

Os valores de resíduos sólidos urbanos e de tarifa de gestão de resíduos são rendimento da Câmara Municipal de Cascais e a taxa de recursos hídricos é rendimento da ARH-Administração de Recursos Hídricos.

A dívida do Estado e da Autarquia não são objeto de perdas por imparidade.

O quadro seguinte apresenta a dívida para determinação das imparidades, as taxas aplicadas e os valores de imparidades:

	DÍVIDA SUJEITA A IMPARIDADES	% DE IMPARIDADES	IMPARIDADES ACUMULADAS
Faturas emitidas até 2020, inclusive	5 422 326	100%	5 422 326
Faturas emitidas em 2021 – 1.º semestre	227 308	100%	227 308
Faturas emitidas em 2021 – 2.º semestre	375 512	100%	375 512
Faturas emitidas em 2022 – 1.º semestre	218 244	100%	218 244
Faturas emitidas em 2022 – 2.º semestre	211 932	100%	211 932
Faturas emitidas em 2023 – 1.º semestre	174 024	100%	174 024
	6 629 346		6 629 346

Os movimentos na rubrica de clientes c/c com perdas por imparidade acumuladas nos exercícios de 2022 e 2023 estão no quadro seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo inicial	6 013 832	5 546 722
Reforço	626 690	482 243
Utilização	11 176	15 133
Saldo final	6 629 346	6 013 832

19. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, esta rubrica apresentava as seguintes quantias no Passivo:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o rendimento	272 989	669 826
Retenção de Imposto sobre o rendimento	71 790	72 823
IVA a pagar	108 863	42 174
Contribuições para Segurança Social	99 040	87 576
Outras tributações – Taxa de recursos hídricos	182 550	206 486
	735 232	1 078 885

Em 31-12-2023, a quantia de imposto sobre o rendimento resulta de pagamentos por conta (+2.715.624 €), retenções sobre rendimentos de capitais (+71.351 €), e do IRC do exercício (-3.059.964 €); em 31-12-2022, a quantia de imposto sobre o rendimento resulta de pagamentos por conta (+2.298.339 €), benefício fiscal SIFIDE (+110.295 €), e do IRC do exercício (-3.078.460 €).

A “Retenção de imposto sobre o rendimento” e as “Contribuições para a Segurança Social” respeitam a rendimentos postos à disposição em dezembro, e cuja entrega ocorre em janeiro do ano seguinte.

O valor da rubrica de IVA a pagar corresponde ao IVA do período de novembro e dezembro do exercício, sendo a entrega da declaração periódica no ano seguinte, assim como o seu pagamento.

A taxa de recursos hídricos, a pagar pelos clientes finais, é cobrada pelas entidades gestoras de água de abastecimento e de águas residuais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de junho. A Águas de Cascais efetua pagamentos desta taxa a 3 entidades, ARH na parte das captações próprias de água, EPAL fornecedor de água para distribuição e ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO prestador do serviço de tratamento e destino final de efluentes.

A taxa de recursos hídricos é um valor estimado, sendo a estimativa corrigida no início de cada ano. O valor debitado aos clientes é a melhor estimativa.

20. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, esta rubrica apresentava as seguintes quantias:

A Receber	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Devedores por depósito garantia (Cascais Sedenova)	202 548	405 096
Outros devedores por depósito de garantia	15 794	15 794
	218 342	420 890
ATIVO CORRENTE:		
Devedores por depósito de garantia	2 000	2 000
Outros devedores	60 458	23 305
	62 458	25 305
	280 800	446 195

O valor da rubrica Devedores por depósito de garantia é da caução à Cascais Sedenova, em aditamento do Contrato de Cedência de Utilização e de Prestação de Serviços, referido na nota 32. O valor da caução foi reduzido em 50% no ano de 2023.

21. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica de diferimentos, no Ativo, tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2023	31.12.2022
Gastos com sistemas de informação	120 254	72 750
Seguros	35 409	32 420
Outros	10 583	9 793
	166 246	114 963

A quantia de Gastos com sistemas de informação é de contratos de base anual e plurianual.

22. Caixa e depósitos bancários

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	6 462	6 413
Depósitos bancários	22 619 586	19 967 681
	22 626 048	19 974 094

Com exceção da quantia de 2.736.979 € relativa ao serviço da dívida, todos os saldos incluídos em caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso na data das demonstrações.

A empresa, além dos compromissos de tesouraria correntes, tem, no mês de janeiro, o pagamento da retribuição à Concedente.

23. Capital

ACIONISTA	% PARTICIPAÇÃO	N.º DE AÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO (EUROS)
AQUAPOR	50	350.000	1.750.000
AGS	50	350.000	1.750.000
	100,0	700.000	3.500.000

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5 % do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20 % do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal já representa 20% do capital.

24. Resultados transitados

RUBRICA	SALDO INICIAL	VARIAÇÃO	SALDO FINAL
Resultados transitados	41 038 537	1 892 690	42 931 227

A variação na rubrica “Resultados transitados” corresponde a parte do resultado líquido do exercício 2022.

A quantia restante do resultado líquido de 2022, 7.0000.000 euros, foi distribuída pelos Acionistas como dividendos, conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 5 de abril 2023; o pagamento foi efetuado no exercício de 2023.

25. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, esta rubrica apresentava as seguintes quantias:

	31.12.2023	31.12.2022
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS		
Outros ajustamentos em passivos financeiros, SWAP	-285 659	-260 625
Impostos diferidos	63 559	57 989
	-222 100	-202 636
OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO		
Subsídios ao investimento da Concedente	3 645 552	3 534 334
Impostos diferidos	-811 135	-786 389
	2 834 417	2 747 945
1	2 612 317	2 545 309

Nos termos do n.º 5 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão, Aditamento de 31 de março de 2010, os investimentos incluídos no Plano de Investimentos para o período de 2011 a 2030 serão comparticipados pelo Concedente em montantes anuais de €872.285,00 (oitocentos e setenta e dois mil duzentos e oitenta e cinco Euros), a preços de junho de 2007, atualizável nos termos do n.º 2 da mesma Cláusula, devidos na proporção do valor do investimento efetivamente realizado no ano em causa.

26. Fornecedores

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 é o seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores c/c gerais	2 884 600	2 677 985
Fornecedores c/c – empresa mãe	219 347	204 065
Fornecedores c/c – entidades relacionadas	45 821	2 163
Fornecedores por acréscimos	2 822 284	2 341 541
SOMA	5 972 052	5 225 754
Adiantamentos a fornecedores	-36 551	-216 972
	5 935 501	5 008 782

O adiantamento respeita a aprovisionamento de materiais para realização de obras.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 as dívidas a fornecedores apresentavam as seguintes maturidades:

	31.12.2023	31.12.2022
<30 dias	3 110 569	2 883 733
30 a 60 dias	-	480
60 a 90 dias	-	-
90 a 180 dias	-	-
180 a 360 dias	-	-
> 360 dias	39 199	-
	3 149 768	2 884 213

27. Financiamento obtido

	31.12.2023	31.12.2022
	CAPITAL	CAPITAL
PASSIVO NÃO CORRENTE:		
Empréstimos bancários	10 802 386	15 116 082
PASSIVO CORRENTE:		
Empréstimos bancários	3 941 830	3 701 230
	14 744 216	18 817 312

O contrato de financiamento em regime de *Project-finance*, que estabelece um empréstimo de médio longo prazo, no valor de 40.100.000 euros, entrou em vigor em 11 de fevereiro de 2011. A taxa de juro está indexada à taxa EURIBOR a 6 meses, adicionada de uma margem de 4,25% até 15 dezembro de 2014, de 4,5% até 15 de dezembro de 2019, e de 4,75% após esta data. Este empréstimo tem 1% de comissão de imobilização sobre o montante não utilizado.

Este contrato de financiamento considera um empréstimo de curto prazo no valor máximo de 250.000 euros, a uma taxa de juro indexada à taxa EURIBOR a 6 meses, adicionada de uma margem de 2%, e com comissão de imobilização, sobre o montante não utilizado, de 0,75%.

A Águas de Cascais tem um contrato de cobertura de risco, *Swap*, para o empréstimo médio longo prazo, com uma taxa fixada em 3,955%.

As garantias para este empréstimo foram prestadas pelos Acionistas, com a penhora das ações, e cartas de conforto.

28. Outras Dívidas a pagar

O valor de outras dívidas a pagar refletido no passivo não corrente tem o detalhe do quadro abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
Câmara Municipal Cascais (retribuição)	12 628 755	13 045 123
Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento	735 415	710 669
	13 364 170	13 755 792

O valor de outras dívidas a pagar refletido no passivo corrente tem o detalhe do quadro abaixo:

A Pagar	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de Investimento	551 057	377 948
Credores por acréscimos de gastos	711 879	683 517
Câmara Municipal Cascais (RSU+TGR)	3 185 314	2 981 008
Credores por depósito de garantia	1 778 825	1 596 345
Câmara Municipal Cascais (retribuição)	2 424 839	2 372 642
Cientes com IVA regularizado	196 716	188 554
Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento	75 721	75 721
Outros credores	23 773	22 132
	8 948 124	8 297 867

A rubrica de fornecedores de investimento tem uma maturidade inferior a 30 dias, em ambas as datas.

A rubrica Credores por acréscimo de gastos tem como valores relevantes (i) 62.886 euros de acréscimos de gastos financeiros em 2023, e 73.279 euros no ano 2022, (ii) 642.220 euros em 2023, de acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias), e a quantia de 604.328 euros no ano de 2022.

A rubrica Câmara Municipal de Cascais (RSU+TGR) respeita à tarifa de resíduos sólidos urbanos, e taxa de gestão de resíduos incluídos nas faturas aos clientes, que é rendimento da Câmara Municipal. A Águas de Cascais tem o compromisso de incluir nas faturas dos clientes as tarifas aprovadas pela Câmara Municipal, efetuar a sua cobrança e proceder à entrega dos valores recebidos.

A rubrica Credores por depósito de garantia corresponde à retenção de 10% sobre o valor de fatura das obras do plano de investimentos, que não têm cobertura por garantia bancária.

A rubrica Câmara Municipal de Cascais (Retribuição) reflete o valor estimado da retribuição a pagar à Concedente no próximo ano.

A rubrica Clientes com IVA regularizado representa o valor do IVA de faturas de clientes em dívida, que foi regularizado nos termos do Código do IVA.

A rubrica Ajustamento de imposto diferido relativo a subsídios ao investimento reflete o imposto correspondente à quantia de subsídio ao investimento a reconhecer como rendimento nos próximos 12 meses

29. Outros passivos financeiros

A empresa contratou um instrumento financeiro de cobertura, para minimizar os riscos financeiros. O risco a que a empresa está exposta é a flutuação da taxa de juro do financiamento não corrente contratado a taxa de juro variável.

Passivos financeiros mensurados pelo justo valor por contrapartida em Capital próprio:

	31.12.2023	31.12.2022
Derivados de cobertura		
Valor <i>Notional</i>	9 792 420	12 259 907
Swap de taxa de juro fixa	285 659	260 626

A Águas de Cascais, SA, tem um contrato de financiamento com duas instituições bancárias, em que cada uma tem 50% do valor do contrato, percentagem que também se aplica ao instrumento financeiro de cobertura (*swap*).

30. Passivos contingentes

Estão a decorrer alguns processos instaurados à Águas de Cascais, SA:

OBJETO DO PROCESSO	VALOR DO PEDIDO	PREVISÃO DO GABINETE JURÍDICO DA AdC
Pedido de indemnização por danos	128.857,47 €	A AdC – Águas de Cascais, S.A. (interveniente principal passiva - co-Ré) apresentou, em 27/06/2022, contestação à ação, alegando a sua ilegitimidade e impugnando a ação e pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Companhia de seguros Allianz Portugal, S.A. O processo encontra-se em desenvolvimento. Quanto ao risco/probabilidade de condenação no pedido, não existe ainda uma expectativa segura do que possa vir a suceder em termos de decisão final, podendo, em tese, vir a existir condenação no pedido, pelo menos, nalguma proporção.

OBJETO DO PROCESSO	VALOR DO PEDIDO	PREVISÃO DO GABINETE JURÍDICO DA AdC
Pedido de indemnização por danos	115.274,30 €	A AdC apresentou contestação em 20/04/2012, nomeadamente, pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Chartis Europe, SA - Sucursal em Portugal, tendo-se seguido a tramitação do processo, e a determinado passo foi pela AdC apresentado, em 01/03/2013, recurso para o Tribunal Central Administrativo Sul de despacho de não admissão da intervenção da seguradora Chartis. Após julgamento foi proferida sentença totalmente favorável à AdC, tendo esta ficado totalmente absolta dos pedidos formulados pelo Autor. Foi apresentado recurso pelo Autor, e contra-alegações por parte da AdC. Aguarda-se decisão.
Pedido de indemnização por danos	42.582,72 €	A AdC apresentou, em 06/11/2015, contestação, através de mandatário não pertencente ao seu Gabinete Jurídico, tendo sido proferida sentença notificada a 07/09/2022, considerando totalmente improcedente a Impugnação Judicial e, em consequência determinando a manutenção dos atos impugnados na ordem jurídica. A sentença foi posteriormente objeto de recurso por parte da Autora, em 10/10/2022, tendo a AdC apresentado contra-alegações, não havendo, de momento, nada mais de relevante a assinalar. No que respeita ao risco/probabilidade de condenação, as coisas estão bem encaminhadas para a AdC, face à sentença obtida que lhe foi totalmente favorável, embora, em razão do recurso interposto, não exista decisão definitiva / transitada em julgado.
Pedido de indemnização por danos	36.320,00 €	A AdC – Águas de Cascais, SA, apresentou, em 29/11/2013, contestação à ação, nomeadamente, pedindo a intervenção no processo, como Ré, da sua seguradora, Chartis Europe, SA – Sucursal em Portugal, tendo sido proferida, em 13/06/2015, sentença julgando a ação improcedente e absolvendo do pedido as Rés e as chamadas (AdC e Chartis Europe, SA – Sucursal em Portugal). Entretanto, a Autora interpôs, em 04/09/2015, recurso da sentença para o Tribunal Central Administrativo Sul, tendo a AdC apresentado, por sua vez, em 03/11/2015, contra-alegações, aguardando-se presentemente o acórdão daquele tribunal superior. Quanto ao risco/probabilidade de condenação no pedido, existe boa probabilidade de a AdC não ter de pagar nada.
Pedido de condenação na reposição de pavimentos, em betuminoso e calçada	30.001,00 €	A AdC apresentou em 11/01/2013 oposição, tendo em 30/01/2013 sido decretada sentença negando provimento à ação. O Autor interpôs recurso da decisão, estando o processo presentemente a correr termos no Tribunal Central Administrativo do Sul. Não existe, de momento, nada mais de relevante, a assinalar. Existe relevante probabilidade de a AdC ser absolta totalmente do pedido.
Impugnação de ato administrativo	30.000,01€	A ação judicial instaurada é de impugnação do ato administrativo constituído pelo despacho proferido no âmbito dos procedimentos PCV nº 2/2017 – I – CMC – 2017 – 6991, do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, datado de 09.10.2019, que ordena ao Autor a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança e salubridade do imóvel sito na Rua Dom Afonso Henriques, nº 901, 2765-572 Estoril, detetadas nas vistorias realizadas nos dias 23/01/2018, 29/01/2018 e 03/01/2019. A AdC apresentou contestação no sentido de a decisão dos autos dever ser formulada de acordo com a prova que naqueles vier a ser produzida. Aguardam-se desenvolvimentos do processo, existindo a expectativa segura de não existência de qualquer condenação da AdC, visto não ter sido colocada em causa na ação e em consequência, na mesma não tendo sido objeto de qualquer pedido condenatório.

31. Acontecimentos após a data do Balanço

Não há acontecimentos relevantes a registar.

32. Partes relacionadas

A Águas de Cascais, SA tem relacionamento com as empresas-mãe e com outras empresas detidas por uma ou mais das empresas-mãe, conforme detalhe do quadro seguinte:

PARTES RELACIONADAS	NATUREZA DO RELACIONAMENTO
AGS	Assistência técnica Cedência de Administrador e cedência de pessoal técnico Aluguer equipamento microprodução energia Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de telegestão, de estações elevatórias de água de abastecimento e de águas residuais. Monitorização de caudais, <i>waterwise</i> , <i>pensa</i> e <i>meterwise</i>
AQUAPOR	Assistência técnica Cedência de Administrador e cedência de pessoal técnico Apoio comercial, serviço de SMS, e <i>storage</i>
LUSÁGUA	Trabalhos especializados (videoscopias, análises, PSA)
AQUASIS	Assessoria técnica, e manutenção software SIG / G INTERÁQUA / AQUAFIELD
CASCAIS SEDENOVA	Aluguer do edifício sede

Como garantia do empréstimo intercalar, as empresas-mãe constituíram, a favor do Banco BPI, penhor financeiro sobre as suas ações.

A Cascais Sedenova disponibilizou em fevereiro de 2013 o edifício, onde funciona a sede da Águas de Cascais, SA, tendo ambas as partes celebrado o Contrato de Cedência de Utilização e de Prestação de Serviços.

As quantias das transações nos exercícios de 2022 e 2023 e os saldos em 31-12-2022 e 31-12-2023 constam do quadro seguinte:

Partes relacionadas	Aquisição de serviços	Gastos financeiros	Créditos a receber	Dívidas a pagar	Imparidades	Gastos de dívidas incobráveis
AGS						
2023	2 343 497	-		143 514	-	-
2022	2 182 709	-		132 293	-	-
AQUAPOR						
2023	1 756 729	-		75 832	-	-
2022	1 563 106	-		71 772	-	-
LUSÁGUA						
2023	102 628	-		44 659	-	-
2022	106 130	-		1 001	-	-
AQUASIS						
2023	41 128	-		1 162	-	-
2022	38 170	-		1 162	-	-
CASCAIS SEDENOVA						
2023	671 430	-	202 548	-	-	-
2022	635 611	-	405 096	-	-	-

A remuneração dos membros chave da gestão nos exercícios de 2023 e 2022 foi de 359.452 euros e 347.828 euros, respetivamente.

33. Garantias Bancárias

As garantias bancárias prestadas pela empresa são as constantes do quadro seguinte:

A FAVOR DE	VALOR	OBJETIVO
Câmara Municipal de Cascais	4 043 467	Contrato de Concessão
José Abreu M. Freire e Outros	23 119	Processo de expropriação de terreno para captação de água
PETROGAL – Petróleos de Portugal	43 000	Contratos de fornecimento de combustível
	4 109 586	

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

1. Divulgação exigida pelo n.º 1 alíneas a) e b) do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

Não existem operações não incluídas no Balanço, pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

2. Divulgação exigida pelo n.º 1 alínea b) do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

Os honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais nos exercícios de 2022 e 2023 são os seguintes:

	2023	2022
Honorários faturados pela Revisão Legal de Contas	17 846	16 787

3. Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais

A divulgação das operações realizadas com partes relacionadas está na nota 32.

35. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 21 de fevereiro de 2024.

Cascais, 21 de fevereiro de 2024

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdC-Águas de Cascais, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 102.764.744 euros e um total de capital próprio de 58.715.096 euros, incluindo um resultado líquido de 8.971.552 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdC-Águas de Cascais, S.A. em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 11.973 milhares de Euros (2022: 13.684 milhares de euros) (nota 14), referente ao valor da retribuição a pagar à Concedente, o qual, no momento do seu reconhecimento inicial, não foi sujeito adequadamente à correspondente atualização financeira, tal como definido na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, este ativo, bem como os ativos classificados como “Infraestruturas e afins” no montante de 49.487 milhares de euros (2022: 53.434 milhares de Euros) têm vindo a ser amortizados linearmente tendo por base o período da concessão. Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das “unidades de produção”, utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consideramos que a informação disponibilizada não nos permite quantificar o efeito da não aplicação dos normativos contabilísticos acima referidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Lisboa, 26 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**
Num. de Identificação: 09457598
Data: 2024.03.26 11:08:38+00'00'

Paulo Jorge Luís da Silva - ROC n.º 1334
Registado na CMVM com o n.º 20160944



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos/as. Senhores/as, Acionistas da sociedade AdC - Águas de Cascais, S.A.,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias e, nos termos do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborados pelo Conselho de Administração da sociedade **AdC - Águas de Cascais, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1) Introdução:

- a) Acompanhámos a gestão da sociedade e a evolução da atividade através do contacto regular mantido com o Conselho de Administração e com os departamentos Financeiro e de Contabilidade, durante o exercício de 2023;
- b) Solicitámos os elementos e esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos necessários e adequados, quer ao órgão de gestão e demais responsáveis técnicos, quer ao Revisor Oficial de Contas;
- c) O desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos intervenientes e responsáveis das diferentes áreas/serviços que consideramos relevantes, ao nível do relato financeiro da sociedade.

2) Responsabilidades:

- a) Averiguámos a observância da lei e o cumprimento do contrato de sociedade;
- b) Procedemos a verificações por amostragem dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e avaliamos globalmente a eficácia do



sistema de controlo interno da sociedade, com a periodicidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;

- c) Examinamos as demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas e o relatório de gestão da sociedade (designado por "Relatório de Gestão e Contas"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- d) Analisámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas - Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. - datada de 26 de março de 2024, a qual inclui uma reserva (por desacordo, não quantificada):

“Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade tem registado no seu ativo intangível o montante de 11.973 milhares de Euros (2022: 13.684 milhares de Euros) (nota 14), referente ao valor da retribuição a pagar à Concedente, o qual, no momento do seu reconhecimento inicial, não foi sujeito adequadamente à correspondente atualização financeira, tal como definido na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, este ativo, bem como os ativos classificados como "Infraestruturas e afins" no montante de 49.487 milhares de euros (2022: 53.434 milhares de Euros) têm vindo a ser amortizados linearmente tendo por base o período da concessão. Este método de amortização não é aquele que mais adequadamente reflete a expectativa de consumo dos benefícios económicos futuros, tal como definido na NCRF 6 - Ativos Intangíveis, sendo tal objetivo atingido caso os referidos ativos tivessem vindo a ser amortizados pelo método das "unidades de produção", utilizando para tal o volume anual dos caudais e o volume total dos caudais previstos na concessão, volumes esses que decorrem do modelo económico-financeiro de base à mesma. Consideramos que a informação disponibilizada não nos permite quantificar o efeito da não aplicação dos normativos contabilísticos acima referidos."

Efetuamos, ainda, indagações junto do Revisor Oficial de Contas, solicitando os esclarecimentos que consideramos pertinentes, atendendo a natureza e relevância das situações identificadas.

3) Opinião:

- a) Os atos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei, nem com o contrato de sociedade e demais regulamentação aplicável;
- b) A Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o “Relatório de Gestão e Contas” satisfazem as disposições legais aplicáveis, refletindo a atividade e a situação económica, financeira e patrimonial da sociedade, no exercício de 2023.
- c) No seguimento das observações anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o "Relatório de Gestão e Contas" da Sociedade não se encontra preparado de acordo com as disposições contabilísticas, legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis. É, portanto, nosso parecer que o mesmo deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- d) Somos de parecer que a Assembleia Geral de Acionistas deverá aprovar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;

Par último, expressamos o nosso agradecimento ao Conselho de Administração da sociedade e a todos os responsáveis e colaboradores com quem contactamos, bem como ao Revisor Oficial de Contas, pela disponibilidade e colaboração demonstradas.

Cascais, 28 de março de 2024



Pedro Miguel Dias de Campos - Presidente
(Revisor Oficial de Contas n.º 1.538, CMVM n.º 20161148)



Carlos Dinis Alves Gomes – Vogal



Marco Bruno Palma Oliveira Santos - Vogal